

ESPAÇOS E AMBIENTES PARA LEITURA E INFORMAÇÃO

2º ed. rev. ampl.

Célia Regina Simonetti Barbalho
Rovilson José da Silva
Samir Hernandes Tenório Gomes
Sueli Bortolin
(Organizadores)

Abecin
EDITORA

**ESPAÇOS E AMBIENTES PARA LEITURA
E INFORMAÇÃO**

Célia Regina Simonetti Barbalho
Rovilson José da Silva
Samir Hernandes Tenório Gomes
Sueli Bortolin
(Organizadores)

**ESPAÇOS E AMBIENTES PARA LEITURA
E INFORMAÇÃO**

2ª ed. rev. ampl.

São Paulo
Abecin Editora
2020

©2020 by Célia Regina Simonetti Barbalho, Rovilson José da Silva, Samir
Hernandes Tenório Gomes e Sueli Bortolin (organizadores)
Direitos desta edição reservados à ABECIN Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

Ficha catalográfica: elaborada pelo bibliotecário

João Arlindo dos Santos Neto – CRB-9 17880/PR.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77	Espaços e ambientes para leitura e informação / Célia Regina Simonetti Barbalho et al. (org.). – 2. ed. rev. ampl. – São Paulo: Abecin Editora, 2020. 340 p. : il. (Coleção estudos Abecin) e-ISBN: 978-65-86228-01-4 1. Bibliotecas – Arquitetura – Leitura 2. Mediação da informação 3. Leitura – Espaços 4. Arquitetura de bibliotecas I. Barbalho, Célia Regina Simonetti, org. II. Silva, Rovilson José da, org. III. Gomes, Samir Hernandes Tenório, org. IV. Bortolin, Sueli, org. V. Série. CDU: 027.8(0.034.1) CDD: 022 / 028
-----	--

Coleção Estudos ABECIN

COMISSÃO EDITORIAL

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon

Aldinar Martins Bottentuit	Ivana A. Borges Lins
Alessandra dos S. Araújo	Márcia Ivo Braz
Andréa Pereira dos Santos	Márcio Bezerra da Silva
Célia Regina S. Barbalho	Marta Lígia P. Valentim
Danielly Oliveira Inomata	Martha Suzana C. Nunes
Franciele Marques Redigolo	Meri Nadia Marques Gerlin
Helen Beatriz Frota Rozados	Naira Christofoletti Silveira
Henriette Ferreira Gomes	Samile Andréa de S. Vanz
Ieda Pelógia M. Damian	Valéria Martin Valls

Diagramação: ABECIN
Capista: Samir H. T. Gomes

Revisão: Rovilson José da Silva e Sueli Bortolin
Normalização: João Arlindo dos Santos Neto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
Capítulo 1 - ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS INFORMACIONAIS , Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	9
Capítulo 2 - ARQUITETURA DE BIBLIOTECAS: A MODELAGEM PROPORCIONADA POR ESTRUTURAS NOVAS, AMPLIAÇÕES E REFORMAS , Maria Helena T. C. de Barros.....	38
Capítulo 3 - AS CARTOGRAFIAS DA BIBLIOTECA , Célia Regina Simonetti Barbalho	70
Capítulo 4 - LINGUAGEM ARQUITETÔNICA E AMBIENTAÇÃO FÍSICA DOS EDIFÍCIOS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS , Samir Hernandes Tenório Gomes	120
Capítulo 5 - CONTEXTO ARQUITETÔNICO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS , Samir Hernandes Tenório Gomes	154
Capítulo 6 - AMBIÊNCIA PARA NARRATIVAS ORAIS , Meire Barra Rosa Reis; Sueli Bortolin	201
Capítulo 7 - BEBETECA: UM ESPAÇO DE MEDIAÇÃO ORAL DA LITERATURA , Mariana Senhorini e Sueli Bortolin	245

Capítulo 8 - PROJETAR A BIBLIOTECA DA ESCOLA: RECOMENDAÇÕES, Rovilson José da Silva	276
Capítulo 9 - O CASO DO LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL – LUIZ CÉSAR DA SILVA, Teba Silva Yllana	297
CURRÍCULO DOS AUTORES	336

APRESENTAÇÃO

Impresso ou eletrônico, um livro traz, talhado em si, palavras expressas, às vezes, numa única voz e outras vezes em múltiplas. Neste há multiplicidade de vozes, principalmente porque são vocalizadas por profissionais de diferentes formações acadêmicas: arquitetos, bibliotecários, educadores e psicólogos que se unem à temática em busca de pensar a leitura e os espaços destinados a ela. Assim, no livro, há textos escritos a duas mãos e, outros, a quatro mãos que compõem nove capítulos que abordam os “Espaços e Ambientes para a Leitura e Informação”.

Diante do falecimento da querida Maria Helena T. C. de Barros, autora que colaborou na primeira edição do livro¹, essa edição tem um aspecto diferente da edição anterior, pois a inclusão do capítulo escrito por ela nesta edição tem um tom de saudades, de respeito e de homenagem!

O capítulo 1, **Espaços e Equipamentos informacionais**, de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, propõe uma reflexão a respeito da ideologia e do poder na organização dos espaços de informação,

¹ Os organizadores não obtiveram sucesso no contato com a família para autorização do capítulo nessa publicação.

sendo eles públicos ou privados. Também destaca que a localização do aparelho informacional, a aquisição prioritária de documentos com informação impressa, fazem com que a biblioteca continue trabalhando e atendendo as classes dominantes.

No capítulo 2, **Arquitetura de bibliotecas: a modelagem proporcionada por estruturas novas, ampliações e reformas**, de Maria Helena T. C. de Barros, defende, que entre as principais preocupações dos profissionais, ligados a unidades da informação, em tais circunstâncias, deveriam estar: o público, os recursos humanos, as atividades a serem desenvolvidas, a localização geográfico-espacial, bem como a interação com o ambiente, as instalações e o acervo, mesmo entre as pessoas que lá estão ou lá circulam eventualmente, tendo em vista que a modelagem interfere positiva ou negativamente no andamento das unidades, enquanto operacionalização de serviço, de atividades desenvolvidas ou de fruição da informação e da leitura.

O capítulo 3, **As cartografias de biblioteca**, de Célia Regina Simonetti Barbalho, trata do significado e das características arquitetônicas das bibliotecas, principalmente quanto às suas divisões internas e externas, fachada e localização.

Linguagem arquitetônica e ambientação física

dos edifícios de bibliotecas universitárias, de Samir Hernandez Tenório Gomes, é o título do capítulo 4. Ele apresenta reflexões a respeito do planejamento arquitetônico desse gênero de biblioteca. Propõe que a biblioteca universitária seja dividida em área de armazenamento da coleção, área de trabalho dos funcionários e a área para leitura dos usuários.

O capítulo 5, **Contexto Arquitetônico de Bibliotecas Universitárias Brasileiras**, de Samir Hernandez Tenório Gomes, apresenta reflexões a respeito da estrutura espacial desse gênero de biblioteca na perspectiva da Arquitetura.

Preocupadas com o leitor-ouvinte na fase infantil, as autoras do capítulo 6, Meire Barra Rosa Reis e Sueli Bortolin, intitulado **Ambiência para narrativas orais**, discutem os aspectos ambientais que interferem na construção de espaços para narrativas literárias orais. Para tanto, buscam respaldo nas áreas da Psicologia Ambiental.

O capítulo 7, **Bebeteca: um espaço de mediação oral da literatura**, com autoria de Mariana Senhorini e Sueli Bortolin, apresenta um espaço imprescindível na formação dos pequenos leitores, mas de pouca visibilidade. O texto aborda a estrutura física desse espaço, sem deixar de mencionar aspectos fundamentais da performance literária, isto é, a voz, o corpo, o espaço e a presença do mediador oral.

O capítulo 8, **Projetar a biblioteca da escola: recomendações**, de Rovilson José da Silva, trata dos principais aspectos a serem observados antes de se construir uma biblioteca. Propõe o encontro e a interação entre diversos profissionais envolvidos no processo para elaborar o projeto da construção, dentre eles: educadores, bibliotecário, engenheiro e arquiteto.

No capítulo 9, **O caso do Laboratório de Documentação Arquitetônica e da Construção Civil Luiz César da Silva**, de Teba Silva Yllana, apresenta o relato da idealização e da história daquele Laboratório de modo a levar o leitor a perceber passo a passo as etapas de conservação e o tratamento da informação neste centro de documentação.

Dessa forma, apresentamos esse livro que foi construído atendendo a uma carência de publicações na área de Biblioteconomia, Educação e Arquitetura, em consonância com a expectativa dos pesquisadores em disseminar as suas reflexões a respeito do assunto e provocar outras nos leitores interessados.

Os organizadores.

Capítulo 1

ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS INFORMACIONAIS

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

A organização do espaço é ideológica. Essa afirmação baseará este texto todo. Outra afirmação é a de que o espaço pode ser inclusivo ou excludente. A exemplo da anterior, esta também dará sustentação às reflexões e discussões que se seguirão.

Alguns segmentos, tanto na área privada como na pública, são privilegiados. Possuem um *status* maior e recebem por parte de todos, um respeito e, por conseguinte, poder.

Claramente, identificamos a área financeira dentro do que acima foi descrito. Os espaços dedicados a essa área são amplos, iluminados, bem ventilados - normalmente com ar condicionado - e mobiliados com móveis confortáveis, obedecendo novas tendências de *design* etc. Externamente, os prédios são edificadas de maneira a refletir o *status* que lhe é concedido. Pela arquitetura, pelo espaço, reforça-se o poder que exerce na economia esse segmento e, também, a ideia, conceito e respeito da população.

Do mesmo modo, os prédios das igrejas são suntuosos, com enormes pés direitos; cúpulas; altares e colunas de mármore; imagens revestidas em ouro; vitrais coloridos que mancham com a luz do dia o chão e os fiéis; grandes portas; cercados por jardins etc. O ambiente nos torna pequenos, ínfimos, insignificantes ante a grandeza de Deus. É um espaço comunitário e coletivo, pois nos abriga, a todos, em sua amplidão, mas ao mesmo tempo, nos isola na frieza dos mármore; nos exige sacrifícios no desconforto dos bancos e genuflexórios; nos padroniza nos cânticos repetitivos, nas rezas memorizadas, nos *scripts* imutáveis das missas; nos exige silêncio, consternação, seriedade na busca da interação com Deus. Os bancos onde os fiéis se acomodam são voltados para a nave principal, determinando a reverência ao altar e quase impedindo a manifestação individual que, quando acontece, torna-se praticamente anônima, uma vez que poucos identificam ou podem ver o sujeito que a origina. As relações, os cumprimentos, as conversas, os abraços dão-se ou nos momentos determinados ou fora desse espaço, ou seja, na entrada, na praça ou ainda, em outros locais especialmente destinados para esse fim.

Gilberto Gil compôs uma música (*Se eu quiser falar com Deus*) em que os espaços ocupam parte de suas concepções sobre Deus:

Se eu quiser falar com Deus
Tenho que ficar a sós
Tenho que apagar a luz
Tenho que calar a voz
Tenho que encontrar a paz
Tenho que folgar os nós
Dos sapatos, da gravata
Dos desejos, dos receios
Tenho que esquecer a data
Tenho que perder a conta
Tenho que ter mãos vazias
Ter a alma e o corpo nus

Se eu quiser falar com Deus
Tenho que aceitar a dor
Tenho que comer o pão
Que o diabo amassou
Tenho que virar um cão
Tenho que lambar o chão
Dos palácios, dos castelos
Suntuosos do meu sonho
Tenho que me ver tristonho
Tenho que me achar medonho
E apesar de um mal tamanho
Alegrar meu coração

Se eu quiser falar com Deus
Tenho que me aventurar
Tenho que subir aos céus
Sem cordas pra segurar
Tenho que dizer adeus
Dar as costas, caminhar
Decidido, pela estrada

Que ao findar vai dar em nada
Nada, nada, nada, nada
Nada, nada, nada, nada
Nada, nada, nada, nada
Do que eu pensava encontrar

A cultura, por seu lado, contenta-se com espaços tímidos, acanhados, adaptados – quase sempre não construídos para o tipo de expressão cultural que abriga –, com poucos ou sem recursos técnicos. O mobiliário é antigo, com muito tempo de uso, reformado. Os equipamentos culturais não estão localizados nas áreas nobres das cidades. Refletem a importância que possuem no imaginário da sociedade.

Pior: os próprios profissionais da cultura pouco reclamam, formalmente, dessa situação. Falam em criatividade como forma de contornar tal situação; contentam-se e, boa parte das vezes, agradecem pelos inapropriados espaços que lhes são concedidos – como benesses do poder público. Se reivindicam um melhor tratamento por parte dos poderes públicos, não recebem nem contam com o respaldo da população.

Importância semelhante recebem as escolas. Os prédios que as abrigam, hoje, sob responsabilidade do poder público, são mal construídos; com péssima aparência; mobiliários antigos, usados e com problemas; banheiros inapropriados para o uso, com

áreas interditadas – que assim permanecem por muito tempo; iluminação inadequada; salas de aula improvisadas, ocupando espaços anteriormente utilizados para outras atividades; áreas para a prática de educação física, bem como seus equipamentos, necessitando de reparos, conservação ou reformas. A disposição das carteiras de estudantes nas salas de aula nitidamente indica um modelo educacional norteado para a ideia de transferência de conhecimento feita pelo professor – que ocupa uma posição de destaque à frente da sala – para os alunos – alocados em filas, voltados para o detentor absoluto e inquestionável do conhecimento. É dessa forma que a educação é compreendida pela população, ou seja, como responsabilidade exclusiva da escola e, principalmente, do professor. Este, o sábio, o conhecedor, deve preencher as vazias cabeças dos estudantes que, passíveis, educadas e obedientemente, precisam devolver em forma de provas, de tempos em tempos, os conhecimentos assimilados (ou engolidos).

O espaço da escola não prevê manifestações coletivas e mesmo as individuais são aceitas ou toleradas quando previamente aprovadas. Os professores, de seus espaços privilegiados, controlam os alunos, exigindo posturas e comportamentos entendidos como adequados, corretos e pertinentes

para o ambiente escolar. Vale alertar que tais exigências em relação ao comportamento dos alunos não se restringem apenas à sala de aula, mas se estendem ao pátio do “recreio” e ao saguão de entrada. O termo “recreio”, embora antigo, permanece sendo empregado por muitos dos profissionais da educação e por alunos e pais. Aponta para a ideia de que, na escola, apenas aquele espaço – utilizado com pouca frequência e bastante vigiado – é destinado ao lúdico, ao prazeroso. As salas de aula são locais de seriedade e estas não permitem as brincadeiras, ou melhor, se opõem a elas. Nos próprios cursos universitários, nas graduações, os alunos continuam designando o “intervalo” entre aulas, ou da mesma aula, como “recreio”. Não há diferença para a conotação dos intervalos entre aulas, tanto para o ensino básico, o médio e a graduação.

A organização das carteiras nas salas de aula ressalta, como já visto, um modelo educacional calcado na transferência de pacotes de conhecimentos, mas, também, o autoritarismo presente nesse modelo. As pesquisas escolares – por demais discutidas e pesquisadas – são exemplos claros desse autoritarismo que se contrapõe à exigência de liberdade, base imprescindível para qualquer pesquisa. Em artigo que publiquei há algum tempo, alertei para essa dicotomia – o autoritarismo do

modelo educacional e a necessidade de liberdade para o desenvolvimento de qualquer pesquisa – e a apresentei como o grande e insolúvel problema da pesquisa escolar. Tal problema só pode ser resolvido se um dos lados for eliminado ou se sujeitar ao outro. No momento, a liberdade da pesquisa se sujeita ao autoritarismo do modelo educacional vigente. Um trecho do texto pode contribuir para as discussões aqui apresentadas:

Ora, há um conflito então, entre o modelo de educação em sala de aula e a pesquisa. São elas incompatíveis. A pesquisa só se sustenta se a educação privilegia a liberdade do conhecimento, a participação ativa e efetiva do aluno (englobando seus espaços de vivência – casa, amigos, comunidade, etc.) no processo educacional. O que vemos hoje é, enfatizando: o saber está com o professor e com os livros; ao aluno cabe assimilar e reproduzir esse conhecimento; a educação acontece apenas em sala de aula; o processo pedagógico é neutro; apenas a escola é responsável pela educação.

Assim, a incompatibilidade entre o modelo de educação vigente e o conceito de pesquisa só será superado se um dos dois se adaptar ou for apropriado pelo outro. Atualmente, a

liberdade da pesquisa está presa e se submete ao autoritarismo do modelo educacional (modelo esse, cumpre lembrar, que é também assumido pelas bibliotecas, quer públicas, quer escolares). (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 103).

Os laboratórios das escolas são mais bem equipados e estão alocados em locais adequados que respeitam as características exigidas por cada um deles. Recebem um tratamento que denota a importância que lhes é dada pela sociedade, incluindo os professores, alunos e pais de alunos. Prova disso são as propagandas de escolas particulares, que destacam a presença de laboratórios como um diferencial positivo de ensino. Tal importância baseia-se na concepção de que os laboratórios, como espaços voltados para o treinamento, para a “prática”, preparam os alunos para a vida profissional, para a concorrência, para a competição do mercado, ao contrário do ensino entendido como “teórico”, humanista, que apenas se interessa pela formação do “cidadão”. Tanto os pais como os alunos esperam que a escola estruture seu ensino visando atender às exigências e demandas do mercado ou, ao menos, dos vestibulares.

Em uma notícia no Jornal Folha de São Paulo (de 25 de janeiro de 2011), a jornalista, em visita à

Biblioteca Monteiro Lobato, biblioteca infantojuvenil situada na cidade de São Paulo, informava que não havia nenhum usuário nas dependências da biblioteca, exceto no espaço dedicado ao Telecentro. Tal espaço abriga computadores conectados à internet, permitindo, entre outras coisas, o acesso ao mundo virtual.

Quando nas escolas há falta de salas de aula para atender um súbito (ou não tão súbito) aumento do número de alunos, desaloja-se a biblioteca de seu espaço, transformando-o em sala de aula improvisada. Vale afirmar que, dentro das características das salas de aula atuais, qualquer lugar, mesmo com pequena metragem, pode ser facilmente transformado em uma delas. É evidente que a transformação da biblioteca em sala de aula ou simplesmente o seu fechamento, denota a importância que lhe é atribuída dentro do processo de ensino/aprendizagem, por todos os personagens que dela fazem parte, com exceção, lógico, do bibliotecário e dos que atuam nas bibliotecas.

É notório o fato das bibliotecas serem consideradas meros depósitos de livros, cuja existência e razão de ser é desconhecida ou compreendida como desnecessária nas escolas. A figura do bibliotecário reflete essa posição: não há necessidade de uma formação específica, pois os

serviços prestados não vão além de empréstimos de livros ou a permissão – controlada e em horários não necessariamente coincidentes com os das aulas – de consulta de materiais no espaço destinado à biblioteca. Dessa forma, professores podem exercer esse cargo, sem nenhum preparo específico, mesmo que rápido e superficial. As atividades desenvolvidas nas bibliotecas confundem-se com as da sala de aula. A biblioteca não passa, dentro dessa concepção, de mero apoio aos trabalhos educacionais. Tal postura advoga a ideia de que a educação ocorre apenas em sala de aula. Limita-se ao conhecimento individual do professor e é dependente de sua atualização, de seu esforço e preparo. Corrobora tal postura, com a conhecida frase veiculada em tom irônico e como crítica a esse entendimento restrito e limitante da educação: “para um bom ensino, basta cuspe e giz”.

As salas de aula são prioritárias no planejamento arquitetônico das escolas ou nas mudanças decorrentes de necessidades momentâneas e urgentes. O mesmo não ocorre com a biblioteca. Muitas escolas têm seu funcionamento aprovado e iniciado sem um espaço para a biblioteca. O pior é que os responsáveis nem mesmo percebem essa falta.

A biblioteca escolar, quando existe, é também utilizada como local de castigo, de cumprimento de

sanções. O aluno com um comportamento considerado inadequado pelo professor e pela direção da instituição de ensino é enviado – acredito que com menor frequência do que há algum tempo – para a biblioteca. É impossível acreditar que a imagem da biblioteca para o aluno que a ela foi encaminhado para cumprir um castigo, possa ser a de um local agradável, prazeroso, encantador, simpático. Nenhum castigo pode ser agradável, pois, se o fosse, não seria, evidentemente, um castigo. Se a biblioteca é o destino do aluno que transgrediu normas e regras e deve sofrer sanções por isso, não deve ser ela um local, nem deve ter atividades agradáveis, diferentes das relacionadas a castigo. Os profissionais que nela atuam, terão suas imagens relacionadas, provavelmente, a carrascos, pois são eles os “executores”, os supervisores dos castigos.

O espaço, neste caso, foi relacionado a algo desagradável e provavelmente permanecerá dessa forma dentro do conceito de biblioteca entre os que para ela foram encaminhados para cumprir os castigos impostos. Do mesmo modo, dado que à biblioteca vincula-se ao livro e à leitura, são estes também “agraciados” com o mesmo conceito.

Trabalhei como bibliotecário em uma biblioteca universitária – entre outras atuações ao longo de minha vida profissional. A diretoria planejava

transferir a Faculdade (à qual estava vinculada a biblioteca) de um local próximo ao centro novo de São Paulo para um terreno localizado junto a uma rodovia. Infelizmente, ao final, a transferência não se concretizou. A empresa de arquitetura contratada para elaborar o projeto do novo campus, manteve contato com vários departamentos, além, é claro, da diretoria e dos responsáveis diretos pela transferência. Particpei das discussões relativas ao prédio da biblioteca. Levamos (pois alguns funcionários participaram dessas discussões) para a primeira reunião exigências calcadas no entendimento que tínhamos dos objetivos e das atribuições de uma biblioteca universitária. Baseados no tripé: ensino, pesquisa e extensão, propúnhamos um esboço que atendesse a esses segmentos. No entanto, a proposta do arquiteto responsável pelo projeto nos encantou, a mim e a outra bibliotecária que participou da reunião, pois além de acatar nossas exigências trazia uma postura e um entendimento da biblioteca mais abrangente do que a nossa. Dizia ele que a biblioteca deveria ficar no meio do campus, no centro do terreno da Faculdade. As salas de aula, os departamentos de ensino, os laboratórios e a parte administrativa deveriam circundar o prédio da biblioteca, pois esta, em seu entender – e no entender que passei a adotar a partir de então –, é o pulmão de qualquer instituição

de ensino, em especial as de terceiro grau, as universitárias. É a biblioteca que oxigena o conhecimento dos professores e alunos; é ela que medeia o espaço da faculdade com o mundo do conhecimento, da informação. A educação, assim, não existe sem a biblioteca, não pode prescindir da biblioteca.

O espaço por ele proposto reflete esse pensamento, deixa claro o conceito e a concepção de biblioteca no âmbito acadêmico, universitário.

Caminhando em sentido contrário, muitos cursos de Educação à Distância (EAD) – pouco se preocupam com a biblioteca virtual (ou eletrônica ou, ainda, de acesso *online*). Notícias veiculadas pela mídia impressa e televisiva nos informam de cursos suspensos por apresentarem problemas, entre eles, bibliotecas inadequadas, inexistentes ou desrespeitando direitos autorais das obras armazenadas. O espaço virtual possui uma linguagem própria, diferenciada. Mas, deve-se perguntar: tal espaço vive sem a biblioteca? Não parece ser o caso, pois há, já de algum tempo, uma grande preocupação da área com a organização e implantação de bibliotecas virtuais. No âmbito da pós-graduação, por exemplo, exige-se que as dissertações de mestrado e teses de doutorado apresentadas e defendidas nos inúmeros Programas de Pós-graduação existentes no

Brasil, devem ser disponibilizadas para acesso de interessados em bibliotecas virtuais mantidas pelas instituições responsáveis por esses programas.

A biblioteca pública está, quase sempre, localizada nos centros das cidades. Alguns prédios em que são alojadas as bibliotecas são históricos, imponentes, contrastando com um acervo desatualizado, antigo, muitas vezes empoeirado e pouco utilizado. Móveis antigos, estantes altas e abarrotadas, dão um ar lúgubre, não hospitaleiro, desagradável. O usuário, mesmo que inconscientemente, transfere esse ambiente para as atividades desenvolvidas nesse espaço, para a figura do bibliotecário, para os materiais armazenados. Seriam eles - profissional, atividades e materiais - tão lúgubres, tão hospitaleiros e desagradáveis quanto esses espaços.

Em 1994, preocupado com a mesma temática deste texto, publiquei parte de minhas reflexões da época. Um trecho, creio, pode contribuir com as atuais reflexões:

Historicamente o espaço da biblioteca pouco foi alterado. Desde Nínive (a biblioteca reconhecida hoje como a mais antiga), no século VI ou VII a.C., até as bibliotecas atuais, a estrutura espacial, bem como a organização e a

disposição interna, sofreram pequenas mudanças. Tais mudanças ocorreram muito mais pelas transformações das técnicas empregadas pelas bibliotecas, do que por concepções quanto a função e objetivos dessa instituição. (ALMEIDA JÚNIOR, 1994, p. 2).

Outros textos, publicados próximos dessa época, apresentam, a partir de situações concretas, a situação da biblioteca e como lidava ela com os interesses e necessidades dos seus usuários. Destaco dois desses textos, por considerá-los exemplares quanto ao momento vivido pelas bibliotecas e que, talvez, não tenha mudado tanto quanto gostaríamos, nós que nos preocupamos em especial com a biblioteca pública.

O primeiro texto é de Ezequiel Theodoro da Silva:

Cruzei a Avenida Rio Branco aos pulos, pois chovia muito. Subi as escadarias da Biblioteca Nacional feito um relâmpago. Cheguei ao guichê de entrada onde limpavam-me de todos os meus pertences, sendo que, para conseguir um crachá de acesso, tive de apresentar a minha carteira de identidade a uma das atendentes. Até aí tudo bem, mesmo passando por suspeito até segunda ordem...

Rodei a catraca da porta de entrada, onde, do lado de dentro, se postava uma velha senhora com os braços cruzados. Perguntei-lhe em que lugar eu poderia me sentar a fim de terminar de escrever o meu texto. Sem nada dizer, ela lentamente ergueu o braço direito indicando-me uma das portas que dava para a sala de leitura no andar térreo. Já com um pouco de frio (a temperatura caíra drasticamente naquela manhã) e com a camisa meio molhada (não pude evitar a chuva), segui rapidamente na direção da porta indicada - eu queria terminar o texto da conferência o mais rápido possível de modo que me sobrasse algum tempo para admirar a arquitetura da maior e mais famosa biblioteca brasileira.

Quando adentrei a sala de leitura - imensa... e com apenas alguns gatos pingados distribuídos individualmente pelas mesas -, começou o inferno... 'Psiu, psiu! Onde o senhor vai?', surpreendeu-me uma senhora sentada logo atrás da porta e cuja fisionomia não deu para perceber muito bem. Expliquei-lhe que desejava terminar de ler e escrever um texto para cumprir um compromisso. Ela deu com a cabeça de lado e continuei seguindo em direção a uma das mesas. 'Psiu, psiu! Vem aqui

senhor...’ - era uma segunda senhora que, atrás de um balcão, me chamava com o dedo para perto de si. Repeti-lhe o objetivo de minha visita, mostrei-lhe as folhas do manuscrito da palestra, apresentei-lhe minha identificação de pesquisador e professor da UNICAMP etc., mas ela, com um cenho de pequena autoridade, exclamou secamente que ali eu não poderia ficar, pois se tratava de um local de consulta. Ia dizer-lhe que consultaria o meu próprio manuscrito, mas de pronto desisti desse propósito em função da feição feia e mumificada que eu tinha pela frente. Joguei os meus braços para cima e, frustrado, com o rabo entre as pernas, saí da sala...

Cruzei o salão central, olhando de esguelha as fotos de uma exposição que havia no local. Em frente, do lado oposto, uma outra sala - quem sabe ali encontraria um pouco mais de solidariedade, pelo menos até que a chuva lá fora tivesse passado. Porém, no meio do caminho, a porteira (aquela que há pouco me indicara a sala) me fez parar e perguntou o porquê do meu retorno tão rápido ao salão. Novamente lhe contei toda a história e perguntei se poderia usar a sala em frente para terminar de rever o meu texto. (Quem

sabe... um pouco de compreensão... estava chovendo lá fora...).

‘Para entrar com seu material e escrever lições, você tem que ir para uma outra biblioteca que fica a uns três quarteirões daqui. Aqui não pode escrever texto, só consultar!’ (SILVA, 1991, p. 97-98).

A biblioteca pública, na visão da atendente, tem uma razão de ser: a consulta (e, com certeza, o empréstimo de materiais). Para mais do que isso, talvez exista outro espaço melhor adequado.

O segundo texto é de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Embora mais antigo, lida com a mesma temática:

Peço-lhes que formem em suas mentes a seguinte imagem. Estamos no salão de uma biblioteca pública municipal. Numa cidade nova, fundada há cerca de quarenta anos, capital de um Estado em acelerado crescimento. Nesse salão de leitura encontram-se umas duas dezenas de jovens, estudantes do primeiro e segundo graus. À direita, numa sala separada por um balcão, acham-se dispostas estantes de livros, vigiadas por atentos servidores. Os leitores não têm livre acesso às estantes. À esquerda, na sala de trabalho dos funcionários, o catálogo da biblioteca. Os leitores não têm acesso

ao catálogo. Os estudantes disciplinada e mecanicamente, copiam de esfrangalhadas enciclopédias as suas 'pesquisas', com o indicador esquerdo percorrendo as linhas do texto enquanto a direita transcreve os passos considerados relevantes. Mãos e braços movem-se com a articulação de um pantógrafo. As mentes estão distantes. No centro do salão, dominador, mas desleixadamente sentado no canto de uma mesa, um guarda de segurança, uniformizado e apetrechado, impõe respeito à integridade dos livros utilizados, enquanto a mão direita repousa, ostensivamente, sobre o cabo do revólver no coldre pendente da cintura. Todos os que entram naquele templo do saber não podem esquivar-se dessa visão. Espaço e tempo dessa imagem: agosto de 1978. Goiânia, capital Goiás. (LEMOS, 1979, p. 203-204).

De maneira geral, as bibliotecas são vinculadas ao livro e, em especial, à preservação dele. A imagem que se tem de uma biblioteca é a de um espaço com normas e inúmeras estantes repletas de livros. Quantas imagens conhecemos que privilegiam apenas a sala de leitura, os leitores? Quando isso ocorre, o usuário seria advertido com um pedido de silêncio pela bibliotecária. A figura dela, estereotipada, é de uma

velha senhora, de coque, óculos na ponta do nariz, roupa antiga e formal, lendo e, por cima dos óculos, fiscalizando, severa, os consulentes, esperando qualquer deslize de um deles para repreendê-lo com o dedo em riste.

O silêncio, o psiu nas bibliotecas, tem sua origem, como diz Chartier, na leitura silenciosa no início das universidades. O universitário distinguia-se dos outros pela leitura silenciosa, contrapondo-se à leitura em voz alta praticada até então. Quando, envolvido pelo livro, lia em voz alta, era imediatamente alertado para não fazê-lo, comportando-se de maneira adequada à sua condição de universitário e, portanto, parte da elite. A postura exigida dele era a de um comportamento diferenciado. O pedido exagerado de silêncio indicava que a relação com a cultura deve se dar de maneira individual. Cultura, no caso, deve ser entendida como sinônimo de erudição. O saber, o conhecimento, é adquirido individualmente, isoladamente com o livro, com a leitura. Os próprios bibliotecários proíbem ou, no mínimo, pedem silêncio para os grupos de alunos que, teimosamente, insistem em conversar, discutir, debater, trocar ideias e impressões. Essa não seria para os bibliotecários a forma correta de se adquirir cultura, conhecimento.

As relações com o conhecimento, com o saber devem se dar em um lugar silencioso, calmo, indicando uma concepção do conhecimento e da informação, como algo passivo, não revolucionário, pouco transformador. O conhecimento está vinculado aos espaços do ensino e da ciência. Longe, portanto, das pessoas, do povo. Este possui um saber, um mero saber que não pode ser identificado com o conhecimento.

A relação do livro com a verdade, das experiências científicas com a verdade apontam para a necessidade do registro, do impresso, do gravado, do grafado para que algo possa ser aceito. A fala, o oral, não sustenta a verdade, a não ser que, simplesmente, reproduza o registrado.

Os espaços preservam os suportes e, estes, o conhecimento tido como verdadeiro, o conhecimento dominante, o conhecimento dos dominantes.

Sendo as cidades barulhentas, o espaço da biblioteca deve ser lugar de repouso, quietude, silêncio. Nas ruas não conseguimos lidar com a leitura. O leitor, assim, está deslocado do cotidiano, do dia a dia. Ele precisa de refúgios, de “spas” do conhecimento, de retiros. Como o tempo é escasso, ou aprende-se a ler envolvido nos barulhos ou o leitor tende a desaparecer. A leitura não teria lugar num mundo em que o barulho é a tônica.

As bibliotecas também são vistas como o espaço das normas, dos regulamentos, das proibições. Bebidas e comidas são vetadas: podem sujar, estragar os livros. Bolsas e pertences pessoais devem ser deixados no guarda volumes (controlados por funcionários da biblioteca ou não). Uma ideia tão antiga associa-se a denominação que ainda persiste em muitas bibliotecas e preservada pelos bibliotecários que nelas atuam: “chapelaria”. Talvez o próprio conhecimento pessoal deva ser deixado do lado de fora, na porta da biblioteca. Esta abriga a verdade.

Materiais não podem ser levados ao banheiro. Livros são emprestados apenas para os associados. Devoluções em atraso acarretam sanções (multas ou suspensões), mesmo que o material nunca tenha sido utilizado antes. Cotovelos sobre o livro; marcadores de livros muito grossos; dobrar páginas; puxar livros pelo alto da lombada; corrigir deformações (rasos, cortes etc.) com fita adesiva ou produtos semelhantes; uso de dedos umedecidos com saliva para virar páginas; todas são ações repudiadas e constantes de regulamentos ou cartazes expostos nas bibliotecas. Fazem parte também de campanhas educativas visando à diminuição da depredação de materiais.

De igual importância que os itens anteriores, para as bibliotecas, é o emprego de códigos e tabelas,

a ordem do saber, números quase indecifráveis para o usuário, ordem que se apresenta como a única, a verdadeira organização do conhecimento humano.

A ordenação dos materiais, hoje, na maioria das bibliotecas, realizada de maneira relativa, acompanhando o sistema de classificação adotado, ocorria, antes, atendendo a chegada do material e um arranjo fixo nas estantes. Mas, nos tempos em que a Igreja dominava e determinava os destinos do conhecimento humano, a ordenação dos materiais dava-se pela importância, algo como: primeiro a Bíblia, em seguida, os textos teológicos ou a vida dos Santos, em seguida os textos laicos, mundanos. O espaço, a localização determinava a importância dos materiais.

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas à documentação, resumos, citações, referências bibliográficas; o Controle Bibliográfico Universal; o *International Standard Book Number* (ISBN), o *International Standard Serial Number* (ISSN) enfim, normas vinculadas à biblioteca e que a apresentam como o espaço do controle.

O Serviço de Referência se utiliza de mesas para o atendimento dos usuários. As mesas representam o poder daqueles que, donos delas e sentados aguardando os que necessitam de ajuda, mostram-se os decifradores dos códigos e normas para o acesso ao saber. A própria forma física da mesa

demonstra esse poder. As mesas são construídas direcionadas para as necessidades de quem nelas trabalham. Não há preocupação em seu design, com os usuários, aqueles que pouco tempo a utilizarão. Assim, o espaço para as pernas só existe em um dos lados, o do funcionário. A acomodação do usuário é difícil e demonstra que esse não é o seu lugar, demonstra que ele deve permanecer nesse lugar o mínimo possível.

Hoje, mais do que o ambiente físico das bibliotecas, utilizamos um outro conceito: a ambiência. Esta extrapola o espaço físico e alcança os locais em que sua ação se faz presente e recebe influência. Lidando com o ciberespaço, a partir de *sites*, *blogs* etc., o equipamento informacional consegue influir não só nos acessos remotos ao seu acesso, como também nos próprios pontos remotos de acesso, ou seja, os serviços prestados abarcam informações localizadas internamente – acesso físico ou virtual – como externamente, servindo neste último caso como intermediária no processo de pesquisa. O espaço dos equipamentos informacionais, dessa forma, é ampliado tornando-se não mais apenas físico, mas um espaço virtual. Deixa de ser um “ex-passo” para ser nômade, itinerante, apesar de possuir uma, digamos, base operacional física e fixa.

A informação é subjetiva, portanto não-física; a pesquisa, da mesma forma, apesar de se concretizar – não necessariamente – ao final, o faz como um processo não-físico. O espaço informacional, assim, mesmo tendo uma base fixa, a extrapola, navegando qual naves espaciais em espaços desconhecidos e convertendo-se em alicerces momentâneos para os que se aventuram nessas diferenciadas paragens, paisagens, horizontes.

Ignácio Ramonet discute o ciberespaço e afirma que sua existência levou à sua colonização. Se há espaço, a ambição por possuí-lo, por dominá-lo, por ser seu dono, parece ser inexorável. O imperialismo desloca-se dos países para as empresas multinacionais (cada vez com mais tentáculos e amplas áreas de interesse e domínio conseguidas pelas constantes fusões) e dos espaços concretos para os virtuais.

A “fratura digital” e as disparidades sociais provocadas pela era da eletrônica podem ser comparáveis às desigualdades resultantes dos investimentos financeiros transnacionais. Quanto às forças econômicas que tomaram conta das redes, estas estão se generalizando, e pior, estão reforçando os obstáculos que impedem o acesso ao comum dos mortais. Nos países pobres, nada menos

que 26 companhias de telefonia foram colocadas a venda ao longo dos três últimos anos. A norma global do futuro é a propriedade privada de todas as estruturas que constituem a plataforma do ciberespaço. (RAMONET, 2002, p. 41).

O espaço informacional tanto pode congrega e incluir como isolar, marginalizar e excluir.

Ele é excludente quando limita e restringe acesso aos que não possuem uma “iniciação”. Aos analfabetos é negada a apropriação das informações registradas na forma escrita. Equipamentos informacionais que apenas armazenam materiais nesse formato condenam os analfabetos à condição de não usuários. Vale lembrar que os não usuários são aqueles que não possuem as condições básicas para usufruir, efetivamente, do que pode oferecer determinados suportes. Diferencia-se do usuário real (que faz uso efetivo) e do usuário potencial (aquele que não se interessa pelos suportes em decorrência de vários motivos, mas que tem as condições básicas para usufruí-lo).

A localização do equipamento informacional também é uma forma de exclusão. Os usuários que residem em regiões distantes a esse local, dependem de transporte para alcançá-lo. O custo desse transporte, em boa parte das vezes, é proibitivo para

muitos usuários e inviabiliza o seu deslocamento e a consequente utilização daquele equipamento. A defesa de que a centralização favorece o acesso de todos é falsa na medida em que o centro das cidades não é ocupado pelas classes populares, sendo estas “empurradas” para a periferia, cada vez mais distantes do centro e local pouco atendido quanto ao saneamento. As propostas de políticas culturais baseadas na descentralização das ações, incluídos os equipamentos culturais e informacionais, fazem parte tão somente dos governos mais comprometidos com as causas e interesses populares.

Outra forma de exclusão é a aura elitista que envolve boa parte das expressões artísticas, aquelas consideradas de “repertório alto”. A maior parte da população estaria alijada de seu usufruto, na medida em que não possui referenciais culturais para compreender suas manifestações. Acrescente-se a isso a veiculação no âmbito tanto de posturas adequadas ante uma música erudita (o enlevo, o silêncio, a seriedade, os aplausos nos momentos certos), uma pintura ou escultura (a observação demorada, minuciosa, a busca por ângulos mais propícios, o conhecimento das técnicas empregadas, da biografia do autor e das características da escola ou corrente abraçadas por ele), uma ópera (o ouvido afinado com o canto lírico, a compressão da história,

mesmo sendo ela apresentada na língua original, não dominada pelo público). Para as classes populares estão destinadas as expressões folclóricas que prescindem de espaços próprios para se realizarem.

A cultura do povo é identificada com o folclore. Deve ela, cultura, ser preservada para não desaparecer. A cultura do povo é a do passado; quem faz cultura hoje são as classes dominantes, as elites, que determinam os destinos da humanidade.

O espaço da biblioteca identifica-se com a verdade e a história dos dominantes, as reproduz e possibilita a manutenção do poder deles. A biblioteca não é neutra ou imparcial. Seu espaço é ideológico e reflete suas concepções, suas ideias, seu modo de entender e explicar o mundo. Como estruturada atualmente - acompanhando o que ocorreu em toda sua história - a biblioteca é excludente e seu espaço comprova e evidencia essa característica.

Para alterar, modificar ou transformar tais posturas é preciso pensar e analisar suas propostas, suas estruturas, a forma como lida com a informação, os tipos de suportes com os quais trabalha, as técnicas que emprega para organizar o conhecimento, o modo como entende e atua com seus usuários e, também, precisa repensar seus próprios espaços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O espaço da biblioteca: uma reflexão. **Ensaio APB**, São Paulo, n. 13, 1994.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Pesquisa escolar: entre o modelo educacional e a liberdade da pesquisa. *In*: SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Editora Polis, 2006. p. 97-103.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 3/4, p. 203-210, jul./dez. 1979.

RAMONET, Ignacio. A colonização do ciberespaço. **Diplô**: cadernos, São Paulo, n.1, p. 38-41, 2002.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Bibliotecas públicas e escolares face à estrutura e conjuntura nacionais. *In*: SILVA, Ezequiel Theodoro da. **De olhos abertos**: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1991. p. 96-108.

Capítulo 2

ARQUITETURA DE BIBLIOTECAS: A MODELAGEM PROPORCIONADA POR ESTRUTURAS NOVAS, AMPLIAÇÕES E REFORMAS

*Maria Helena T. C. de Barros
(in memoriam)*

Não sou arquiteta, mas interessei-me pelo assunto desde que acompanhei e colaborei, por vários anos, com o trabalho de meu pai, ele sim, arquiteto em São Paulo. Cheguei a pensar em seguir essa profissão, mas outras circunstâncias fizeram-me decidir pela Biblioteconomia, que exerço com prazer e empenho. Mas, nunca perdi de vista a Arquitetura.

O que me leva a escrever este texto é o questionamento pessoal que faço sobre a quase inexistência de pesquisas e apresentação de trabalhos sobre o tema, tanto em congressos quanto nas revistas da área, na Biblioteconomia bem como na Arquitetura, deixando esse assunto pouco explorado por ambas, talvez por não ter sido despertado o interesse por ele, diante de necessidades eventuais.

Assim, como inteira Miranda (1998), aludindo a um segmento específico,

A primeira grande avaliação da
experiência brasileira de construção de

prédios de bibliotecas universitárias teve lugar no Curso de Mestrado (à época Biblioteconomia, hoje de Ciência da Informação) da Universidade de Brasília. Sob a orientação da Dra. Kira Tarapanoff, a dissertação de Valci Augustinho estudou a *Aclimação ambiental dos prédios de Bibliotecas Centrais Universitárias: especificações de construção seguidas após a Reforma*, defendida em 1987.

Além disso, observe-se que as reuniões científicas mais antigas referentes ao tema apresentam-se como os eventos conjunto *Simpósio sobre Arquitetura de Bibliotecas Universitárias* e o *II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*. Após esses eventos, um ou outro trabalho tem aparecido em congressos, mas nada com igual destaque, desde aquela data (1981).

Na categoria de dissertações e teses, podem ser mencionados os de autoria de Samir Hernandes T. Gomes, com mestrado defendido na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 2001, tendo por título *Centro Referencial e Cultural de Arquitetura: uma proposta para Disseminação da Informação*, e doutorado defendido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) em 2007, sob o título *Edifícios para bibliotecas*

universitárias: perspectivas e diretrizes a partir da avaliação pós-ocupação, aparentemente sem outra companhia acadêmica.

Dei aulas na UNESP por quinze anos, sob um contrato que exigia dedicação integral e exclusiva à carreira, em termos de docência, pesquisa e extensão universitária. Nesse contexto e nas oportunidades de reuniões científicas, pude ter notícia, visitar e observar inúmeros centros de informação e cultura, ora como pesquisadora, ora como mera visitante ou turista. Pude ver, então, bibliotecas que me despertaram a atenção pela excelência, outras pelas insuficiências não superadas, outras ainda por alguma extravagância apresentada, tanto em casos de edificações novas, quanto de ampliações e de reformas. Fotografei muitas delas, mas não cheguei a utilizar essas fotos – algumas perdidas – para o propósito de ilustrar trabalhos científicos. Contudo, a memória, ao menos, foi fiel e o interesse permaneceu constante, em termos de prédio, de interior e do entorno das unidades de informação, cuja modelagem interfere positiva ou negativamente no andamento das unidades, enquanto operacionalização de serviço, de atividades desenvolvidas ou de fruição da informação.

Em decorrência desse interesse confesso e das viagens e visitas feitas, prefiro ater-me às bibliotecas tradicionais, não virtuais, neste texto de reflexão.

Portanto, prefiro aqui considerar a tipologia conservadora, que abrange as bibliotecas nacionais e estaduais, as públicas (em geral, municipais), as universitárias, as escolares, as juvenis e infantis, sem entrar na esfera das alternativas e das especializadas.

No universo relativo a essa tipologia, vale observar que, embora a instituição matriz e a categoria de público as diferenciem teoricamente, os limites não são muito óbvios nem muito claramente definidos, o que faz com que seu uso seja um tanto flexível, quer quanto ao público, quer quanto à informação disponibilizada e buscada. Por exemplo, as bibliotecas infantis e juvenis podem estar tanto em locais e prédios separados, quanto incorporadas a uma unidade de biblioteca pública, atendendo jovens e crianças em espaços separados internamente, com um acervo e instalações adequados, com recursos humanos treinados para esse atendimento e atividades próprias para as características dessa clientela. De forma harmoniosa e integrada, essa inserção não deve teoricamente perturbar o aproveitamento da informação por parte dos demais usuários da biblioteca, em seus outros setores.

Santoro (1999) inclui, como fundamentais nos aspectos conceituais de um projeto de reforma que descreve, os seguintes itens:

a) a liberdade de uso e circulação, com áreas de leitura individual e em grupo, espaço informal para leitura de jornais e revistas, salas de estudo em grupo e áreas especiais para multimídia e pesquisa na Internet, além de intercalação de mesas de leitura entre a distribuição de estantes, prevendo-se uma sinalização que complementa e auxilia na formação desse usuário independente; b) conforto, mediante um espaço onde os leitores se sentissem com vontade de permanecer no local, por conta dos valores estéticos, aspectos do mobiliário, incluindo mesas de diferentes tamanhos para facilitar o estudo individualizado ou não; c) a questão da cor; d) a interligação com a arte.

Isto posto, quero ir além e dizer que uma biblioteca bem instalada e bem organizada precisa e deve contar com setores diversificados, para ter condições de oferecer seus serviços de forma racional e competente, para cumprir suas funções e objetivos, quais sejam o de buscar atingir a satisfação de seus usuários, em termos de informação, cultura e lazer educativo, com adequação e qualidade. Até porque, como aponta Miranda (1998, grifo do autor), é preciso considerar que

Os acervos acumulados em muitos países, mesmo com a previsão da **paperless society**, continuam crescendo e requerendo crescentes espaços para seu armazenamento e disponibilização para o público. Trata-se de um patrimônio inestimável que, com os recursos de informatização em processo, vão permitir o acesso quase ilimitado a fantásticos estoques, tornando-se trunfo inestimável numa sociedade cada vez mais dependente do insumo informação.

Entendo que, basicamente, toda e qualquer biblioteca deve contar, pois, com os seguintes setores: atendimento ao público, serviços técnico-operacionais, acervo, espaço de leitura-estudo-pesquisa, de forma geral ou particularizada, mais explícita ou menos explícita. Sem entrar nas características próprias de cada tipo de unidade informacional, é preciso dizer que cada uma delas tem de se adequar à comunidade e à função a que se destina, para definir limites físicos e o porte que quer ou pretende alcançar. Santoro (1999) alerta para outro aspecto:

[...] quando instalada em prédios adaptados, a questão da arquitetura de interiores sofre alguns limites vinculados à estrutura existente,

principalmente quanto à localização: de áreas de acesso (escadas, elevadores, portas), áreas com infra-estrutura hidráulica (sanitários, cozinhas), iluminação natural (janelas, vitrês) e carga de peso que a estrutura suporta.

Porém, o dimensionamento prévio da biblioteca precisa levar em conta certos parâmetros a mais: 1 - de público (quantitativa e qualitativamente), 2 - dos recursos humanos que vão fazer parte da equipe gestora e operacional, 3 - das atividades previstas a serem desenvolvidas, 4 - da sua localização geográfico-espacial, não necessariamente levando em conta essa ordem.

O item público, em seus aspectos quantitativos, faz a diferença entre uma biblioteca que abriga confortavelmente sua comunidade usuária (real ou prognosticada) e outra que não o faz, ora porque nasceu pequena ou, ao contrário, porque foi superdimensionada e, durante um longo tempo, vai causar a impressão de um vazio que nem a melhor arquitetura de interiores consegue amenizar. O dimensionamento é uma questão muito séria a ser ponderada, sempre ligada ao público previsto a mais, bem como o porte do acervo, porque deve ficar entre o aspecto do equilíbrio e da estabilidade, mas também reservando-se um espaço de folga, para eventuais

aumentos e acréscimos. Portanto, significa que há a necessidade, por parte de bibliotecários e arquitetos e/ou engenheiros encarregados, de fazerem previamente sessões conjuntas de troca de informações, de discussões preparatórias para o planejamento e a elaboração do pré-projeto, do projeto, etc., envolvendo tanto o partido quanto o programa arquitetônico em causa. A ideia é fortemente corroborada por Cruz *et al.* (1992) quando mencionam o “[...] envolvimento de uma equipe multidisciplinar, em que cada membro preocupou-se em colocar no projeto, o melhor de sua contribuição.”, no estudo de caso sobre a Biblioteca da Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP, Campus de Botucatu, Fazenda Experimental Lageado.

Assim, é preciso que a linguagem de cada área seja bem entendida pela outra, para a consecução de um bom resultado, sem prevenções estereotipadas ou antagonismos; e, quanto mais cedo, melhor. Nesse mesmo aspecto, é preciso, também, que as informações sejam bem compreendidas, quer sobre o partido arquitetônico, quer sobre o público usuário da informação e o seu uso naquela unidade. O produto final só terá pleno êxito se houver realmente uma interação entre esses dois ou mais profissionais envolvidos, necessariamente imbuídos ambos de um forte espírito de colaboração, sensíveis

[...] à convicção de que o planejamento prévio das estruturas sistêmicas é que norteará o planejamento arquitetônico, modelando o uso do espaço físico, mas com a flexibilidade capaz para ajustar-se a uma cultura em desenvolvimento, a mudanças estruturais ditadas pela evolução dos costumes e das tecnologias. (MIRANDA, 1998).

Portanto, o volume de público não se despega do tipo de público, nem da sua característica ou nível, pois que esses qualificativos são importantes para serem considerados nas discussões prévias do projeto pretendido.

Como define Gomes (2001, p. 92), o partido de um centro de informação e cultura, de conformidade com o caso de sua modelização de um centro referencial e cultural de Arquitetura, é entendido como:

[...] a idéia preliminar do edifício projetado, fixando procedimentos de síntese no projeto arquitetônico...é fruto da combinação do conjunto de idéias desenvolvidas, principalmente pelas inúmeras informações básicas obtidas na primeira etapa do planejamento arquitetônico, além das idéias acrescidas de decisões complementares, denominadas de decisões de projeto. (GOMES, 2001, p.

92).

Por outro lado,

O programa arquitetônico é a relação entre todos os cômodos, ambientes, ou elementos arquitetônicos previstos... sob a forma de um elenco de elementos arquitetônicos, os espaços a serem desenvolvidos, as funções e atividades previstas para o tema, levando em conta a clientela. (GOMES, 2001, p. 94).

Ora, o espaço físico de que estou falando será ocupado também por outras pessoas que não o público usuário final: assim, incluem os recursos humanos integrantes da equipe (usuários operacionais: administrativos, técnicos e auxiliares), usuários eventuais (visitantes), pesquisadores, colaboradores e outros. Além disso, muitas atividades serão desenvolvidas no recinto planejado: de serviço, por setores, ligadas ao atendimento geral e específico, de prestação de serviços paralelos, de acesso à informação em suportes diversos, por meio de novas tecnologias ou não (cujos equipamentos demandam espaço e cuidados especiais), conforme Cruz *et al.* (1992), de ação cultural, de comunicação e disseminação de informação, de descanso e lazer. Tudo isso demanda espaço próprio, raramente compartilhado na prática.

É preciso considerar, também, que a localização racional de setores e atividades precisa dispor de uma situação geográfico-espacial condizente e adequada ao seu movimento e às suas características, que não podem interferir negativamente nos demais, embora a proximidade seja benéfica entre alguns deles e em algumas situações.

Entretanto, é preciso lembrar que, em qualquer unidade de informação, os espaços físicos serão dimensionados de acordo com a sua função; porém, sem relegar este ou aquele a uma desatenção, quer quanto à área demandada, ao conforto ou ao *layout* compatíveis, muitas vezes recorrendo ao recurso de *ilhas*, conforme descreve Santoro (1999).

Então, dimensionamento e dedicação ao planejar (inclusive os detalhes, no *design*) são importantes para a consecução de um bom projeto e um bom produto final, após a edificação.

Sem público, uma unidade de informação e cultura não funciona. Também não funciona sem que as pessoas capacitadas a operacionalizem, tanto administrativamente quanto tecnicamente; para isso, são necessários auxiliares e especialistas, em número satisfatório e com características de acordo com o porte da unidade e da sua complexidade. Entretanto, todos precisam ter um espaço próprio de trabalho

específico e a maioria, ou grande parte, nas atribuições em que se exige a interação presencial com o público. Assim, não se pode conceber uma unidade desse universo sem que ela conte com uma área/setor de serviço, mais restrito ou menos restrito, mais individual ou menos individual, de acordo com a necessidade definida previamente pelo serviço a ser executado, o que deve transparecer nas discussões prévias entre bibliotecários e arquitetos e/ou engenheiros – naquilo que posso chamar de negociação, sob a óptica desses profissionais.

Diante disso, posso considerar que penso em uma pauta que distingue didaticamente uma biblioteca intramuros e uma extramuros. Explico.

Biblioteca intramuros é aquela que encerra a presença das pessoas, em todas as atividades variadas que lá possam ocorrer, quer por parte do usuário, quer por parte da equipe operacional, em interação com o ambiente, as instalações e o acervo, mesmo entre as pessoas que lá estão ou lá circulam eventualmente. É, na realidade, aquela que dá a dimensão entre o que é e o que poderia ser, no cenário informacional e cultural, em seus diversos aspectos. É aquela, pois, que de uma forma até certo ponto sutil, dá a alguém a frequente sensação (agradável) de pertencimento ou de rechaço a ela. Se estou dentro, estou bem; seja pela distribuição do espaço, pelo ambiente criado, pelo

conforto proporcionado, pela eficácia da informação obtida, pela acolhida, pelas atividades desenvolvidas ou possibilitadas, etc., tudo do lado “de dentro” da unidade de informação de que falo – a biblioteca.

A biblioteca extramuros pode ser entendida em mais de um sentido: pelo seu exterior, cuja fachada ou cujo entorno predispõem a (mais) uma visita, com apelos motivadores (ou não), criados pela acessibilidade ou pelo aspecto paisagístico, por exemplo. Pode, também, levar pelo imaginário, traduzindo-se na imagem que se cria para ela, até com traços de fantasia. Ou ainda, pelo seu desempenho como agência de informação e de conhecimento, por meio da extensão, isto é, por tudo que desenvolve para a comunidade externa ou vizinha, saindo de suas quatro paredes, deixando em certas oportunidades o seu recinto habitual e promovendo encontros dessas comunidades um pouco mais distantes com o acervo informacional e cultural que pode levar até elas.

Dessa maneira, procuro mostrar que a biblioteca ultrapassa seus limites físicos e que a responsabilidade de bibliotecários (como consultores e gestores) e arquitetos e/ou engenheiros começa no projeto arquitetônico, mas não termina nele. Daí a importância das discussões prévias, do estudo do usuário e do uso da informação, e da previsão acurada do que possa ocorrer quando a unidade de informação

se transformar em realidade concreta, saindo da prancheta, do estágio do papel e/ou do programa de computador.

Nesse universo, pois, a questão da localização geográfico-espacial reveste-se de importância primordial. Começo falando, de acordo com os parágrafos iniciais deste texto, em bibliotecas nacionais e estaduais, assim consideradas oficialmente, localizadas estrategicamente nas capitais e, em geral, instaladas de longa data; na maioria das vezes, vistas como emblemáticas e como monumentos do saber e da cultura hegemônica. As públicas, em geral, localizam-se em pontos centrais das cidades; nas capitais ou em cidades de médio e grande porte são, muitas vezes, multiplicadas por bairros mais populosos, nem sempre em número suficiente e em pontos estratégicos para as comunidades consideradas de periferia. Daí o surgimento frequente de bibliotecas comunitárias (pessoais ou de grupos, e logo postas à disposição da vizinhança), informais, não oficiais, surgidas das necessidades, da demanda reprimida e da iniciativa local; pelo menos, no que se refere ao estado de São Paulo, Brasil. As universitárias, centrais ou descentralizadas, são obrigatórias em unidades de ensino superior, segundo normas e sendo periodicamente fiscalizadas e avaliadas pelo

Ministério de Educação e Cultura, de acordo com os parâmetros vigentes. No estado de São Paulo, as juvenis e infantis são em número diminuto e, muitas vezes, inserem-se na biblioteca pública, em espaço reservado internamente, até como medida de contenção de gastos públicos.

Diante do exposto acima, é possível considerar que alguns fatos ocorram com relação à modelagem das bibliotecas, tendo como sentido a ação de dar-lhe forma, moldá-la para sua função, objetivos e as atividades que lhe forem concernentes. Acontece que variadas circunstâncias, de maior ou menor complexidade e importância, irão determinar se a natureza do projeto arquitetônico refere-se a: 1 - uma construção completamente nova, implicando uma estrutura nova, 2 - uma ampliação de prédio original ou anterior, embora como extensão do recinto e da estrutura preexistente, ou 3 - meramente a uma reforma interna, para adaptação e melhorias do local, sem aumento da área construída.

Em qualquer dessas perspectivas abordadas, é preciso atentar tanto para aspectos estéticos quanto para as questões de funcionalidade e de conforto, que devem envolver a modelagem de toda e qualquer biblioteca, na tensão entre o ideal e o possível. Como bibliotecária, não me cabe falar sobre os parâmetros e critérios construtivos e arquitetônicos, regulados pelas

normas e pela legislação da área, além daqueles que possam incidir e alterar os aspectos inerentes às atividades operacionais, de pesquisa, de estudo, de leitura e de lazer que são próprias das bibliotecas, tantas vezes desconsiderados ou mal entendidos por quem não conhece a rotina e as características dessas atividades; apenas dialogar e argumentar. Afirmando que

[...] a arquitetura de interiores, que privilegia o uso de cores, a iluminação, o mobiliário adequado e o redimensionamento do espaço físico, possibilita estabelecer uma direta interligação entre os princípios conceituais *do que é, para que serve e a quem se destina* um determinado espaço e as condições estéticas e de bem-estar (como, por exemplo: a claridade e o ar) necessárias ao homem para sua confortável permanência no local.

Santoro (1999) refere-se ao exemplo de uma biblioteca universitária em ampliação e reforma, em afirmações que podem ser estendidas a outros tipos de bibliotecas.

Começando pelas bibliotecas em que trabalhei, no passado, vêm-me à memória a primeira delas, tão alta que as prateleiras de cima dificilmente tinham

seus livros consultados ou solicitados para leitura e/ou empréstimo, deficiente em termos de ventilação, dotada de uma área demasiadamente exígua para o trabalho técnico. Era um espaço físico simplesmente aproveitado, sem qualquer preocupação quanto a melhorias para sua adaptação e funcionalidade definitivas. Houve outra, programada para ser uma biblioteca, inicialmente ampla, com o intuito de, dependendo do horário, ser considerada universitária (à noite) ou escolar (no período diurno); além de, aos poucos, perder espaço para a ampliação das salas de aula (a planta arquitetônica, em módulos, permitia esses rearranjos), ela apresentava um grave inconveniente, provavelmente por conta de posicionamento equivocado da construção em relação ao nascer e ao cair do sol: o barrado interno de pastilhas cerâmicas vitrificadas refletia o intenso calor que incidia sobre as paredes externas, no período da tarde, tornando o recinto absurdamente quente, a tal ponto que chegava a abrasar quem, por acaso, encostasse no barrado. A ventilação natural era boa, mas a insolação era demasiada, tornando necessário o uso de cortinas, o que alterava evidentemente a iluminação, que passava obrigatoriamente de natural a elétrica, naquele ambiente. Do mesmo modo, também o abre - fecha das cortinas competia com o liga - desliga dos ventiladores de teto, causando

inconvenientes para o acervo de papel e para os poucos usuários que se aventuravam a procurar a biblioteca naquele período.

Uma outra biblioteca que frequentei durante muitos anos, já não mais como funcionária, tinha um espaço construído amplo, mas internamente cheio de problemas que, aos poucos, foram sendo percebidos e amenizados, na busca de melhores soluções (a custos muitas vezes duplicados, diga-se de passagem): sinalização, acústica, divisão dos setores, acessibilidade, segurança. O que tenho notado é que, seja na rede pública, seja entre as particulares, o projeto inicial das bibliotecas não costuma ser obedecido e as melhorias decorrem, na maioria das vezes, da vontade de uma determinada autoridade ou liderança que “bata o pé”, ou personalidade com destaque intelectual que a valorize e exija.

Há tempos atrás, orientei um trabalho de conclusão de curso de graduação (TCC), com autora premiada, que mostrou que a demanda informacional ultrapassa os limites dos pontos de localização ocupados pelas bibliotecas públicas oficiais, na capital paulista. São as bibliotecas surgidas informalmente nas comunidades, que vêm ocupando os vazios deixados pelas oficiais, de tal maneira que os moradores que se encontram longe dos centros e das bibliotecas implantadas e mantidas pela

administração local – que, lamentavelmente, não os alcança e nem atende, quanto à demanda reprimida – suplantam a necessidade por informação (ou mais informação) e leitura, criando seus próprios espaços e recursos para tanto. É uma reação à falta de estratégia e de uma política pública de informação de tom democrático e socialmente justo. A televisão e a imprensa nos dão conta, quase diariamente, de um açougueiro que empresta livros, de uma catadora de papel que, em sua casa humilde e diminuta, dispõe de material de leitura e consulta para quem necessitar, na comunidade. Os exemplos são muito e surpreendentes. São iniciativas paralelas aos bibliojuegos, às bibliobicicletas, aos bibliobarcos...

Minha opinião é que, se todas as escolas da rede pública de ensino tivessem suas próprias bibliotecas, essa demanda por leitura e informação seria melhor suprida e as nossas crianças e adolescentes poderiam apresentar um nível melhor de conhecimento e de cultura, sem a necessidade de deslocamentos inoportunos; de progresso, desde que a obrigatoriedade vigente da educação escolar fosse legalmente “acompanhada” pela presença concreta e compromissada de uma biblioteca que, *pari passu*, proporcionasse a informação como reforço complementar à que é recebida em sala de aula.

Porém, a questão não é apenas de número de

unidades de informação e cultura. No caso das bibliotecas, trata-se também de questionar o que teria havido com aquelas existentes em cada unidade escolar, há setenta ou oitenta anos atrás, algumas aparentemente projetadas pelo escritório famoso de Ramos de Azevedo, responsável por inúmeras delas, de notável destaque em São Paulo, naquela época...

No estado de São Paulo, hoje, cada escola dispõe de um dossiê, do qual consta uma biblioteca, especificada em planta arquitetônica, ao que se sabe, mas que, na prática, pode estar num vão de escada, num corredor, ou até mesmo na cozinha, encerrada em armário da pia, como constatado por Mariano *et al.* (1993).

No caso das nossas bibliotecas, nota-se uma falta de lógica na sua distribuição, quer com referência à política pública que as direciona, quer em relação à própria lógica que as define, aparentemente sem coerência nem consistência. Isso se traduz por uma insuficiência e carência de unidades onde talvez elas sejam mais necessárias, enquanto que as comunidades de periferia (isto é, o povo) reagem e criam seus próprios recursos e agências de informação e cultura. De forma muito criativa, embora improvisada e frágil.

Entretanto, quero aqui questionar e refletir inclusive sobre o aspecto de que as unidades, entre

virtuais e não virtuais, são todas fruto decorrentes do esforço e da contribuição da sociedade como um todo (eu, você, o outro...), por meio do recolhimento de taxas e impostos, pagos por todos e canalizados para as verbas destinadas aos ministérios e, daí, às secretarias das mais diversas áreas administrativas que, sabemos, não são contempladas com retorno equitativo e justo, como deveria ser.

No caso específico das bibliotecas, acrescenta-se que, dependendo da sua classificação tipológica, estão atreladas ora à Educação, ora à Cultura, ora à Ciência e Tecnologia, auferindo de verbas e atenção desiguais ou, no extremo oposto, sendo desatendidas em suas necessidades.

Em que pese tais condições, destacam-se algumas unidades como verdadeiros monumentos, no melhor sentido, como a recém-inaugurada Biblioteca do Estado de São Paulo, no Carandiru, ou a Biblioteca Nacional de Brasília, com projeto de Oscar Niemeyer. São exemplos de bibliotecas novas, construídas com essa função e que, diante disso e do alarde com que foram anunciadas à população, certamente terão garantidas a sua permanência e a sua manutenção, ao longo do tempo.

Em contrapartida, o descaso com que são tratadas as bibliotecas escolares na rede pública de ensino é revoltante, se pensarmos como seriam

importantes para o crescimento de crianças e adolescentes em direção ao conhecimento e à realização pessoal. Além de não contemplarem a totalidade das escolas, as remanescentes dependem da opção teimosa dos dirigentes/educadores locais para existir e servir à comunidade escolar interna, já que não há uma legislação de fato em vigor para essa área (infelizmente, não regulamentada; portanto, sem a força de lei), o que provoca, de certa forma, a multiplicação dos exemplos citados acima de corredores, vãos de escada e bancadas de pia abrigando “bibliotecas” nas escolas paulistas.

O Projeto Mobilizador, do Conselho Federal de Biblioteconomia (2008)², que envolve um sistema de informação para o ensino público, aponta uma possível solução para parte desse grande problema que aflige a maior parte da sociedade brasileira, oferecendo a racionalização quanto à ocupação dos recursos humanos e o compartilhamento de serviços técnicos e organizacionais a baixíssimo custo. Se e

² Na primeira edição desse livro ainda não havia sido promulgada a Lei nº 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Com o objetivo de alterá-la e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) há o Projeto de Lei nº 9.484/2018 que se encontra em apreciação no Senado Federal. (Nota dos organizadores).

quando o Projeto Mobilizador for implementado, poderemos assistir ao resgate da informação extraclasse, complementar na escola pública ou em qualquer outra escola ou instituição.

Acervo e equipamento eletrônico parecem não ser a maior falta sentida nos dias de hoje; de um jeito ou de outro, de forma oficial ou alternativa, as bibliotecas conseguem dar conta dessas necessidades, umas mais, outras menos.

O que já é tempo de acontecer é que as autoridades com poder de decisão optem pela proposta mais lógica e acertada, seja em termos de unidades novas/estruturas novas, seja de ampliações daquelas porventura existentes, reformas ou adaptações. Em qualquer desses casos, é fundamental que haja discussões prévias entre os envolvidos diretamente, isto é, aquele que toma decisões e que autoriza tais edificações, o arquiteto/engenheiro e o profissional da informação – o bibliotecário, concorrendo em conjunto e objetivamente para criar um novo contexto adequado para a captação, a disponibilização e a disseminação da informação, como mola propulsora para o desenvolvimento e a cultura da sociedade como um todo. Obviamente, esse não é um alvo a ser atingido de forma automática, nem determinista. É um processo complexo, que depende de muitos fatores; mas, se cuidarmos para que aqueles

mais elementares – tais como a concretude do espaço físico adequado para os centros de informação e cultura – existam efetivamente e não escasseiem (de forma socialmente injusta, como temos visto), poderemos dar um passo adiante na busca por uma educação de nível qualitativo melhor do que o que temos exibido até agora, em que o nosso conhecimento nos leve a ser mais felizes socialmente do que temos sido.

Diante do que venho dizendo até aqui, entendo que uma política pública eficiente para os centros de informação e cultura devam começar pela distribuição justa, bem como pela ocupação criteriosa do espaço geográfico, na implantação de unidades onde elas sejam efetivamente necessárias e/ou demandadas, fazendo-se previamente estudos com essa finalidade. Após isso feito, é preciso pensar com seriedade num modelo arquitetônico flexível quanto ao resultado final, dimensionando racionalmente os ambientes necessários ao funcionamento dos setores referidos acima, sem omitir a folga e as bases necessárias para um eventual acréscimo futuro.

Evidentemente, pretende-se que, no século XXI, já esteja incorporado o conceito de integração social, no que tange os deficientes físicos e visuais, principalmente, cujas dificuldades de acesso às unidades de informação e cultura, no caso, encontram

soluções plenamente satisfatórias para que os indivíduos com esse tipo de dificuldade não sejam barrados por problemas que a Arquitetura e a Engenharia construtiva resolvem com facilidade.

A interface entre as duas áreas distintas que venho abordando ao longo deste texto é o mote para levar a reflexão ao ponto de que há um relativo desconhecimento entre ambas, que tem criado inconvenientes na instalação e no uso de unidades de informação e cultura. Se o bibliotecário é leigo em normas, códigos e práticas de planejamento arquitetônico (entre partido e programa), que obviamente desconhece ou conhece mal, por outro lado, o arquiteto (ou o engenheiro civil, por exemplo) responsável pelo projeto e pela construção, pode não intuir sobre a estreita relação entre a edificação e o uso do espaço na prática, envolvendo setores, serviços, atividades-meio e atividades-fim.

A interface, como entendo, obriga a uma interação harmoniosa e objetiva entre ambos os profissionais, para a obtenção de um resultado futuro plenamente satisfatório. Não é o bibliotecário quem vai dizer, por exemplo, qual deve ser a espessura ou a localização de uma laje ou ainda a composição do concreto armado, nem o arquiteto vai dizer, autoritariamente, onde e como deve estar plantado o setor de serviços técnicos, de recepção ou de

atendimento ao usuário que ocorre à biblioteca. Sugestões podem ser trocadas ou negociadas, sob argumentos lógicos e de bom-senso, embora cada um no seu campo de conhecimento e de especialidade, sob sua óptica.

Insisto nisso porque pesquisas realizadas no Brasil e no Exterior (poucas) levaram-me a constatar e a refletir sobre verdadeiros absurdos cometidos – suponho pela falha irresponsável de profissionais das duas áreas, ou mesmo autoridades com poder de decisão – que, principalmente nos domínios da biblioteca pública e da biblioteca universitária, apresenta excentricidades tais como o formato de uma chave (metáfora da chave do conhecimento) para o espaço que abriga o acervo, criando uma descontinuidade inconveniente entre itens afins, ou o caso de unidades que expõem indiretamente suas coleções ao rigor do clima, priorizando valores estéticos e/ou da criatividade artística equivocada de quem idealizou o projeto, sem ser contestado.

Baseando-se nas principais recomendações de Borges (1981), no 2º Simpósio sobre Arquitetura de Bibliotecas Universitárias, Cruz, Unoue e Contin (1992, p. 6) elencam:

- Total participação de bibliotecários na formulação do projeto arquitetônico;
- Previsão de elementos externos junto

às janelas, tais como: jardins fechados, jardineiras, etc.; a fim de evitar o desvio de material bibliográfico. Não se recomenda o uso de grades ou telas;

- Previsão de um sistema estrutural que permita expansão e flexibilidade para instalações *a posteriori*;
- Aproveitamento da luz natural nas áreas próximas às janelas, adotando instalações elétricas que permitam acender a luz apenas nas partes centrais do salão, que recebem menos luz natural.

Elas observam também que Borges (1981) no mesmo Simpósio ainda coloca, como recomendação, a “[...] consideração da cultura local como elemento condicionante em todo o processo de projeto [...]”.

Depois de tantos anos, tais recomendações deveriam ser revistas e reavaliadas, tendo em vista que novos procedimentos poderiam ser indicados com maior propriedade, já que o mundo mudou e, com ele, a Arquitetura e a Biblioteconomia apresentaram avanços.

Miranda (1998), em seu artigo já referido, analisa a pesquisa acadêmica de Valci Augustinho, de 1987, concluindo que os princípios básicos a serem levados em consideração devem ser os de estrutura física e materiais de construção utilizados,

principalmente, considerando-se parâmetros independentes relativos à umidade do ar (temperatura, ventos, nebulosidade), e como parâmetros de variáveis dependentes as questões de ventilação, da iluminação e dos materiais de construção. Nesse texto, são mencionadas equipes multidisciplinares (engenheiros civis, engenheiros elétricos, eletricitas, bibliotecários, urbanistas e paisagistas, técnicos em refrigeração, pessoal administrativo e representantes de docentes (no caso da biblioteca universitária), alertando que

[...] 10% dos entrevistados revelaram que nenhum aspecto climático foi levado em consideração e 40% acreditavam que houve preocupação com o problema, mas que nenhum estudo prévio foi realizado. (MIRANDA, 1998).

Referindo-se a outro texto do mesmo autor, em parceria com José Galbinski, ambos consideram como Fatores Básicos para a formação da equipe de planejamento e assessoria, mencionada no trabalho que analisam:

- a definição da capacidade da biblioteca em termos de tamanho do acervo e do número de postos de leitores;
- a avaliação preliminar da área construída necessária para abrigar as

facilidades, e

- a avaliação preliminar de custos (MIRANDA, 1998).

A partir dos quais transpareceram problemas tais como:

- a falta de experiência de equipes locais na fase de planejamento dos edifícios;
- uma baixa participação da comunidade nas definições do partido arquitetônico;
- dificuldades de negociação com autoridades e burocracia das instituições, o que pode ter levado à tomada de decisões unilaterais por parte das agências financiadoras e das equipes externas de planejamento e construção;
- a baixa capacitação de arquitetos e bibliotecários em questões específicas.

Considero que os textos em que me apoiiei, para a elaboração destas considerações, são seguros, até pela projeção de seus autores. Mesmo abrangendo o período já distante entre 1981 e 2001, julgo esses textos muito atuais, pelos subsídios que oferecem para situações de modelagem de estruturas novas, ampliações e reformas.

Entretanto, a cada dia que passa, novas propostas vão surgindo, em termos de conceitos, de materiais e de tecnologias. Construções “inteligentes”, ecológicas e autossustentáveis são uma realidade e

não podem ser ignoradas, mesmo no caso de unidades de informação e cultura, mais especificamente as bibliotecas, objeto desta discussão.

Assim, enquanto as observações dos autores consultados foram-se alinhando, pude verificar que havia muita semelhança entre elas, até pelo teor dos tópicos abordados, apesar de os casos relatados não serem idênticos.

Como estou supondo que a leitura deste texto possa ser fruída tanto por bibliotecários quanto por arquitetos/engenheiros, recomendo-lhes uma leitura de síntese, para extrair o que houver de melhor e mais útil dos excertos aqui selecionados. Entretanto, que o façam com o olhar dos nossos dias, adicionando-lhes os conceitos e a tecnologia da atualidade com critério, bom-senso e espírito profissional, para oferecerem um projeto funcional, prático e pró-ativo, para um público que bem merece, sensibilizando, antes de mais nada, as autoridades responsáveis pelo setor.

REFERÊNCIAS

BORGES, Stella Maris. Síntese do simpósio sobre arquitetura de bibliotecas universitárias. *In*: SIMPÓSIO SOBRE ARQUITETURA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2, Brasília, 1981. **Anais** [...]. Brasília: Capes, 1981. p.129-131.

CRUZ, Maria Inês Andrade; INOUE, Célia Regina, CONTIN, Rita de Cássia Colognesi. **Biblioteca do Lageado**: partido arquitetônico de biblioteca para a UNESP. 1992. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/XI-SNBU/Dados/TrabLiv/t004.pdf. Acesso em: 12 out. 2009.

GOMES, Samir Hernandes Tenório. **Centro referencial e cultural de arquitetura**: uma proposta para disseminação da informação. 2001. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2001.

GOMES, Samir Hernandes Tenório. **Edifícios para bibliotecas universitárias**: perspectivas e diretrizes a partir da avaliação pós-ocupação. 2007. 538f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde29042010-105703/pt-br.php>. Acesso em: 22 set. 2019.

MARIANO, Ana Sílvia Pamplona *et al.* **Diagnóstico das bibliotecas escolares de Jaboticabal-SP**. 1993. Trabalho de pesquisa apresentado ao ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS DE JABOTICABAL E CIDADES VIZINHAS, 2., 1993. (mimeografado).

MIRANDA, Antonio. **Arquitetura de bibliotecas**:

experiência brasileira. 1998. Disponível em:
<http://eprints.rclis.org/5552/1arquitetura.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

SANTORO, Maria Isabel. **A influência da arquitetura de interiores na organização e uso de bibliotecas: o caso da UNICSUL**. 1999. Disponível em:
<http://snbu.bvs.br/snbu2000/parallel.html>. Acesso em: 12 out. 2009.

SISTEMA CFB/CRB. **Projeto Mobilizador**: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília, 2008. 38p.

Capítulo 3

AS CARTOGRAFIAS DA BIBLIOTECA

Célia Regina Simonetti Barbalho

[...] ver, torna visível, é uma forma de apropriação. O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance da mão. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. (ORLANDI, 1990, p. 17).

1 CARTOGRAFIA E BIBLIOTECA: LEITURAS E INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS

A cartografia está relacionada, segundo a Associação Cartográfica Internacional, com um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização, que são empregados para promover a mobilidade espacial. Cartografar é uma criação humana, o que implica na existência de um alguém que elabora e de um outro

que interpreta.

Por certo, a cartografia da biblioteca busca, por uma aproximação alegórica, apontar elementos que corroborem com a reflexão e o entendimento do espaço construído na expectativa de favorecer a compreensão dos objetos, conceitos, condições, processos e demais elementos que contribuem para a comunicação, interpretação e a consequente fruição dos ambientes por ela propostos.

Inquestionavelmente, trata-se de uma aproximação sem a intencionalidade de esgotar tudo o que há para se cartografar no ambiente da biblioteca, a reflexão exposta neste capítulo não tem a ambição de ser sempre coerente, precisa, única e apontar um sistema perfeito de fruição do ambiente. Mormente trata-se de representações de parcelas do conhecimento, de parcelas de informações, dentro de uma vastidão interminável e mutável do

[...] universo (que outros chamam a Biblioteca) [...] com seu elegante provimento de prateleiras, de tomos enigmáticos, de infatigáveis escadas para o viajante e de latrinas para o bibliotecário sentado, [a qual] somente pode ser obra de um deus. (BORGES, 1995, p. 43).

Na expectativa de apreender a cartografia, este capítulo discute a biblioteca invisível³, ou seja, aquilo que está expresso, mas paradoxalmente oculto, a linguagem espacial que ela adota, a qual pode ser percorrida, lida, o que pode incidir em infinitas possibilidades de leitura. Interessante também é perceber como o ambiente de uma biblioteca ajuda para a leitura da outra, pois há conexões entre os equipamentos urbanos, por mais distantes que estejam.

Para buscar um entendimento sobre as cartografias do invisível na biblioteca, este capítulo discute as características referentes às suas arquiteturas especialmente quanto às divisões interna e externa, fachada e localização e destaca os efeitos de

³ Biblioteca invisível aqui exposta como uma analogia à obra de Ítalo Calvino. *As cidades invisíveis*, um dos escritores mais importantes e instigantes da segunda metade do século XX, conta a história do famoso viajante Marco Polo, que descreve para Kublai Khan as incontáveis cidades do imenso império do conquistador mongol. Neste livro, a cidade deixa de ser um conceito geográfico para se tornar o símbolo complexo e inesgotável da existência humana. Assim, a analogia busca tal aproximação conceitual uma vez que a biblioteca possui abundantes possibilidades de interpretação seja pelo ambiente físico ou pelos artefatos culturais que armazena e dissemina.

sentido que esses textos provocam no público. Inicialmente busca uma aproximação conceitual entre a cartografia e biblioteca visando favorecer leituras e interpretações possíveis. Na expectativa de oferecer sentido à leitura, examina questões entrelaçadas com a arquitetura destacando a evolução das projeções cartográficas do conjunto de elementos estabelecidos para instalar uma biblioteca, sejam eles internos ou externos. Finaliza apontando que a forma do universo chamado biblioteca necessita atentar, sobretudo para os valores de uso do ambiente.

2 ARQUITETURA E BIBLIOTECA: O SENTIDO DAS SUAS CARTOGRAFIAS

A arquitetura, ao demarcar as fronteiras e limites do homem no espaço construído, opera de forma globalizante na relação espaço-tempo do fruidor e age ativamente sobre a sua mobilidade corporal.

De fato, o movimento humano dentro de um determinado espaço é resultado da percepção visual, auditiva, olfativa e tátil que, em conjunto, estabelecem a consciência espacial e definem o deslocamento do corpo a partir, inclusive, da interpretação de características bi e tridimensionais como extensão, tamanho, forma, profundidade,

largura, distância, entre outros. Pode-se afirmar, então, que o movimento humano é um ato de comunicação instalado através de seus deslocamentos e efetivado pelos seus trajetos no ambiente delimitado pela obra arquitetônica.

Uma produção arquitetônica não é ingênua, pelo contrário, ela se articula para colocar-se, de certo modo, no dia a dia daquele que ela abriga e que convive com suas formas interativa e subjetivamente.

Como qualquer texto, a arquitetura se manifesta pela localização no tecido urbano, pela materialidade através da cor, textura, transparência, opacidade, geometricidade e pela dinâmica que sintoniza o que, de fato, ela deseja comunicar. O prédio do Museu de Arte de São Paulo (MASP), na avenida Paulista em São Paulo, por exemplo, é um argumento contra a verticalidade dos demais edifícios e marca, pela contestação de suas formas, sua presença horizontalizante no espaço urbano. Ao diferenciar-se dos demais, inclusive pela cor vermelha que usa, chama a atenção para o que abriga em seu interior: a arte – expressão particular, individualizada, modo de ver o mundo a partir do que cada autor percebe e que é manifestado por meio de suas obras, impõe ser visto com formas de vida, modos de visibilidade coexistentes e para os existentes.

Logo, o material empregado na construção, o

projeto do edifício, o estilo adotado, as cores e formas que compõem o conjunto arquitetônico, a localização no meio são elementos constitutivos do plano de expressão e de conteúdo que manifestam o sentido do texto. Este, por sua vez, possui uma complexidade de interpretação que não se esgota no que é visível ao olhar físico, mas revela-se também pelos sentimentos e sensações que provoca no seu observador-fruidor muito bem explorado, por exemplo, pelos parques de diversão através da atração Casa do Terror ou Trem Fantasma, sempre evocando por meio do negro da parede, da pouca iluminação, da textura empregada, ou de outras estratégias, impressões de medo, pavor, terror.

Efetuar estudos sobre o significado do espaço construído para biblioteca implica primeiramente observar que ela só pode ser apreendida se relacionada a um lugar diferente, ou seja, ela está colocada para ser assumida como espaço de informação e de conhecimento, independente das variáveis que possa apresentar – pública, especializada, escolar, universitária, nacional etc. – de modo a mostrar-se como significante que, ao ser articulado com o seu significado, estabelece uma relação de uso que lhe é próprio. De certo modo, analisar o espaço-biblioteca é entender os sentidos despertados no usuário e colocá-lo como um lugar de

enunciação cuja intencionalidade das marcas intertextuais que produz são orientações construídas para o uso do ambiente.

De fato, uma biblioteca não é uma casa, um palácio, um templo, um teatro. Por meio de vários elementos que evoca e nela se confrontam, ela se pronuncia como um lugar do saber, da conservação, da pesquisa, propício para auxiliar na mudança de estados de ignorância, como aponta Daniel Payot (1997, p. 12, tradução nossa)

[...] são lugares de articulação do Inteligente e sensível: a biblioteca é um espaço duplamente articulado, uma ligação de componentes que já estão fazendo o seu próprio regime, a proposta de uma aliança de elementos onde cada um dos quais já é ao mesmo tempo uma combinação de espaço e de verdade, universalidade e localidade, significado e sentido da sensibilidade de direção.

Com efeito, o edifício da biblioteca está investido de valores que são simbolicamente construídos por duas dimensões que lhe dão um sentido amplo. A primeira é a de contribuir para o desenvolvimento do indivíduo – valor de base –, e a segunda é a de proteção aos bens culturais que estão sob sua guarda facilitando, pela frequência espacial, a

acessibilidade ao conhecimento – valor de uso.

Assim vistos, os prédios não são indiferentes, neutros, eles se inserem no cotidiano, influenciam o universo urbano, a imagem da cidade e, conseqüentemente, a própria imagem da biblioteca e seu interior tanto pode invocar um sentido de disposição, de acessibilidade, quanto de escolha, de exposição, de clausura.

Novamente Daniel Payot (1997, p. 11, tradução nossa), ao reforçar tal argumentação, afirma que:

Como a arquitetura, a biblioteca fala uma linguagem que pode parecer diferente: diz-nos a compreensão do espaço que levou a sua concepção, a física que determinou a sua programação para a construção simbólica que é principalmente referida. Novamente, a questão do significado está presente: pelos procedimentos de acesso, pela distribuição do espaço, dos corredores, das continuidades ou dos contrastes com o urbano, do monumental ou do modesto são diferentes expressões de intenções.

O edifício da biblioteca é uma manifestação de linguagem para contemplação dos transeuntes. Sob o olhar do usuário, essa imagem comunica sua função, seus significados plásticos e icônicos, afirmando sua presença no contexto no qual se insere, provocando

ou não os passantes e despertando, no público, sentidos que variam de acordo com a aparência geral do objeto.

Valci Augustinho (1987), na dissertação sobre aclimatação ambiental dos prédios de bibliotecas centrais universitárias, também destaca que o exterior reflete o que lhe vai dentro, exigindo que as especificações arquitetônicas estimulem as pessoas a entrarem nos prédios.

O arquiteto Horácio Mayano Navarro (1946, p. 186, tradução nossa), na obra *Elementos de la teoria de la arquitectura*, afirma que:

[...] arquitetonicamente falando, a biblioteca é um problema moderno. Pela descrição as bibliotecas da Antiguidade e os exemplos das bibliotecas existentes do Renascimento, vê-se claramente que as grandes coleções de livros eram conservadas simplesmente em habitações ou galerias abastecidas de estantes, armários ou mesas. Entre estas bibliotecas, a mais famosa na História da Arquitetura é a Biblioteca Laureziana de Firenze construída por Miguel Angelo para Lorenzo de Médicis. [...]. É verdade que para bibliotecas reduzidas nos espaços de uma sala, o sistema clássico de estanteria fixadas às paredes dificilmente será modificado;

entretanto, é completamente inadequado quando se trata de espaços de uso público.

Alain Pélissier e Jean-François Pousse (1989), arquitetos franceses, que discordam das colocações de Horácio Navarro, afirmam que independente do tamanho e quantidade de espaço disponível, as salas para bibliotecas foram construídas historicamente considerando a qualidade e o fluxo de uso, bem como sua contingência funcional a qual em Éfesos possuía um formato quadrangular e na Laureziana, dos Médicis de Florença, Itália, destacada por Navarro, um formato retangular.

3 EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS DA BIBLIOTECA⁴

Ambas as bibliotecas acima mencionadas são integrantes do que os autores (PÉLISSIER; POUSSE, 1989) denominam de primeira geração da arquitetura destes organismos culturais, as quais se caracterizam por serem compostas de salas contínuas ou por um amplo salão onde dispõem, junto à parede, estantes

⁴ Uma projeção cartográfica é o delineamento dos elementos que compõem uma superfície. Analogicamente, a evolução da superfície da biblioteca, ou seja, dos modos como ela buscou constituir seus ambientes, é o que se expõe neste tópico.

para armazenar o acervo, normalmente tabletes de argila ou rolos de papiro, deixando livre para circulação o espaço central de modo a permitir uma boa distribuição de luz, inclusive pela quase ausência de mobília.

Alain Pélissier e Jean-François Pousse (1989) denominam esta primeira técnica construtiva de bibliotecas de *box para livros* ou *cofres de livros* pela semelhança com caixotes, pela simplicidade que destaca uma pobreza tanto funcional como estética e não concentra seus serviços e, finalmente, por estar fechada em espessas paredes, silenciosa criando uma atmosfera reservada semelhante a um espaço privado, para manter o conhecimento trancado dentro de seus muros de modo a não querer ser vista. Destaca-se, assim, que essa forma arquitetônica privilegia a guarda e não o acesso ao conhecimento.

Boullée⁵ inaugura, ainda segundo os autores, a segunda geração das edificações de bibliotecas, destacando, em seus projetos, o exercício à

⁵ Etienne-Louis Boullée (1728-1799), arquiteto francês autor da obra *Architecture, essai sur l'art* e do projeto arquitetônico da Biblioteca Real da França. Seus projetos se caracterizavam pelo apego à monumentalidade por pressupor que a emoção que a obra arquitetônica deve transmitir é tão importante quanto à racionalidade da forma que, para ele, deveria ser simples e geométrica.

consagração de dar forma a um relicário, a um conservatório das experiências expressadas pelo homem, transportando seus usuários a um lugar sublime, por manter em destaque o espaço do acervo. O estilo boulleano se caracteriza por apresentar um formato alongado como um largo corredor que possui intermináveis estantes onde o usuário deve buscar a obra. Segundo Michel Mellot, na obra *Nouvelles Alexandrias* (1996), Boullée criou um estabelecimento cultural do gênero basílica ao deixar aparente as obras para que os usuários pudessem admirá-las e serem por elas seduzidos, o que tornava irresistível o contato visual mas mantinha os leitores fisicamente distantes do acervo, separados, inclusive, por uma mureta.

Tal arranjo os intimidava pela grandiosidade, destacando, pelo estilo, a metáfora da biblioteca como *memória do mundo* e, portanto, a preservação e conservação – valor de uso –, a qual permite ainda que a iluminação pela luz natural era fator condicionante para leitura haja vista que em seus projetos os usuários são concentrados em espaço iluminado e há uma ausência de claridade ao fundo, problemas que, possivelmente, não foram solucionados pelo estilo boulleano.

Labrouste⁶, em 1840, criou o projeto da biblioteca de Sainte Geneviève, em Paris, oferecendo destaque não mais à guarda de livros – valor de uso –, mas, ao estabelecer ambientes especialmente destinados à leitura, transpõe o paradigma do acervo para ressaltar o de utilização e acesso ao saber – valor de base. Ao criar uma atmosfera própria para uso, com a inclusão de mobiliário para que o usuário possa efetuar o mais agradavelmente possível sua leitura, o arquiteto francês estabelece, ainda segundo Pélissier e Pouss (1989), a terceira geração dos edifícios destinados a bibliotecas.

A última e atual fase se caracteriza por projetos, os quais dão destaque à divisão interna, de

⁶ Pierre François Henri Labrouste (1801-1875), arquiteto francês que acreditava que a arquitetura deveria refletir a sociedade e por isto criou o estilo chamado de *racionalismo romântico* cuja distribuição funcional do espaço é o maior destaque. Sua obra foi influenciada pelos aspectos tecnicistas da sociedade industrial. Acreditava ser a arquitetura um *formulário de comunicação* onde deveria ser transcrito as fases orgânicas de uso da edificação e, com isso, expressar coerentemente, as reais necessidades da sociedade. É autor do projeto da Biblioteca Nacional da França, na rua Richelieu, onde está presente a influência que sofreu de Boullée. Seu estilo influenciou a construção de diversas bibliotecas americanas, sendo a Biblioteca Pública de Boston a que melhor o retratou.

zonas distribuídas de acordo com a racionalidade do espaço, preocupando-se com o desempenho da função. Com efeito, Anne-Marie Bertrand (1997), destaca que a tradução espacial da biblioteca é operada pelo seu paradoxo funcional que é o de preservar e oferecer, encerrar e franquear, conservar e comunicar devendo articular-se por meio da oferta transparente, colocar-se para seu público manifestando-se, pelo modo de se dispor no espaço, como um organismo vivo de cultura.

Para balizar outros sentidos que emanam do espaço construído para uma biblioteca, se faz necessário ainda observar alguns elementos que compõem sua existencialidade, oriundos da criação que gera a interpretação do ambiente onde se insere a construção, manifestando-se como elemento sutil e anônimo ou como dissonante e centralizador dentro da paisagem que ela ocupa.

4 A SÉRIE CARTOGRÁFICA DA BIBLIOTECA⁷

⁷ Uma série cartográfica significa a sistematização de um conjunto de mapas, a fim de definir a padronização de sua representação, ou o conjunto de folhas de formato uniforme e na mesma escala, com título e índice de referência, cobrindo uma região, um Estado, um País, um continente ou o globo terrestre. Na busca por uma aproximação alegórica, uma séria cartográfica significa,

A biblioteca é apresentada como um código que deve ser dominado pelo usuário, pois seu uso não é intuitivo, mas, apreendido. Ao dominar o código, ele passa a ter reais condições de uso e de captação dos mais variados significados produzidos.

A localização do conjunto arquitetônico da biblioteca no espaço urbano é resultado de um projeto político da municipalidade, desencadeando efeitos de sentido sobre aqueles que a usam. Quando central é manipulada pelos atributos de prestígio e poder que ela exerce principalmente se estiver próxima à Prefeitura, ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, por exemplo, edificações que simbolizam o poder constituído e legítimo de uma cidade.

Quando a construção se efetiva em espaço periférico como bairros afastados, a localização é manipulada pelo sentido de ampla disseminação dos bens culturais, revestida da ideia de popularização do saber, como descreve Maria Cecília Diniz Nogueira (1985, p. 66-68), na sua dissertação sobre a biblioteca pública de Santa Luzia, Minas Gerais, afirmando que “[...] quanto a localização geográfica, a biblioteca está situada num dos pontos privilegiados da ‘parte alta’ da cidade, que, por sua vez, é o centro econômico-

neste texto, a sistematização do conjunto de elementos estabelecidos para instalar uma biblioteca.

político do município. Fica fora da periferia, zona de concentração da classe trabalhadora [...]”.

Tal assertiva também é reforçada por Anne-Marie Bertrand (1997, p. 130) para quem a decisão de construir um prédio de uma biblioteca é resultante de um projeto cultural, urbano e político dos governos, pois, a escolha do lugar pode dotar o prédio de uma atmosfera de poder, se central, ou de intimidade, se instalada no bairro o que requalifica o espaço periférico atribuindo-lhe reconhecimento.

Já as fachadas se colocam, de certo modo, como uma fronteira que separa o interior do exterior, manifestando valores que, implícitos na obra arquitetônica, criam efeitos de curiosidade, de familiaridade, de intimidação, de legitimidade, de abertura, de confronto, de nostalgia, de rejeição, de profanação ou ainda de inteira aceitação. Com efeito, a autora francesa acima mencionada, discutindo os dispositivos utilizados para criar efeitos de familiaridade, por exemplo, afirma que estes se constituem de três tipos que são:

[...] com o lugar, com a instituição, com a coleção. Familiaridade com o lugar: transparência, portas de vidro, a organização dos serviços em um único espaço, coloca a biblioteca para oferecer um ambiente compreensível,

onde nada está escondido, subtraído, secreto, reservado. A familiaridade com a instituição: ferramentas de instrução para multiplicar e desmistificar a instituição além de tranquilizar o usuário [...] como o clássico ‘orientação ao leitor’, publicações de apoio a mobilidade em um novo prédio. Familiaridade, finalmente, com os esforços de acolhimento com quadros, exposições temáticas que são recursos para despertar a curiosidade e estimular a leitura [...] (BERTRAND, 1997, p. 180-181, tradução nossa).

De fato, fachadas como a da biblioteca pública do Condado de Monroe Bloomington, Indiana, nos Estados Unidos, ou ainda como as das bibliotecas de Orléans, e de Jean-Pierre Melville, ambas na França, criam efeitos de curiosidade, de invasão concreta do espaço exterior, de palco para que os passantes assistam ao espetáculo da leitura pública a fim de provocar ou tentar provocar um convite à sua entrada através da exposição de suas atividades com intuito de despertar o desejo de consumo dos produtos por elas oferecidos, já que quer ser vista, como descreve Chistine Orloff (1996, p. 22, tradução nossa) sobre as de Melville:

A principal vantagem da biblioteca Melville é ser uma montra abrangente,

aberta sobre a cidade. A fachada não é mais uma barreira entre o mundo da biblioteca e o da rua, mas uma pele simples que permite a interação entre os dois espaços. A biblioteca continua a ser um santuário, um lugar de encerramento. As fronteiras entre o dentro e o fora estão desaparecendo, quase se poderia chamá-lo de uma biblioteca extrovertida. O transeunte é colocado em uma posição de voyeur. A fachada, revelando as profundezas da biblioteca e as atividades que ocorrem faz uma chamada, um alerta para entrar no loop. Ela revela a intimidade do lugar, o alinhamento dos sábios nas mesas de leitura e prateleiras, à atmosfera estudiosa [...].

Todo o efeito descrito pela autora pode ser percebido pelo emprego de fachadas de vidro, as quais avançam nas calçadas como chamando o transeunte para observá-la.

Já a fachada das bibliotecas instaladas em edifícios históricos, como a da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Brasil, cria efeitos de preservação, de isolamento, de intimidação, de reserva de uso de seus espaços, vedando qualquer visibilidade do interior. O passante e a biblioteca estão isolados pela imponente fachada que instala um sentido de privação, de algo que está sobre todos, uma vez que

uma imensa escadaria de mármore a separa do nível da rua, elevando-a.

Assim posta, a biblioteca desperta um sentimento de nostalgia no usuário, de profanação ao sítio histórico que é enriquecido pelo prestígio da Antiguidade e que mostra, inclusive, traços e datas do passado registrados em sua fachada, memorizando a identidade da coletividade e apresentando dois tipos de efeitos na intervenção urbana. Um desses efeitos é o de respeito, gerado pelo espírito de conservação do lugar, de seu valor enquanto identidade cultural e outro, mais ativo, é aquele dado pelo importante papel do prédio na localidade da qual ele é participante e acumulador da cultura local.

Os efeitos negativos provocados pela fachada cessarão somente quando o espaço for apropriado pelo passante que necessita romper com a barreira física provocada pela fachada para penetrar no universo interior daquilo que, a princípio, não quer ser visto.

Fachadas como a da biblioteca Shiou Junior College em Hitachi, no Japão, que pouco ou nada mostram do interior, funcionam como um recurso divisor do espaço dentro e fora. Sendo completamente isoladas, preservam seu interior e, ao querer não ser vista pelo passante, manifestam-se como um lugar reservado, exigindo que o usuário *tome a iniciativa de*

abrir a porta e entrar, tal como nos mostra Ana Claudia de Oliveira (1997, p. 86-121), ao analisar os estabelecimentos comerciais.

As bibliotecas chamadas por Michel Mellot (1996) de as *Novas Alexandrias*, como referência à grande biblioteca egípcia da Antiguidade, usam as suas fachadas como uma enunciação para o grande espetáculo que ocorre em seu interior. Não querem não ser vistas, já que são monumentos que se colocam no espaço urbano como uma provocação, uma ruptura, um descontínuismo, da ordem urbana, como um convite ao encontro com a cultura.

As fachadas não representam uma fronteira uma vez que, tanto no novo edifício da Biblioteca Nacional da França, em Paris, quanto no da British Library, em Londres, uma praça pública se coloca como intermediadora entre o espaço da rua e o acesso à biblioteca, incitando o diálogo através da disposição de bancos postos à contemplação do suntuoso monumento, como afirma Dominique Perrault (*apud* BLASSELLE; MELET-SANSON, 1990, p. 99) ao definir o seu projeto para a da França como “[...] uma praça para Paris. Uma biblioteca para a França. Com suas torres de canto como quatro livros abertos dispostos frente a frente a definir um lugar simbólico.” A esplanada, tão grande como a praça de La Condord é concebida como um lugar acessível ao público em três

lados por escadas.” (PERRAULT, 1989 *apud* BLASSELLE; MELET-SANSON, 1990, p. 108)

Dessa forma, através do dispositivo que instala no conjunto arquitetônico, a praça – espaço público disposto para o descanso, o relaxamento e o lazer do transeunte –, a biblioteca coloca-se como algo que quer ser vista, admirada, contemplada pelo olhar de seu usuário.

Assim postos, o regime de presença da biblioteca no espaço urbano a dispõe para contemplação do transeunte e a coloca como um convite para a entrada no seu fascinante mundo real e imaginário ou como uma muralha posta para a defesa do patrimônio que guarda. Ao adentrar, uma nova construção permitirá a fruição por aquele que dispôs a vivenciar seu espaço interno.

5 MERIDIANOS E PARALELOS: LINHAS DE REFERÊNCIA QUE DELIMITAM O AMBIENTE⁸

A distribuição do espaço interno da biblioteca

⁸ Para determinar com exatidão a posição de qualquer coisa sobre a superfície da Terra, ela foi dividida em círculos imaginários verticais e horizontais, chamados meridianos e paralelos. Para uma aproximação, os meridianos e paralelos na cartografia da biblioteca está relacionado a precisão da distribuição dos ambientes internos.

cumpra rigorosamente as funções básicas do serviço a ser prestado ao usuário, as quais assumem as seguintes características:

- a) O depósito para acervo, indicador do processo de conservação e guarda;
- b) As salas de leitura diretamente relacionadas ao uso, cujo objetivo final é o de disponibilizar o saber;
- c) O ambiente do fichário ou catálogo, como espaço para intermediação entre códigos de acesso ao acervo;
- d) O balcão de atendimento, como instrumento de interação entre o acervo e o usuário, que permite ser efetuada a relação entre o sujeito-biblioteca e os seus actantes⁹ funcionais;
- e) As salas de trabalho dos bibliotecários, onde se processa o desvelamento do conteúdo da obra e são definidos os elementos de interação entre acervo e acesso/usuário;
- f) Espaços de sociabilização que deverão permitir o convívio entre os usuários e a cultura representada, por exemplo, em exposições dos mais variados tipos; e,

⁹ Para a Semiótica, um actante é aquele que sofre ou realiza um ato.

g) Ambientes destinados a banheiros, por exemplo, que refletem a preocupação com o conforto do usuário.

Os programas de competência e performance que são estabelecidos no texto enunciado pela biblioteca, seguem uma lógica que considera o usuário, em termos semióticos, um enunciatário, instalado nessa construção. O enunciador, nesse caso, organiza seu discurso através de papéis e ações para que, ao serem seguidas essas marcas, ele encontre o modo de usar o espaço.

Construídos para abrigar um acervo que venha a ser utilizado pelo homem, os edifícios da última geração também manipulam seus usuários, pela forma como se apresentam ou como se organizam expressando um conteúdo, uma harmonia, uma composição e um equilíbrio que deverão estar em conjunção com o todo que ele representa.

Nesse sentido, o arquiteto inglês Faulkner-Brown em publicação da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA), recomenda que os edifícios obedeçam a dez exigências para melhor efetivar seu uso e criar uma ambiência capaz de responder aos anseios dos que a procuram. Tais exigências são: ser compacta, adaptável, acessível, extensiva, variada, organizada para impor uma

confrontação máxima do leitor e do livro, confortável, com ambiência regular para uma boa conservação dos documentos, segura, econômica e conservada.

O sentido de abertura ou fechamento se prolonga para o interior, à medida que o transeunte, ao aceitar o convite e entrar, depara com zonas funcionais, organizadas de modo a facilitarem ou não a determinação do seu trajeto. Tais zonas possuem funções e requisitos distintos, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Zonas Físicas da Biblioteca

ZONAS DA BIBLIOTECA	FUNÇÃO	REQUISITOS	ÁREAS
ZONA DE ACOLHIMENTO	Receber, orientar e distribuir dos usuários para as demais dependências da biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • Funcional • Sinalizada • Bom conforto ambiental • Iluminação de boa qualidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fora do controle de ruídos <ul style="list-style-type: none"> • Informação Geral • Guarda volume • Banheiros • Telefones públicos • Cafeteria • Expositores gerais • Repografia 2. Dentro do controle de ruídos <ul style="list-style-type: none"> • Catálogo • Balcão de Atendimento • Expositores de novas aquisições • Leitura informal como jornais, revistas genéricas
ZONA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Atender as demandas informacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhedora • Confortável • Agradável 	<ol style="list-style-type: none"> 3. Atendimento <ul style="list-style-type: none"> • Balcão de devolução e empréstimo • Orientação bibliográfica 4. Estudo/Consulta <ul style="list-style-type: none"> • Individual • Grupo 5. Uso de material especial <ul style="list-style-type: none"> • Vídeo • Microformas • Audio • Slide 6. Exposição <ul style="list-style-type: none"> • Fixa • Móvel 7. Auditório 8. Áreas especiais <ul style="list-style-type: none"> • Infantil • Cegos • Outras
ZONA DE ESTOQUE	Armazenar os recursos informacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Aclimação adequada ao suporte 	<ol style="list-style-type: none"> 9. Livros 10. Periódicos 11. Materiais especiais 12. Referência
ZONA DE SERVIÇOS INTERNOS	<p>Processar os recursos informacionais</p> <p>Administrar os serviços necessários para o bom funcionamento da biblioteca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Controle de temperatura • Controle do nível de ruídos 	<ol style="list-style-type: none"> 13. Recebimento e expedição do material <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição • Intercâmbio 14. Processamento Técnico <ul style="list-style-type: none"> • Registro • Catalogação • Classificação • Indexação • Alimentação da base de dados • Preparo físico 15. Direção e secretaria 16. Banheiros 17. Encadernação

Fonte: Barbalho (2000, p. 63-64).

A organização interna da biblioteca pode ser vista como um microuniverso urbano que se alterna entre zonas mais densas, como as de acolhimento – igual às áreas centrais de uma cidade –, de prestação de serviço, com espaços de convívio entre o saber e o usuário que se manifestam através de um hall, um átrio, uma praça com cruzamentos que permitem a integração e de zonas menos densas como as destinadas aos serviços técnicos – igual à periferia.

A disposição do espaço interno não é ingênua, ela é, sim, carregada de efeitos de sentido que manipulam o uso do espaço cultural, e podem evocar o sentido de unidade, quando centraliza em um único lugar a coleção, ou de disponibilidade quando, ao procurar responder à diversidade de públicos, setoriza seu acervo em espaços distintos, ou ainda de adaptabilidade quando distribui sua coleção de acordo com os níveis dos usuários como o infantil, o adulto, o deficiente visual.

Outra forma que expõe a intencionalidade do arranjo espacial pode ser entendida a partir da localização do acervo na estrutura interna: se central mostra que ele é considerado o bem mais importante, o que a biblioteca possui de mais valioso, que deve ser melhor protegido, como se fosse o seu coração e, ao adotar essa postura, ela assume tacitamente que valoriza mais a guarda dos artefatos culturais e que sua

missão é preservação e a conservação. Já ao determinar que o uso do espaço central seja destinado a exposições culturais, ela indica valorizar o acesso a qualquer tipo de informação porque, também distribui seu acervo pelo ambiente que dispõe.

Ao analisar a disposição do acervo no interior dos edifícios, Navarro (1946, p. 188-193) os classifica em:

a) **Vertical** – com sala de leitura iluminada por ambos os lados, onde os livros estão dispostos em estantes as quais são colocadas junto às paredes e os depósitos se estendem perpendicularmente pelos diversos pavimentos, como é o caso da Biblioteca Nacional do Chile, em Santiago. O acervo é valorizado pelo olhar, e, como no estilo bouleano, a contemplação da obra na estante conduz a ideia de relicário, posto para ser admirado, visto sob todos os ângulos, de modo a fazer-se presente em qualquer olhar. Assim colocado, o arranjo valoriza os artefatos culturais ao expô-los e desperta, no usuário, um sentimento de impotência de assimilação de todo o conhecimento ali armazenado. Além de reforçar a metáfora da biblioteca como memória do mundo, esse regime de organização da visibilidade do acervo indica

que ela não quer ser vista como um agente de desenvolvimento, mas sim como um lugar de guarda.

b) **Paralela** – com amplo salão de leitura que está disposto em sala diferente da destinada ao acervo, embora em alguns casos esteja visível ao usuário, porém fora do seu alcance, como é o caso da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil. Separado do usuário, o arranjo do acervo aponta que o convívio direto é algo proibido, que sua intenção é de preservar os bens culturais mostrando a biblioteca como uma zelosa instituição que quer, dado o regime como dispõe a coleção, não ser vista pelo leitor.

c) **Circular** – com o balcão de atendimento disposto em um círculo bem ao centro do salão de leitura, na área destinada aos leitores, e os depósitos para o acervo postos entre o balcão e o salão, como a Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos. Valorizando a continuidade, esta exposição do acervo usa da estratégia de cumplicidade com o usuário, já que disponibiliza, no mesmo ambiente, o acervo que vai ser consultado e que, portanto, é organizado a partir de um querer ser visto pelo usuário.

Vê-se, desta forma, que a distribuição interna do espaço pode ser constituída a partir da geração de um sentido de convívio, de sociabilidade que se acentua quando a biblioteca mantém um café¹⁰, uma lanchonete, por exemplo, onde a conversa e a troca de ideias entre os usuários pode permitir o rompimento do isolamento natural da leitura, ou ainda quando há a concepção de um ambiente destinado a debates, reuniões, clube de leitores, que permite a manifestação dos usuários, e, assim, a instituição passa a ouvir o que o coletivo pensa sobre o assunto proposto para discussão.

Para facilitar o processo de distribuição interna do espaço, atentando para a relação de proximidade das principais áreas da zona de prestação de serviços, a Escriba (1984, p. 4) – *Manual de planejamento de bibliotecas* –, sugere que se observe a seguinte orientação:

¹⁰ Na biblioteca de Orléans, na França, a cafeteria ocupa 143 m² do mezanino – 50% do espaço –, e está alocada ao lado do setor de fotocópias.

Figura 1 – Modelo Escriba para distribuição do espaço interno



Fonte: Escriba (1984, p. 4).

Observa-se, pelo esquema proposto pela Escriba, que o empréstimo, a devolução e o controle de saída de livros devem ficar o mais próximo possível, contudo, ele tem que ficar o mais separado da leitura formal.

De fato, o lugar biblioteca deve ser apreendido como uma estrutura construída por uma relação entre partes de modo que seu catálogo, por exemplo, não tenha um significado autônomo, mas sim em correlação com tudo mais que constitui o ambiente. Existe, pois, uma verdadeira teia de significados expressos na e pela disposição espacial.

As análises da disposição espacial de uma biblioteca permitem reconhecer a existência de uma estrutura elementar do destinador-produtor e do destinatário-usuário, que se inscrevem no espaço-biblioteca e podem ser, desse texto, depreendidos.

Ao entrar no espaço de uma biblioteca, o usuário assume sua necessidade de contato com os artefatos culturais que ela aloca e espera encontrar em seu interior a solução ou as respostas para suas inquietações.

O seu espaço interior é criado para funcionar como um oásis de tranquilidade que se contrapõe ao mundo da rua, dos carros, do barulho, ao calor do asfalto ou à umidade de dias frios e à acelerada pressa do transeunte. O espaço interior da biblioteca está devidamente preparado, com uma temperatura ideal, uma serenidade que, sem pressa, opõe-se à cidade que ferve, provocando um isolamento ideal para a reflexão, para o estudo.

Ao dirigir-se para o interior da biblioteca o usuário rompe a barreira com mundo exterior, deixando-se ser manipulado pela tentação de uso de um ambiente agradável e capaz de dinamizar sua busca pelo saber.

Observa-se que, na maioria dos edifícios de bibliotecas construídos contemporaneamente o primeiro espaço de contato, colocado antes mesmo do

balcão de informações, apresenta-se como um rompimento entre o interno e o externo. Na maioria das vezes, são grandes átrios que, no caso da Biblioteca Pública de Aichi, no Japão, permite observar, através da vidraça, o exterior.

Quanto à organização do espaço interno, os edifícios de bibliotecas possuem uma cartografia que os divide em dois territórios distintos, sendo um de ampla circulação e outro restrito. Com efeito, as zonas de acolhimento e de prestação de serviço estão disponíveis para que todo e qualquer indivíduo nelas circulem especialmente quando são adaptadas para uso pelos deficientes físicos, visuais ou auditivos atendendo, desse modo, à heterogeneidade dos públicos que a ela se dirigem. Já a zona de serviços internos só é acessível aos funcionários, e a de estoque pode ou não ser aberta ao público embora as recomendações de órgãos internacionais como a UNESCO e a FID sejam para que a biblioteca promova o encontro do usuário com as obras através do contato direto.

Nessa cartografia, a biblioteca opera um jogo discreto de restrições que ocorre de forma a não criar constrangimento ao usuário. Em sua grande maioria a zona de serviços internos está localizada após o acervo ou no andar mais elevado, por exemplo. Quando estas áreas necessitam interagir com o usuário, como o

balcão de referência, elas, na maioria das vezes, estão colocadas na entrada propondo-se a ser intermediadoras entre o acervo e as necessidades informacionais.

Os balcões de atendimento, por exercerem a função de ligação entre a prestação do serviço de informação e o usuário, são fartamente exemplificados na escassa literatura sobre arquitetura de bibliotecas. O da biblioteca de Ichikawa, no Japão, busca minimizar os impactos causados pelas restrições, apresentando-se como em uma espécie de supermercado, local que o usuário está acostumando a frequentar, cuja intenção é a de criar uma intimidade com o ambiente que se assemelha com um lugar de consumo, onde a informação é o objeto de valor que o usuário busca.

Ainda quanto à zona de prestação de serviços, outro ponto sobre a privacidade de uso nos chama a atenção. Trata-se da mesa e cabina do salão de leitura que convocam o usuário para escolher entre alojar-se em um espaço individualizado e, portanto, restrito, ou em outro que privilegia a convivência com os demais usuários.

Exemplos claros são os da biblioteca da Universidade de Wesleyan, em Middletown, nos Estados Unidos, onde o usuário opta entre usar as cabinas, locais reservados, ou a mesa, local coletivo,

ou, ainda, a Biblioteca da Floresta, no Acre, Brasil, que dispõe de uma ampla e coletiva sala de estudo capaz de atender diversas demandas em um mesmo ambiente e outra com que disponibiliza computadores para uso individual. Neste aspecto, o entendimento das dimensões ocultas de Edward Hall¹¹, permite compreender porque a maioria dos usuários elege as cabinas para se acomodarem à medida que essas representam o respeito ao seu espaço pessoal privado.

Com efeito, pesquisas americanas (VEATCH, 1987) indicam que a preferência por mesas coletivas ocorre quando do trabalho em grupos e que, nesse caso 97% são compostos por duas ou três pessoas. Lamar Veatch (1987) afirma ainda que a preferência pela privacidade em bibliotecas está relacionada com o ato isolado da leitura que envolve o imaginário e as

¹¹ Ao determinar as coordenadas pessoais dentro do espaço fixo, o homem cria zonas de distâncias ou de aproximação, estabelecendo o que Edward Hall entende ser uma dimensão oculta que delimita implicitamente os limites de deslocamento do corpo e sua relação com outros corpos. Desenvolvida entre as décadas de 50 e 60 e denominada de proxêmica, a teoria de Hall baseia-se no estudo do território pessoal como um espaço mínimo onde as relações humanas se dão, de modo a permitir a interação interpessoal. O autor aponta quatro distintas zonas de distância em que as pessoas vivem, que são a pública, a social, a pessoal e a íntima. (HALL, 1989).

emoções individuais, sendo por isto que a demanda por uma área íntima é tão grande já que a solidão, a intimidade, o anonimato e a reserva passam a ser uma exigência do usuário. O autor finaliza afirmando que:

[...] privacidade, porque envolve o controle de acesso a si mesmo por outros, tem implicações para os projetos da biblioteca. Em áreas públicas significa oferecer diferentes tipos de áreas de estar e de estudo para que os indivíduos possam fazer escolhas dependendo de suas necessidades e desejos no momento. (VEATCH, 1987, p. 364).

Embora o destinatário-usuário sinta-se investido da competência modal do querer, elegendo a cabina ou a mesa para seu uso, ele, de fato, é manipulado pelo destinador-biblioteca que não lhe concede o acesso irrestrito ao seu ambiente e exige dele um comportamento cujas marcas são encontradas nas placas solicitando silêncio, que se desliguem os aparelhos de telefonia móvel, nas salas de estudo em grupo as quais são isoladas das demais para se permitir a conversa em tom mais elevado, nos tapetes que abafam o som das passadas, nas luminárias com suas luzes diretas que determinam os locais de leituras, no carrinho colocado junto às mesas indicando que as obras não devem ser devolvidas às

estantes, no porta-sombrinha posto junto à entrada para que o chão não fique molhado nos dias de chuva, entre outros.

De fato, o uso do ambiente interno impõe normas de conduta e comportamento que levam o usuário a manter o silêncio, por exemplo, indicando um respeito ao uso do espaço coletivo e é observado pela educação (o falar alto em um ambiente de estudo representa uma má educação); sendo que sua ausência se coloca como um rompimento de um código de postura, de bom comportamento, de respeito à zona pessoal e íntima, ou seja, há um comportamento espacial (sonoro, gestual) esperado do usuário e que pode ser manipulado pela organização espacial.

Assim posta, a organização espacial funciona como informadora e formadora do comportamento dos usuários no interior da biblioteca fazendo-os agir de acordo com as pistas deixadas no ambiente interno da biblioteca. Sob este aspecto, especialmente, Coelho Netto (1979, p. 41) destaca que “[...] o modo de disposição e de atribuição de significados ao espaço é na verdade um dos elementos da infra-estrutura do comportamento humano.”

Ao elencar as dimensões do comportamento humano, os estudos proxêmicos de Hall (1989) permitem entender que tais procedimentos são

resultantes do respeito às zonas íntima e pessoal, apresentadas anteriormente. Tal procedimento social implica não violação do espaço do outro, mostrando que um comportamento é esperado e, portanto, os territórios são estabelecidos para criar uma atratividade ou orientar o uso. Isto se dá, por exemplo, com a criação da seção infantil ambientada para o uso de crianças com cadeiras e mesas pequenas, com a criação de áreas onde é permitido o fumo ou ainda com a colocação de um café que privilegia a socialização e o diálogo, lugar ideal para fluir a conversa.

Após o usuário ter-se deixado manipular pelo que está implícito na distribuição interna da biblioteca, o contato com o espaço interior apresenta novas marcas através do que está construído – espaço ocupado pela construção, pelo concreto ou por qualquer outro material empregado – e pelos ambientes não construídos.

6 MAQUETES CARTOGRÁFICAS DA BIBLIOTECA¹²

¹² A maquete geográfica é uma representação tridimensional do espaço com objetivo de produzir e transmitir informações e não ser, simplesmente, objeto de reprodução. O emprego da terminologia neste trabalho implica na reflexão sobre o entendimento mais amplo do espaço construído para a biblioteca.

O espaço construído, edificado, representa uma ocupação que poderá em um primeiro momento indicar uma privação de circulação, ou seja, o prédio da biblioteca é um território cujas fronteiras são delimitadas pelas paredes. Nesse sentido, o uso é estabelecido somente para o contato com os artefatos culturais ali dispostos, opondo-se ao espaço livre, como as praças, por exemplo, onde é possível realizar uma infinidade de atividades como correr, ler, brincar, descansar.

Assim, o espaço construído, embora possua aspectos positivos como a proteção, o recolhimento, espera que o indivíduo nele se coloque – para fazer uso da biblioteca é necessário entrar no prédio –, fazendo com que a obra arquitetônica apresente-se como uma limitação à circulação.

Que estratégia os textos arquitetônicos das bibliotecas poderão utilizar para minimizar os impactos causados pela imobilidade de uso do espaço construído?

Muitos projetos privilegiam a criação de áreas de vivências através de jardins internos, como o novo prédio da Biblioteca Nacional da França construído às margens do rio Sena, ou salões de leitura voltados para uma grande área de janelas que privilegiam a visão de um bosque, como a biblioteca do *Ninhama Municipal Besshi Cooper Nine Memorial*, no Japão ou ainda áreas

para uma livraria ou um café como na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil, que possui também jardins projetados por Burle Marx.

A adoção da estratégia dos jardins permite também a apresentação da análise de duas novas contraposições do espaço, que são o natural e o artificial.

Em verdade, ao dispor elementos da natureza, a biblioteca procura deixar o usuário mais à vontade, disjunto da ideia de que o concreto pode esmagá-lo quer por sua verticalidade, quer por seu modo de aprisionamento. O espaço natural interage no espaço urbano que se destaca pela imperiosa necessidade de se propor como um lugar agradável e tranquilo para que efetue o uso.

No conjunto arquitetônico de uma cidade, as praças se entrelaçam com os prédios, proporcionando agradáveis locais de descanso e de liberdade, como é o caso do parque localizado em frente ao MASP, na Av. Paulista, em São Paulo.

Sob este prisma, é que muitos arquitetos têm privilegiado composições com a presença da natureza em edifícios construídos especialmente para bibliotecas. A natureza se apresenta como elemento mais próprio do instinto humano. O natural aproxima o homem do que lhe é inerente e o atrai para uma atmosfera capaz de lhe transmitir serenidade.

Assim se apresenta o prédio da Biblioteca Pública de Imari, Japão, que valoriza os espaços livres ressaltando a natureza como valor para a comunidade local ou ainda na Biblioteca Paulo Freire, instalada no Parque Tecnológico Itaipu, em Foz do Iguaçu, Brasil. Com efeito, a utilização de jardins assume, como afirma Dominique Perrault¹³, um paradoxo. "É um jardim sagrado. Nós não entramos nisso. É o jardim fundador do lugar, obviamente simbólico. É um jardim que traz calma e filtra a luz para ler. A ideia do claustro [...] é uma forma de pé, uma condição de leitura." Anne-Marie Bertrand complementa afirmando que "O jardim está aí para trazer sossego, o jardim é a imagem do claustro de outrora, o jardim é uma ideia de jardim". A presença da natureza nos edifícios de bibliotecas, expressa por meio de jardins, reforça o discurso ecológico do homem contemporâneo, cuja necessidade de preservar o meio ambiente tornou-se fundamental para sua sobrevivência. Para estar em conjunto com esta nova ordem e manter uma performance competente, os prédios apresentam áreas verdes, com espécies em extinção que mostram que a biblioteca pode e quer participar da conscientização preservacionista, fazendo seu usuário reconhecer sua contribuição para a manutenção do

¹³ Autor do projeto da nova Biblioteca Nacional da França.

ambiente; o destinatário, persuadido pela presença de árvores, plantas raras e, por vezes, aves, deixa-se manipular por discursos que, em alguns casos, são falsos. Destaca-se o caso do projeto da nova Biblioteca Nacional da França que dá destaque a um imenso jardim interno, com cento e vinte pinheiros silvestres raros trazidos da Normandia, mas que possui uma imensa escadaria que dá acesso do nível da rua a uma esplanada que serve de base para as quatro torres em formato de livro aberto, toda revestida de pau-brasil.

Discutindo sobre o espaço da biblioteca e sua arquitetura, Michel Mellot (1998, p. 177) afirma ser ele resultado de um imaginário coletivo que toma forma de um jardim, pois “[...] deve permitir vastas perspectivas, cantos de saberes, terraços, sol e sombra”, ressaltando a simbologia dos lugares que mantém uma pequena e representativa parcela dos artefatos culturais produzidos pelo homem, tal como o que ocorre com os jardins, que reúnem parte de exemplares da natureza.

7 A FORMA DO UNIVERSO CHAMADO BIBLIOTECA: PROVOCAÇÕES FINAIS

Os recursos informacionais disponíveis na biblioteca são a sua principal fonte de atração dos usuários. São esses que dão sustentação à maioria dos

serviços por ela oferecidos de forma que, o destaque à sua disposição, sua organização no conjunto espacial se oferece como ponto fundamental no texto arquitetônico, até porque, como apresentado anteriormente por Navarro, a decisão sobre seu modo de disposição (se junto ou separado do salão de leitura) estabelece o tipo de biblioteca codificado, a saber, como vertical, horizontal ou circular.

No que tange à organização do acervo, pode-se afirmar que as estratégias do texto contemplam o acesso fechado (restrito) – modelo francês -, onde os funcionários é que retiram as obras para consulta, e o aberto (amplo) – modelo anglo-saxão -, que permite ao usuário manusear a obra, bem como o conduz a recuperá-la.

O efeito operado pelo acesso aberto está relacionado à ideia de amplidão, vastidão, imensidão causado pelo contato direto com a totalidade dos artefatos existentes na coleção. A amplidão remete ao poder inferir e decidir sobre o deslocamento para esta ou aquela estante, de poder ser o possuidor/leitor de qualquer uma daquelas obras ali ordenadas; a vastidão como efeito de infinidade – presente na obra do poeta argentino Jorge Luís Borges (1995), *Biblioteca de Babel* –, relaciona-se com o volume do acervo que é sempre composto de um número realmente imenso de obras, de títulos, de letras, de pensamentos

expressados nos mais diversos suportes e que estão ao inteiro dispor do usuário; e a imensidão é causada pelo efeito produzido pelo próprio tamanho do espaço ocupado pela coleção da biblioteca que sempre é marcado por uma quantidade imensa de estantes que estão dispostas em amplos vãos livres, conforme na Biblioteca Pública de Imari, Japão, onde o usuário pode ler ali mesmo a obra selecionada, junto ao acervo, sentado em uma confortável cadeira, com iluminação individual acionada conforme sua necessidade.

O poder de escolher a obra, o título a ser lido compara-se ao direito de transitar, de sentir-se parte do grupo social para o qual a biblioteca está direcionada, o que permite uma fruição quanto ao uso do material informacional disposto para o contato direto na estante onde o usuário opera uma seleção em conformidade com a sua necessidade, seu interesse, seu nível de compreensão e sua capacidade de aquisição de conhecimentos.

A proibição de acesso ao acervo mostra a ideia de guarda, de preservação, de proteção uma vez que o fechado apresenta-se como restrito, íntimo, secreto. Associam essas marcas a uma imagem austera, rígida da biblioteca que parece não estar disposta a reconhecer o direito de uso infinito dos seus usuários.

Outra contraposição que se apresenta nas construções de uma maneira generalizada é a verticalidade *versus* horizontalidade, sendo a primeira imediatamente associada ao gótico, na arquitetura, e a segunda à compactação dos ambientes.

Analisando a ideia da verticalidade, observa-se que ela conduz a dois extremos: ao inferior e ao superior, ou seja, ao início do eixo vertical que é a base e ao seu fim que é o topo e na construção civil podem esses representar uma garagem (inferior) e uma cobertura (superior) de um edifício, por exemplo. Uma garagem se reporta à ideia de lugar de guarda (estacionamento, depósito), já a cobertura representa um lugar de *status*, de estar acima de todos no “topo”, de se ter poder. A árvore é vertical; suas raízes (o inferior) estão ligadas ao solo que a alimenta e sua copa (o superior), por sua vez, é repleta de fertilidade e disponibiliza os frutos.

Sob este aspecto, Anne Kupiec (1997), na obra *Ouvrages et volumes*, destaca que a verticalidade também se faz presente, na maioria dos prédios de biblioteca, por uma escada ou mezaninos instalados para maximizar o uso do espaço.

Em contraposição, a horizontalidade não prende nada ao solo, mas tem amplitude, infinidade – ao olharmos o horizonte temos a ideia de expansão, de algo que não tem fim –, que embora marcada pelos

limites do terreno e pelos pavimentos, apresenta uma conformidade quando da utilização do espaço, uma vez que deve comportar as necessidades daqueles que o usam.

Em se tratando de bibliotecas, esta contraposição se faz muito presente no novo conjunto arquitetônico da Biblioteca Nacional da França. No projeto de Dominique Perrault, as categorias vertical e horizontal são muito marcantes e estão destacadas através da funcionalidade do espaço. O vertical – as quatro torres em forma de livros abertos – é o espaço de guarda do acervo onde as obras serão armazenadas de forma a contemplar a necessidade de crescimento e buscam atingir o céu como a Torre de Babel; é o que se vê exposto ao primeiro olhar como se estivesse enraizada no solo que a nutre, a faz produzir cultura representada em forma de livros. A amplitude é vista pela horizontalidade da esplanada. Na parte inferior, como que dando suporte à “copa”, dois amplos subsolos – que não são vistos no primeiro olhar – estão colocados para a consulta dos mais variados suportes informacionais; dele o usuário “retira”, através da leitura, os “nutrientes” necessários para ampliar seus saberes uma vez que estão submersos no universo do conhecimento e encravados no interior da terra já que está edificado no subsolo. Por sua vez, a geração de conhecimentos implica o surgimento de novos livros,

portanto, novos frutos para a copa.

O homem percebe o meio ambiente e dele faz uso por meio de seus sentidos, que são comandados pelo cérebro, o qual obedece a um programa estabelecido pelos valores linguísticos e culturais que moldam a percepção do ambiente circundante. Aquele que percebe define-se como sujeito do fazer. Ele efetiva suas ações de acordo com as informações percebidas e operadas por sequências de enunciados de fazer, as quais são necessárias para o uso adequado do espaço.

Quando se trata do meio ambiente construído percebe-se que este é passível de ser manipulado de modo a produzir os efeitos desejados para que o indivíduo sinta-se à vontade ou não para utilizá-lo.

Assim a compreensão de que as relações arquitetônicas podem ser manipuladas de forma a produzir os efeitos de uso desejados é, na verdade, a primeira estratégia concebida para o jogo de sedução com o usuário que a biblioteca faz. O segundo lance deste jogo é resultado da ambiência criada pela organização espacial interna – o layout – que se utiliza de muitas estratégias para criar efeitos de sentido.

O que torna uma biblioteca visível para a comunidade onde está inserida? Essa inquietação, motivadora da elaboração deste capítulo, originou-se no questionamento de muitas vozes que discutem o

verdadeiro papel e a missão desses órgãos culturais na chamada sociedade do conhecimento.

Contudo, essa temática assumiu o olhar sob os espaços físicos, tendo em vista a pouca literatura existente no País que aborda o fenômeno.

A temática aqui exposta buscou encontrar outros suportes teóricos que não os da Biblioteconomia para perceber, no seio das ações desencadeadas no processo de utilização, o que ela é capaz de comunicar, a quem e de que modo. Assim, buscou-se agregar novos valores de uso à biblioteca e permitir que ela crie novas estratégias para envolver seu usuário a partir da compreensão de suas cartografias.

REFERÊNCIAS

AUGUSTINHO, Valci. **Aclimação ambiental dos prédios das bibliotecas centrais universitárias: especificações de construção seguidas após reformas.** 1987. 255f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 1987.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Sob o olhar do usuário: um estudo semiótico da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.** 2000. 234p. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BERTRAND, Anne-Marie; KUPIEC, Anne (orgs.).
Ovragés et volumes: architecture et bibliothèques.
Paris: Electre-Ed. Du Circle de la Librairie, 1997. 212 p.

BLASSELLE, Bruno; MELET-SANSON, Jacqueline. **La bibliothèque nationale de France:** mémoire de l'avenir. Paris: Gallimard, 1990. 176p.

BORGES, Jorge Luís. **Ficções.** Tradução de Carlos Nejar. 6. ed. São Paulo: Globo, 1995. 168p.

COELHO NETTO, José Teixeira. **A construção do sentido na Arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1979. 117p.

ESCRIBA Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
Manual para planejamento de bibliotecas. Taboão da Serra: Escriba, 1984. 20p.

FAULKNER-BROWN, Harry. Some thoughts on the design of major library buildings. *In:* SEMINAR OF THE IFLA SECTION ON LIBRARY BUILDINGS AND EQUIPMENT, 10., 1997, Netherlands. **Proceedings** [...]. The Hague: Ifla, 1997. p. 11-26. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s20/rep/intlib.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

HALL, Edward Twitchell. **A dimensão oculta.** Traduzido por Sônia Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

KUPIEC, Anne. Introduction. *In:* BERTRAND, Anne-

Marie; KUPIEC, Anne Marie (org.). **Ouvrages et volumes**: architecture et bibliothèques. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1997.

MELLOT, Michel. L'architecture, **Technique & Architecture**, Paris, n. 384, p. 76-79, juil. 1989.

MELLOT, Michel. La forme du fonds. *In*: FIGUIER, Richard. **La bibliothèque**. Paris: Autrement Editions, 1998. 229p. (Série Mutations; 121).

MELLOT, Michel (org.). **Nouvelles Alexandries**: les grands chantiers de bibliothèques dans le monde. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1996.

NAVARRO, Horacio Moyano. Bibliotecas. *In*: NAVARRO, Horacio Moyano. **Elementos de la teoría de la Arquitectura**. 2. ed. Columbia: Assandri. 1946. P.185-197.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. **Biblioteca pública**: a contradição de seu papel. 1985. 108f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PAYOT, Daniel. La bibliothèque comme espace architectural: digression théorique. *In*: BERTRAND, Anne-Marie; KUPIEC, Anne (org.). **Ouvrages et volumes**: architecture et bibliothèques. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1997.

PÉLISSIER, Alain; POUSSE, Jean-François. De la nature

du plan, **Technique & Architecture**, Paris, n. 384, p. 102-105, juil. 1989.

OLIVEIRA, Ana Cláudia de. **Vitrinas: acidentes estéticos na cotidianidade**. São Paulo: EDUC, 1997. 181 p.

ORLOFF, Christiane. La médiathèque Jean-Pierre Melville. **Bulletin des Bibliothèques de France**, Paris, v. 41, n.5, p. 21-24, 1996.

VEATCH, Lamar. Toward the environmental design of library buildings. **Library Trends**, Illinois, v. 36, n.2, p. 361-376, 1987.

Capítulo 4

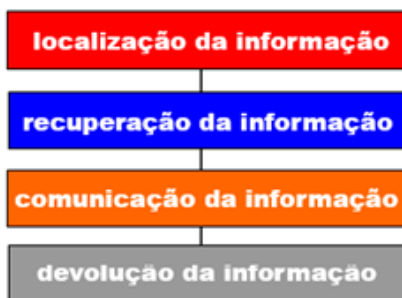
LINGUAGEM ARQUITETÔNICA E AMBIENTAÇÃO FÍSICA DOS EDIFÍCIOS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Samir Hernandes Tenório Gomes

1 CONCEPÇÕES E FUNÇÕES ESPACIAIS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A biblioteca sempre desempenhou sua função de forma clara e definida, a despeito das recentes inovações tecnológicas presentes em nosso dia a dia. Sob esta ótica, o armazenamento, o tratamento e a disseminação de informação trazem, no contexto da sociedade, sua verdadeira função de utilidade e processo transformador. Até agora, a grande massa de conteúdo informacional estava contida, principalmente, nos suportes tradicionais impressos como os livros, as revistas, os folhetos ou os periódicos. Entretanto, as profundas mudanças nos métodos de armazenamento e recuperação de informação, dadas principalmente pelas novas tecnologias informacionais, têm modificado esse processo radicalmente (Figura 1).

Figura 1 – Etapas nos serviços informacionais



Fonte: Gomes (2001, p. 173).

Este ciclo funciona independente das dimensões consideradas da biblioteca, e, via de regra, pode ser determinado em função dos elementos geradores da complexidade espacial e das dimensões em que a informação será depositada. No entendimento deste ciclo, a localização, a recuperação, a comunicação e a devolução (Figura 1) formam uma sequência de operações que interfere em grande medida no processo criativo de um projeto de biblioteca. Isso porque, se os dados informacionais que estiverem contidos nos livros forem catalogados de forma errada, o resultado final arquitetônico da biblioteca provavelmente será completamente diferenciado daquele projeto inicial. Nesta interface, o mais importante para o projeto do edifício é que ele seja produto natural desse ciclo, gerando espaços completamente comprometidos com sua função.

Uma das principais características na definição e implementação de um projeto arquitetônico de biblioteca universitária consiste no planejamento prévio de três elementos padrões para instalações desses espaços. O primeiro diz respeito às áreas de **armazenamento da coleção** (acervo); segundo, ao local destinado ao **trabalho dos funcionários**; e, em último lugar, o local de **leitura** para os usuários.

O planejamento arquitetônico destes espaços, sempre que possível, deve ser um trabalho conjunto entre o bibliotecário da instituição, assessorado pela sua equipe de trabalho e um arquiteto.

O bibliotecário deve fixar para o arquiteto as funções básicas da biblioteca, por gráficos, diagramas, organogramas e fluxogramas, demonstrando como as funções são realizadas, a quantidade de usuários, faixa etária, a maneira de utilização da biblioteca e seus ambientes, considerando as relações e integração dos serviços e setores, demonstrando como a biblioteca organiza seu expediente, seus serviços e pessoal para desempenhar suas funções e o número médio de funcionários disponíveis.

Vale lembrar que o conhecimento da rotina dos serviços possibilitará ao arquiteto a compreensão que o orientará na disposição das áreas para chegar à previsão de espaços necessários, sempre considerando os usuários, inclusive os portadores de

deficiências físicas, equipamentos e exigências ambientais. Em suma, o arquiteto deve participar de todas as etapas do processo de distribuição dos espaços, trabalhando de forma integrada com o bibliotecário para que o projeto final resulte na elaboração de uma biblioteca adequada às finalidades propostas.

2 TIPOS DE ACERVO

A distinção entre a utilização dos acessos abertos ou fechados em bibliotecas universitárias foi um tema amplamente debatido entre bibliotecários e arquitetos em um passado recente, pois formatava a importância para o desempenho do edifício da biblioteca. É importante ressaltar que a decisão acerca do uso do acervo fechado ou aberto, em bibliotecas universitárias, tem repercussão direta no planejamento e no desenho dos locais destinados, tanto para a leitura como para os ambientes destinados ao armazenamento dos livros.

A seguir, apresentam-se os dois tipos existentes de acervos, exemplificando suas vantagens e desvantagens no contexto da biblioteca universitária:

2.1 Acervo aberto

No desenho dos espaços abertos, os usuários têm livre acesso às prateleiras e podem retirar o livro que desejam para fazer a leitura ou consulta, de modo que os locais de arquivos e comunicações devem estar agrupados perto um dos outros. A eleição entre esses sistemas, no projeto de uma biblioteca universitária, vai depender em grande parte do tamanho do acervo e do espaço disponível a ele. É preciso entender que quanto maior for a quantidade de livros no acervo, maior será a dificuldade de armazenamento de novos títulos e, provavelmente, maior o tempo gasto pelo bibliotecário em seu arquivamento. Nos casos onde uma extensa coleção de livros atende um número restrito de leitores, a relação desigual entre os locais de armazenamento livros e os destinados aos leitores estará bastante evidente. O ideal nessas situações é que haja certo equilíbrio entre os acervos disponibilizados na biblioteca e o número estimado de usuários que frequentam o local.

Quanto aos espaços destinados às consultas de catálogos e fichas bibliográficas, a maioria das bibliotecas universitárias dispõe de ambientes de consulta geralmente posicionados no hall de entrada principal, nas áreas centrais do edifício. Essa estratégia se explica porque, em parte, esse espaço será o

primeiro local avistado pelo usuário que adentra à biblioteca e, evidentemente, os principais títulos do acervo estarão disponíveis para serem consultados. O próximo passo será a busca do material de consulta, executado pelo próprio pessoal da biblioteca ou mesmo pelo usuário e, nestas circunstâncias, essa ação dependerá do tipo de acervo que a biblioteca tenha estipulado, aberto ou fechado.

Outro aspecto importante no desenho do acesso aberto destinado às bibliotecas universitárias consiste na compatibilização que deve existir entre os ambientes destinados à leitura e pesquisa e as áreas de circulação de pessoas que estão adjacentes a estas salas. Se essa separação não for bem equacionada, um grande foco de conflito pode existir em função daquelas pessoas que queiram preservar o silêncio e os outros usuários que necessitam recorrer aos livros das estantes.

Essa contradição de usos é mais fácil de resolver quando os livros estão perto dos leitores e quando as prateleiras são proporcionais com uma boa proteção em relação aos usuários. A organização espacial resulta de um sistema de acessos abertos especialmente adequados à maneira como uma biblioteca de investigação pode ser usada com eficiência. Vale lembrar que esta relação estabelecida entre o usuário e o local ocupado pelo acervo de livros

deve resultar numa solução apropriada, particularmente, no conforto lumínico dos espaços, nos elementos de distribuição do mobiliário e nas soluções de rotas de circulação pelo interior do edifício. Isto significa dizer que a decisão a respeito da maneira com que o sistema aberto deva ser projetado e utilizado, varia conforme o tipo da biblioteca.

Hoje em dia, com utilização do sistema aberto em bibliotecas universitárias, é possível planejar corredores mais estreitos, empregando largura mínima de 90 cm, especialmente quando o número de pessoas que fazem uso da biblioteca é reduzido. Dessa maneira, a capacidade de armazenamento do acervo pode chegar em até 15%, referendando a ideia de melhor aproveitamento dos espaços e ganhos no gerenciamento das atividades desenvolvidas no âmbito da biblioteca.

Portanto, o ideal é que o local para consultas do material bibliográfico esteja o mais próximo possível; em outras palavras, mesas e cadeiras devem estar agrupadas junto às estantes ou inclusas em grupos. Esta disposição é bastante comum, especialmente nas bibliotecas universitárias americanas e nas novas bibliotecas da Inglaterra. A ideia é que o usuário examine o material sem a necessidade de ter um trabalho árduo e penoso de buscar uma ficha ou marcar em um disco numerado o

código correspondente ao livro que solicita.

Outro ponto crítico na definição do sistema de acesso ao acervo de uma biblioteca universitária é o aumento considerável de material bibliográfico presente no acervo. Estudos recentes demonstram que, em bibliotecas universitárias de médio e grande porte, o aumento da coleção bibliográfica tem girado em torno de 50% ou até 85% de sua plena capacidade em pouco mais de 13 anos. Em face desses números, é conveniente que, mesmo durante a fase do projeto, todas as possibilidades e hipóteses que envolvam as atividades de planejamento e aquisição do material bibliográfico passem por um minucioso cálculo de suas atividades, permitindo que os espaços destinados a este acervo tenham uma margem de 50% pelo menos de sua capacidade. Essa estratégia garante ao planejamento arquitetônico da biblioteca uma visão organizada e sistêmica do processo de estruturação dos espaços que deverão sofrer aumento no contexto da capacidade de armazenamento. É evidente que o entendimento entre o planejamento arquitetônico dos espaços de uma biblioteca universitária e o aumento diário do acervo bibliográfico produzido por ela deve passar necessariamente pelo grau de flexibilidade para futuras ampliações.

2.2 Acervo fechado

A respeito dos acessos fechados, o armazenamento de livros está em uma área separada dos locais de leitura e o pessoal que trabalha na biblioteca fica encarregado a levar o livro até os locais de leitura e pesquisa. Nessa operação, alguns equipamentos mecânicos podem auxiliar na operação de busca e reposição dos livros que estão dispostos nas prateleiras.

O sistema fechado permite desenhar compartimentos pré-definidos ou locais previamente estipulados; no acervo aberto, a distribuição é entrelaçada com as classes de locais temáticas, permitindo uma maior flexibilidade na distribuição das estantes. Uma das principais vantagens da adoção do sistema fechado corresponde na possibilidade de se planejar um espaço arquitetônico mais adequado aos interesses da própria biblioteca, principalmente no que diz respeito aos métodos de armazenamento dos livros e à disposição das estantes. Nestes casos, o funcionário da biblioteca terá maior liberdade na sua própria circulação, no encaminhamento do material circulante e no serviço de apoio ao usuário.

3 LOCALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO

Dois aspectos importantes compõem as

atividades relacionadas à localização da informação no espaço de uma biblioteca universitária: o primeiro refere-se ao descobrimento do manancial em que provavelmente estará contida a informação; o segundo corresponde à localização desse material no arquivo da biblioteca, de maneira que se possa fazer sua extração e entrega ao próprio usuário.

O primeiro aspecto denota, inevitavelmente, uma questão de organização espacial e traz consequências diretas na concepção arquitetônica da biblioteca. Cabe observar que, no processo de localização da informação, existe uma considerável diferença entre fazer a busca manualmente ou executar esta operação digital. A busca manual tem lugar no índice bibliográfico ou no arquivo de catálogos impressos encadernados em forma de livro. Neste caso, a busca tem lugar em um local específico, próprio para as atividades de consulta e encaminhamento das informações requeridas. É importante frisar que as dimensões deste local estão diretamente relacionadas com o volume da coleção da biblioteca e seu complexo e a quantidade de referências que se solicitem. No caso da busca eletrônica, terminais de computadores ficam disponíveis aos usuários e conectados às bases de dados do acervo da biblioteca. Esses terminais não estão necessariamente agrupados no mesmo local de

consulta manual, mas podem ser distribuídos por todos os ambientes da biblioteca, de forma a auxiliar os usuários na informação requerida.

Cumprida a identificação da fonte de informação, o próximo passo é localizar o volume correspondente às prateleiras da biblioteca. Normalmente, o registro que aparece na figura do catálogo, contém a descrição do livro e a fonte de informação bibliográfica desejada. Essa referência – relativa à localização que deve ocupar nas prateleiras – determina também o sistema de classificação de informação do conteúdo do livro, a ordem de aquisição ou chegada à biblioteca e a ordem alfabética dos grupos temáticos (novelas, viagens, dicionários, etc.). A tradução deste código abstrato, convertendo-se numa explicação clara e precisa para o usuário, deve nortear o percurso das pessoas nos corredores, estantes e livros, de tal forma que haja facilidade no encontro da informação.

É importante não esquecer que grande parte da rapidez e eficácia com que se localiza uma informação no ambiente da biblioteca depende de aspectos não relacionados à arquitetura. Qualquer medida que se tome para acelerar o processo de chegada ao livro, tal como os meios mecânicos e digitais, deve ser acompanhada por um método igualmente efetivo de localização das informações. O

principal problema, neste caso, não é buscar efetivamente uma ficha no catálogo, mas sim, descobrir em que ficha ou inscrição no catálogo deve estar contida a informação desejada. Num processo desta espécie, envolvendo uma massa enorme de informações e dados, é recomendável que seja aplicado um sistema de processamento de dados computacional. Naturalmente esse processo tem sido incorporado em quase todas as bibliotecas universitárias, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte.

4 ARMAZENAMENTO

A conexão que existe entre essas operações de arquivamento e recuperação da informação em uma biblioteca é colocada de forma direta e evidente. Um dado ou uma informação não pode ser viabilizado, sem ter passado por um processo de armazenamento no ciclo essencial da disseminação da informação. Nem tampouco, inversamente a essa situação, é possível arquivar uma quantidade enorme de informação, de tal forma que, a comunicação da mesma não seja feita sem a intervenção das operações de busca e recuperação da informação.

Por sua vez, a aplicação do método de busca e recuperação depende das dimensões da coleção: uma

biblioteca universitária de pequeno porte não tem grandes dificuldades para realizar as operações de busca e recuperação da informação, mesmo tendo um acervo aberto e acessível a sua comunidade; já uma biblioteca de grande porte, que organiza suas coleções em função da ordem de entrada e tamanho, necessitará dispor de um pessoal especializado somente para desenvolver tais atividades, além de meios computacionais adequados à tarefa de busca e recuperação da informação. Portanto, o problema da recuperação dos dados é diretamente proporcional às dimensões e à complexidade das coleções.

A organização e a disposição espacial das coleções no âmbito da biblioteca universitária dependem, na maioria dos casos, da maneira com que o usuário executa essa busca e a recuperação de informação. O sistema de armazenamento das coleções, que se desenvolve no ambiente da biblioteca, deve acompanhar importantes regras antropométricas como, por exemplo, livros que devem estar ao alcance das mãos, prateleiras devidamente adequadas às cargas dos livros e dimensões entre as estantes suficientemente amplas para circulação de pessoas.

Com base nesses princípios de funcionalidade espacial, algumas diretrizes projetuais devem ser observadas nos locais de armazenamento:

- A dimensão crítica da estante, no sentido vertical, não deve ultrapassar 1,93 m do solo. Isso permite a instalação de pelo menos seis estantes espaçadas por igual e a facilidade na extração ou devolução dos livros (NBR – 12743);
- O número de livros que podem ser arquivados nesse sistema dependerá da espessura dos volumes; as revistas permitem arquivar uma média de 25 volumes por metro linear; os livros de história, arquitetura, literatura e artes, pelo menos 23 tomos; de ciência e tecnologia, uns 20 tomos; os de medicina, documentos públicos e a maioria dos periódicos encadernados na média de 17 tomos e os livros ligados à área do direito, 13 livros por metro linear (NBR – 12743);
- As prateleiras devem ser construídas em secções horizontais de 91 cm e a capacidade de cada uma dessas secções com altura de sete estantes pode armazenar uma quantidade total de 412 volumes. Esses valores são utilizados para os cálculos que acompanham os diagramas de um projeto de armazenamento de coleções de uma biblioteca. As estantes também acompanham um padrão de comprimento; neste caso, pode ser de 140 tomos (NBR – 12743 e NBR – 11678);

- A dimensão horizontal crítica é do espaçamento mínimo entre as estantes postas frente a frente com uma passagem entre elas. Essa passagem tem de permitir a circulação de pelo menos uma pessoa e de um carrinho para retirada de livros das estantes de ambos os lados. Como a média de pessoas que utilizam essa passagem vem crescendo a cada dia que passa, é indispensável que seja previsto espaço livre entre as estantes de forma confortável e segura;
- A profundidade da estante também é um item importante no alcance dos livros nas prateleiras e deve girar em torno de 20 cm para que possa alojar pelo menos 90% dos livros. (NBR – 10518).

Outro fator que vem colaborar na organização e disposição espacial das coleções da biblioteca diz respeito ao sistema estrutural escolhido para o desenho arquitetônico do edifício. Geralmente, dependendo do tipo de sistema empregado, o espaço destinado ao *layout* das estantes pode ganhar maior flexibilidade na operacionalização e no funcionamento do material bibliográfico armazenado. O contrário também é verdadeiro. Quando o sistema estrutural concebido para a biblioteca não corresponde às expectativas funcionais de flexibilizações, rearranjos e

alterações espaciais, todo o planejamento das áreas de armazenamento ou arquivamento acaba sendo prejudicado. Esse problema pode ser evitado, em parte, permitindo que a equipe de bibliotecários, engenheiros e arquitetos responsáveis pelo projeto da biblioteca estabeleçam um diálogo intenso de entendimento nos vários níveis de desenvolvimento do desenho do edifício.

O nível da capacidade de carga estrutural de cada pavimento da biblioteca depende, naturalmente, dos espaços ocupados pelas estantes e componentes destinados ao armazenamento das coleções. Se for um espaço generoso, destinado principalmente às grandes coleções, é preferível que se considere o volume total disponível, já que a espessura dos pisos pode afetar a capacidade de armazenamento. Esse exemplo se aplica, principalmente, aos sistemas de arquivamento compacto, em que a carga sobre cada pavimento aumenta em uma proporção bastante considerável. Hoje em dia, com a utilização dos sistemas tradicionais de arquivamento, utilizando o padrão de módulos estantes de 1,35 m, 20 cm de profundidade, 30% dos corredores dedicados ao armazenamento e 70% para as circulações, os sistemas de arquivamento compacto constituem uma tentativa de aproveitar, com maior eficácia, a relação entre circulação e armazenamento no ambiente da

biblioteca (NBR – 9578 e NBR – 1141).

Outras alternativas têm sido sugeridas para minimizar os problemas decorrentes do armazenamento das coleções existentes nos espaços de bibliotecas universitárias. Entre elas, destacam-se os modelos que incorporam seções suspensas e fixas nas estantes já existentes, formando uma espécie de portal entre as prateleiras. Outro método bastante utilizado e, provavelmente, um dos mais eficazes no uso de armazenamento de material bibliográfico, prevê estantes estreitas e unidas por várias seções que correm lateralmente (arquivos deslizantes), a fim de abrir um corredor de acesso.

5 BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A decisão acerca do método de utilização da busca e recuperação da informação determinará uma parte considerável na organização arquitetônica do edifício da biblioteca. Nesse contexto, dois métodos são utilizados para execução da função: se o documento desejado ou qualquer outra fonte de informação, necessita ser buscado e recorrido no ambiente da biblioteca pelo usuário, o espaço ocupado pelas estantes deve ser planejado de tal maneira que, as linhas principais de circulação e os locais de leitura estejam estrategicamente bem

posicionados; a experiência tem provado que, a boa articulação do resgate, recuperação e organização das fontes documentais de maneira ordenada no espaço arquitetônico, trazem benefícios no contexto da biblioteca universitária; outro método de busca e recuperação da informação envolve o próprio pessoal da biblioteca, auxiliado por meios mecânicos no âmbito dos locais de armazenamento e leitura.

Em decorrência desses dois métodos, as formas de edifícios de bibliotecas ganham diferentes interpretações no contexto de suas propostas e nos resultados dos partidos arquitetônicos adotados. Evidentemente, existem certas classes de bibliotecas universitárias (grandes ou pequenas) em que acesso às coleções especiais se mantém fechado ao público, sobretudo, nas grandes coleções nacionais e bibliotecas de pesquisa. Nestes casos, a própria biblioteca pode enviar os documentos pelo correio ou mesmo disponibilizar todas as informações textuais, visuais e sonoras relevantes em bases de dados por meio das redes digitais ou catálogos eletrônicos da biblioteca.

Existe uma relação crítica entre a busca e recuperação da informação em uma biblioteca em que o acesso ao público é restrito. Assim, a influência do método de armazenamento empregado fixará a capacidade com que um determinado local consiga

disponibilizar este tipo de serviço. Vale lembrar ainda que, o rendimento e a satisfação desse tipo de serviço estão vinculados diretamente com o tempo transcorrido da operação, desde a solicitação da informação, até a sua entrega. Diante disso, o planejamento arquitetônico desses espaços deve proporcionar agilidade e velocidade nas operações que envolvam tanto usuários e o pessoal da biblioteca quanto aos sistemas digitais de armazenamento.

Pode-se concluir que, a decisão acerca do acesso aos serviços de busca e recuperação da informação no ambiente da biblioteca será, portanto, baseado no modelo arquitetônico adotado e no desenho administrativo da instituição, e pode, eventualmente, passar do modelo aberto para o método fechado. Em situações em que a busca e recuperação devam ser realizadas pelo usuário, o problema arquitetônico é relativamente sensível, pois sugere a criação de um ambiente dentro do próprio espaço de armazenamento do acervo. Portanto, o grande desafio é formatar um conjunto arquitetônico coeso e integrado com a totalidade dos outros espaços da biblioteca.

6 CONCEPÇÃO ESPACIAL DAS SALAS DE LEITURA E PESQUISA

A comunicação é a função básica do edifício da biblioteca e, nesta perspectiva, convergem e direcionam todas as demais atividades relacionadas a ela. Em função desse processo comunicativo, a constituição de uma forte relação entre a fonte da informação e o usuário, no ambiente da biblioteca, pode ser sentida na tradição arquitetônica que concede às salas de leitura e pesquisa uma situação hierarquicamente dominante. Normalmente, esses espaços expressam um forte sentido monumental se comparado aos outros espaços da biblioteca. Como exemplo disso, verifica-se a imposição de um pé-direito elevado, a predominância da continuidade espacial e a utilização dos materiais que expressam luxo e riqueza. Em decorrência desses fatos, a característica na concepção arquitetônica dos espaços destinados à leitura e pesquisa, na ambiência espacial da biblioteca, vem atrelada ao conceito de flexibilidade espacial, principalmente, verificado nas separações destas áreas através do próprio emprego do mobiliário existente como, estantes, mesas e cadeiras. De certa forma, a própria relação entre informação-usuário é reforçada, na medida em que coloca o leitor junto a uma atmosfera apropriada à

leitura, pesquisa e transmissão de conhecimento.

Outro setor, extremamente importante na concepção dos espaços de leitura e pesquisa, é definido pelas cabines ou pequenas salas de estudos planejados ao longo do espaço da biblioteca. Para esses locais, onde o estudo deve ser mais intenso e reflexivo, a sensação de intimidade e reclusão pode cooperar nas atividades desenvolvidas de pesquisa e estudo. Estudos revelam que, historicamente, as antigas bibliotecas se serviram de numerosas construções engenhosas que suportavam os grandes e pesados manuscritos, proporcionando algum espaço lateral para suas atividades. Quando enfim, os livros foram ficando mais leves e práticos, tais disposições foram sendo abandonadas e, mais recentemente, que se voltou a considerar o ambiente ao redor do leitor. Uma das explicações seria que, a leitura de micro-produções requer disposições que facilitem o estudo individual, e que esta tarefa se realize em um local pequeno e protegido, onde a imagem projetada não receba o excesso de luz.

Boa parte do desenho e da qualidade ambiental desses espaços está relacionada com a iluminação e com o conforto sonoro destas salas e, ambos, acabam influenciando a dinâmica de todo o conjunto da biblioteca. Nesses casos, fazemos as seguintes recomendações que são importantes no

equilíbrio, no funcionamento e no ordenamento espacial desses ambientes:

- Preservação e equilíbrio dos níveis de luminosidade, principalmente, nas áreas internas da biblioteca envolvendo as superfícies de paredes, mobiliários e contornos imediatos.

- Controle da luz natural e artificial nos ambientes destinados à leitura e pesquisa, de forma a garantir qualidade nos aspectos de visualização, ofuscamento e distribuição adequada na iluminação nos vários ambientes adjacentes.

- Controle do volume sonoro nos locais de leitura, visando ao conforto acústico e à absorção do som junto a sua origem (pode-se admitir a separação dos locais ruidosos daqueles em que se requer silêncio e a utilização de materiais acústicos absorventes).

- Utilização do conceito de distribuição flexível do espaço, através da implantação de divisórias, fechamentos removíveis e espaços entrelaçados. (GOMES, 2007, p. 153)

Quanto mais se preocupe em resolver os problemas relacionados aos espaços destinados ao estudo individual, à pesquisa e à leitura, tanto mais flexível será o espaço da biblioteca em absorver às mudanças tecnológicas que, inevitavelmente, irão

relacionar sua função primordial: a comunicação do usuário com a fonte de informação.

7 ESPAÇO E DEVOLUÇÃO DO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

A devolução do material bibliográfico aparece como um dos principais pontos críticos dos espaços de bibliotecas universitárias, pois envolvem no processo, diversos fatores, como por exemplo, o transporte do material, o tipo de usuário, as características espaciais do edifício, o tipo de equipamento, etc. Mesmo diante desses desafios, faz-se necessário manter um trabalho coordenado, capaz de formular uma política de planejamento arquitetônico e administrativo no ambiente da biblioteca.

Uma das formas para tentar minimizar a problemática da operação de devolução de documentos, sem que haja grande acúmulo de atividades, é executar a ação em várias etapas. Para isso, sistemas mecânicos de transporte se dedicam às tarefas de devolução sem, no entanto, prejudicar o transporte dos livros que saem das estantes e vão para as mãos dos leitores nas salas de leitura. Entretanto, qualquer interferência que surja em relação ao desaparecimento do material, anularia toda a margem de benefício que possa existir no uso de um sistema

mecânico. Como já foi dito, a devolução de documentos que envolvam várias etapas, pode ser feita tanto por monta-cargas que transportam verticalmente, quanto por carrinhos que são capazes de subir rampas. Nesse sentido, o projeto arquitetônico deve prever antecipadamente, local destinado à instalação de monta-cargas ou elevador, bem como, rampas de acesso com a devida inclinação requerida.

8 ESPAÇOS E SERVIÇOS RELACIONADOS AOS USUÁRIOS

A função do serviço de controle, que geralmente é realizada pelo pessoal da biblioteca, tem a característica principal de verificar e catalogar a entrada e saída de todo material bibliográfico circulante na biblioteca. Essa tarefa hoje é bastante simplificada através do uso de sistemas digitais de computação, que armazenam e disponibilizam um número enorme de informações em um tempo bastante curto. Em termos espaciais, o trabalho é levado a cabo em uma mesa de controle individual ou mesmo em seções separadas e desenhadas em função do próprio tamanho da biblioteca, onde são registradas as informações de entrada e saída de material. Desta forma, é importante que o espaço

tenha boa visibilidade e esteja posicionado de forma estratégica em relação ao usuário. A grande vantagem desse sistema reside no fato de acelerar o movimento do serviço e proporcionar relatórios diários de acompanhamento do fluxo de informação, com cópias dos prazos de vencimento.

O pessoal encarregado do serviço de controle estará, forçosamente, disposto a assessorar e aconselhar, por regra geral, os bibliotecários experientes. Portanto, se a biblioteca tem um número razoável de usuários, é bastante recomendável fazer a separação do setor de controle na ajuda prestada aos leitores. Em tais casos é conveniente no projeto arquitetônico da biblioteca, separar um local exclusivo as atividades de controle, reservando aos bibliotecários mais experientes, a tarefa de ajuda e participação aos usuários da biblioteca.

8.1 Consultas

O setor de consultas abrange a classe de serviços destinados a atender aos usuários e leitores, dando ênfase no recebimento e análise das solicitações de serviço, detalhando as necessidades de cada usuário, especificando cada tipo de pesquisa ou de material bibliográfico necessário e adequando àquele usuário nas seções de leitura e pesquisa.

Isto implica no desenvolvimento de espaços que agreguem o conceito de facilidade na acessibilidade entre o usuário e o pessoal da biblioteca. Desta forma, parece conveniente prever também salas preparadas com tratamento acústico, evitando que o trabalho executado nestes locais prejudique o restante da biblioteca; mas mesmo assim, é importante situar o pessoal da biblioteca que atua no setor de consultas, de tal forma que se encontre perto dos itinerários naturais de circulação e juntos aqueles locais onde provavelmente surjam dificuldades: local do arquivo e consulta e a seção de referência.

Com o advento da internet e das novas modalidades de acesso à distância em curso, nas universidades, as bibliotecas estão sendo pressionadas a servir de suporte aos usuários presenciais e àqueles fisicamente distantes. Por conseguinte, há uma demanda por serviços e produtos para usuários remotos e as bibliotecas e seus recursos bibliográficos são solicitados por um número crescente de usuários com as mais variadas questões. Neste contexto, o foco da biblioteca orientada ao usuário remoto deve considerar espaços arquitetônicos incorporem questões como: flexibilidade e adaptabilidade às novas mídias e ao perfil do novo usuário, educação no acesso a recursos

online, cooperação, rapidez e eficiência das coleções.

8.2 Cópia das informações

Em muitos casos, os usuários necessitam possuir uma reprodução pessoal de alguma informação ou fonte encontrada na própria biblioteca ou mesmo a obtenção de cópias de documentos não existentes no próprio local, mas locadas em instituições do Brasil e exterior. Para satisfazer essas condições, as bibliotecas têm instalado máquinas copiadoras em um pequeno local separado onde pode ser organizado um serviço de cópia. Como os usuários podem ter que esperar um tempo considerável, é conveniente que haja uma sala de espera específica.

9 FONTES EXTERNAS DE INFORMAÇÃO

Nenhuma biblioteca universitária, por maior que ela seja nunca pode chegar a possuir todos os conteúdos de informação disponíveis. A melhor forma para solucionar este problema tem sido mediante um sistema de empréstimos mútuo entre bibliotecas, na qual o livro pode ser pedido a outra biblioteca. O empréstimo interbibliotecário é uma operação cooperativa que permite aos usuários terem acesso a um máximo possível de informação documental. Não se trata de um substituto do processo de

desenvolvimento do acervo de uma biblioteca para atender as necessidades de seus usuários, mas um serviço de apoio para ampliar o acervo quando falha no atendimento da demanda em situações específicas.

A comutação bibliográfica é, portanto, um sistema operacional mediante a qual, por procedimentos reprográficos de qualquer índole (fotocópias, microfimes, microfichas etc.), os usuários de uma biblioteca, centro de documentação ou banco de dados têm acesso ao acervo de outra instituição similar participante de uma mesma rede. Este processo interbibliotecário é regido por normas específicas de prestação de serviços, de forma regular e responsável. As bibliotecas vêm observando uma demanda crescente neste tipo de serviço por parte de um número considerável de usuários.

Atualmente, a biblioteca universitária trabalha com uma nova perspectiva, utilizando os meios digitais e eletrônicos tirando proveito do seu potencial. Hoje, ela pensa digitalmente, e ao pensar dessa forma usa essa tecnologia como vantagem competitiva, aplica as informações coletadas com sua clientela em suas ações, entendendo que a internet muda a economia e reescreve as leis de oferta e da procura, além de cultivar uma constante postura de renovação. Contudo, mergulhar profundamente nesse processo é operacionalizar também projetos arquitetônicos que

contemplem perspectivas de futuro, criando um espaço promissor no fornecimento de serviços informacionais compatíveis com as necessidades dos seus clientes mais exigentes. Este é, portanto, o momento certo para a biblioteca universitária se posicionar frente às novas tecnologias, seus desafios e seus impactos junto ao âmbito do espaço construído. E, assim encontrar caminhos para que atinja a maturidade dentro da chamada nova era da informação.

10 ESTABELECIMENTOS DE LIVRARIAS

O empréstimo e a venda de livros não devem ser considerados como componentes comerciais, mas também no contexto de atividades complementares das bibliotecas universitárias. Efetivamente, estudos realizados sobre esse tema apontam que, os estabelecimentos de livros não sofreram prejuízo algum pela proximidade das bibliotecas universitárias. É útil que, em alguns casos, a existência de livrarias vinculadas às bibliotecas que possam vender material que não estão disponíveis para empréstimo nas bibliotecas. No interior de uma universidade, um estabelecimento de livraria desempenhará uma função análoga sem ser necessário, portanto, que haja a urgência de construir um edifício a parte da

biblioteca.

11 SETORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

11.1 Área Administrativa

Toda biblioteca, mesmo que seja de tamanho reduzido e pequeno, deverá ter em sua planificação arquitetônica, uma área destinada aos serviços de administração. Para isso, o projeto deverá contemplar critérios básicos para o seu funcionamento, como por exemplo, flexibilidade espacial, interconexão com as áreas do acervo e desenho funcional dos espaços. Em uma grande biblioteca universitária, esse local representará um espaço de considerável tamanho e importância, já que vários serviços ligados à administração geral da biblioteca deverão ser analisados. No que se refere ao uso desses espaços, convém lembrar que, geralmente, os bibliotecários desempenham dupla função no âmbito da biblioteca; não só desempenham função administrativa nas rotinas relativas ao controle dos departamentos e núcleos, mas também são responsáveis, em geral, pela seleção, análise e indexação dos documentos. Isto significa dizer que, uma quantidade considerável de operações, procedimentos e informações passam por estes locais. Portanto, o projeto arquitetônico da

biblioteca deve prever a separação dos locais administrativos, contudo, a acessibilidade aos outros locais deve ser desenhada de maneira clara e direta.

11.2 Área Técnica

A maioria das bibliotecas necessita de uma área de trabalho denominada Seção Técnica, destinada ao trabalho bibliotecário de recebimento, registro e controle de documentos. Nesse caminho, o planejamento arquitetônico dessas áreas deve ser encarado como uma linha de produção industrial, ou seja, incorpora a ideia de uma progressão linear ou uma sucessão de operações a fim de garantir agilidade, flexibilidade e profissionalismo, desde a entrada ou saída do documento na biblioteca.

No início do processo, geralmente, o material bibliográfico chega em caixas embaladas e, na sequência, ele é descarregado e desembalado em um espaço próprio de expedições. Em seguida, esse material passa por um local de registro onde se comprova a nota do pedido, inscrição e classificação dos documentos. Todas essas operações ocupam bastante espaço e deve ser reservada no projeto da biblioteca, uma boa percentagem para acomodação destas atividades. Por exemplo, deve-se calcular pelo menos 11,00 m² por pessoa (NBR – 10518) e é

importante que sejam analisadas com profundidade pela equipe técnica, antes de serem adotadas como critérios espaciais.

É obvio que, nesses locais ou espaços projetados para a manipulação de material impresso, a operação com um sistema interligado de computadores seja matéria imprescindível no desenvolvimento das atividades planejadas, visto que, normalmente, as bibliotecas na atualidade já incorporaram as demandas das novas tecnologias informacionais no ambiente do espaço construído.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso do Brasil, pode-se concluir que, apesar do salto qualitativo nos últimos anos nos espaços de bibliotecas universitárias, quando analisadas sob o olhar crítico de suas intervenções e suas espacialidades, ainda apresentam problemas relacionados ao entendimento da linguagem arquitetônica e da ambientação física dos edifícios de bibliotecas universitárias. Este problema suscita outro mais amplo e geral: a falta de um acompanhamento analítico e constante, por parte da arquitetura, de instrumentos que permitam controlar as diversas fases de seleção, utilização e análise das experiências. A complexidade deste objetivo, a amplitude e as

possibilidades de intervenção representam o grande desafio na área da arquitetura que responda claramente os anseios das diversas disciplinas envolvidas nesse campo de trabalho.

Portanto, espera-se que o aprofundamento das questões relacionadas à linguagem arquitetônica e a ambientação física dos edifícios de bibliotecas universitárias apresentados neste trabalho permitam entender melhor os futuros projetos destes ambientes no âmbito nacional. E mais ainda, que haja uma maior adequação destes locais aos seus usuários, motivando-os, suprimindo suas necessidades pessoais e coletivas e, acima de tudo, ajustando melhor o desempenho de suas tarefas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR – 11678 – Divisórias leves internas moduladas – Verificação do comportamento sob ação de cargas provenientes de peças suspensas.** Rio de Janeiro. 1991.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR – 12743: móveis.** Rio de Janeiro. 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR – 1141: recomendações para armazenagem e exposição de documentos de**

arquivos. Rio de Janeiro. 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR – 10518 – Informação e documentação – Guias de unidades informacionais.** Rio de Janeiro. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR – 9578: Arquivo-terminologia.** Rio de Janeiro. 1986.

GOMES, Samir Hernandes Tenório. **Centro referencial e cultural de arquitetura:** uma proposta para disseminação da informação. 2001. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

GOMES, Samir Hernandes Tenório. **Edifícios para bibliotecas universitárias:** perspectivas e diretrizes a partir da avaliação pós-ocupação. 2007. 538f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-29042010-105703/pt-br.php>. Acesso em: 22 set. 2019.

Capítulo 5

CONTEXTO ARQUITETÔNICO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Samir Hernandes Tenório Gomes

1 INTRODUÇÃO

Poucos programas arquitetônicos têm sofrido uma transformação tão intensa quanto os edifícios de bibliotecas universitárias no Brasil. Não somente porque os suportes tradicionais do livro vêm somando outros meios de comunicação e informação, mas também tem havido um desenvolvimento na ideia clássica de biblioteca para converter-se em um centro midiático, incorporando em seus processos e sistemas de comunicação, diferentes formas de disseminação da informação. Negar ao projeto de arquitetura esta realidade bastante consolidada é desmerecer todo um processo desenvolvido ao longo de vários anos, no reconhecimento de dados essenciais da cultura contemporânea, como experiência real, autêntica e merecedora de crédito.

Uma das experiências mais ricas nos projetos de bibliotecas universitárias brasileiras tem sido aceitar o caráter plural e diversificado que os programas arquitetônicos vêm impondo às disciplinas

projetuais ligadas à informação e comunicação e, por conseguinte, à dependência dos conteúdos culturais locais, inclusos nos processos de gestão, procedimentos, suportes e os distintos meios organizacionais. Em vista disso, o tema da biblioteca universitária brasileira vem aos poucos ocupando um importante papel nos processos de desenvolvimento de projetos e nas pesquisas em Arquitetura e Urbanismo. Assim, melhorar e discutir a qualidade desses edifícios para um futuro desejado é também, necessariamente, aceitar e pôr em prática a sistematização de seu conhecimento.

Dessa maneira, este capítulo tem por objetivo trazer à luz os principais elementos da arquitetura de bibliotecas universitárias brasileiras, tendo como suporte, a leitura interpretativa de seis edifícios. Evidentemente, não se trata de esgotar o assunto ou mesmo estabelecer uma “camisa de força” ao longo desse processo de análise; o estudo procura desencadear uma proposta de aprofundamento das questões relacionadas aos caminhos projetuais dos edifícios em questão. Vale a pena destacar que, por se tratar de uma análise prospectiva, não se teve o objetivo de demonstrar perguntas e respostas para toda a problematização da arquitetura da biblioteca universitária brasileira. Acima de tudo, procurou-se estabelecer um instrumento de auxílio na reflexão do

tema na área da Arquitetura.

Além disso, a compreensão do desenvolvimento de intervenções arquitetônicas dos edifícios de bibliotecas universitárias em cidades brasileiras coloca em discussão novas formas de atuação no espaço urbano. Constata-se hoje um processo de redefinição – ainda inconcluso – de novas alternativas de programas, necessidades e realidades no contexto dos edifícios de bibliotecas. Na atenção a outros paradigmas, é fato inegável que essas transformações, na concepção contemporânea de espaço em bibliotecas universitárias, são fundamentais para o entendimento de novos fenômenos sociais, técnicos, lógicos, metodológicos, urbanísticos, políticos e mercadológicos que regem uma nova arquitetura desses edifícios. Assim, pensar a produção arquitetônica dos edifícios de bibliotecas no âmbito universitário, exige hoje outros olhares sobre as questões que envolvem o espaço contemporâneo, um espaço incapaz de se abster ao progressivo confronto entre as tradicionais definições de cidade, paisagem e território. Conseqüentemente, construir esses espaços nos incita, como parâmetro indispensável, a um inevitável embate com estas novas percepções desenvolvidas pelo homem, cidade e metrópole.

2 SELEÇÃO E CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE DAS BIBLIOTECAS SELECIONADAS

Os exemplos, a seguir apresentados, tentam resgatar e vislumbrar alguns avanços conseguidos nessa área de construção de bibliotecas universitárias. É importante, porém, explicar que os critérios de análise de tais edifícios estão baseados nas várias tendências arquitetônicas empregadas à realidade brasileira. Destacar que quando se fala de tendências, os arquitetos não têm dado fórmulas ou formas prontas, mas sim apontando em comum a garantia da diversidade no contexto brasileiro, diversidade que remete logo à coerência das soluções em espaços de bibliotecas universitárias. Na verdade, o que se tem são grandes diversidades regionais não redutíveis exclusivamente a questões econômicas, mas sim de diferenças de ordem geográfica, como clima, materiais disponíveis e adequados, mão de obra, fatores que moldam facilidades ou dificuldades para implantação ou disseminação de tecnologias. Por fim, têm-se as características culturais, interagindo com todo esse complexo e propiciando determinadas propostas construtivas.

Assim, neste estudo, pode-se considerar que os exemplos analisados se enquadram entre as tendências de futuro de arquitetura de bibliotecas

universitárias que se preocupam em trabalhar a favor da realidade em que se inserem, com o compromisso de serem coerentes com seus contextos e inseridas na realidade brasileira.

Outro critério estipulado nesta análise diz respeito à aplicação das novas tecnologias informacionais nos espaços destes edifícios. Com o crescente direcionamento das unidades universitárias para o conhecimento, é natural que as bibliotecas sejam grandemente afetadas pelos rápidos progressos na tecnologia da informação, notadamente computadores, telecomunicações e redes. Essa tecnologia é um direcionador importante de mudança no conceito espacial das bibliotecas universitárias, afetando as atividades acadêmicas e reforçando a urgente necessidade de sua aplicação.

Os projetos escolhidos procuram reforçar os dois desafios básicos dessa tendência no planejamento do espaço físico: o primeiro é materializado em razão de muitos edifícios aqui apresentados não teriam sido previamente projetados para dar suporte a sistemas que utilizam meios comunicacionais e elétricos requeridos para apoiar os suportes informacionais. E segundo, outros casos em que os espaços são concebidos para absorverem as novas tecnologias e serem utilizados por um longo período sem modificações espaciais.

Assim sendo, os critérios de análises seguiram um plano de ação bastante definido, acompanhando respectivamente os seis casos apresentados nesse capítulo, ou seja, cada projeto de biblioteca universitária analisada propõe três critérios básicos que ficam assim divididos:

a) Bibliotecas Universitárias Públicas – Setorizadas de Pequeno Porte: são edifícios que apostam em obras autônomas e inovadoras, incorporando novas soluções e experimentações no âmbito das decisões de projeto. Mesmo partindo de um universo econômico bastante restritivo, como é o caso das universidades públicas, esses espaços expressam contribuições positivas empreendidas nesses projetos. Apesar de tecnologia simples, materiais tradicionais locais e programas arquitetônicos modestos, as bibliotecas universitárias que caminham nesta direção, manifestam alternativas concretas na produção da arquitetura brasileira contemporânea. Para essa vertente, foi escolhida a *Biblioteca do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (SP)*;

b) Bibliotecas Universitárias Privadas de Grande Porte: esses edifícios expressam a força das instituições privadas universitárias na realidade brasileira, estipulando generosos programas arquitetônicos para as bibliotecas e propostas de uma arquitetura de “impacto” e “espetáculo” no âmbito espacial. Geralmente os partidos arquitetônicos se estruturam em conceitos e formas marcantes, tanto nas definições volumétricas compositivas quanto nos conceitos aplicados à funcionalidade, tecnologia e inovação organizacional. Outro traço marcante destes espaços são os recursos associados à monumentalidade e à identidade estética, elencando pontos referenciais e visuais do campus universitário. E finalmente, essas bibliotecas dispõem de grandes somas financeiras para o planejamento e a construção das edificações, revertendo em projetos de maiores intervenções. Nessa análise, foram escolhidos dois exemplos neste estudo: a *Biblioteca Central da PUC – Campinas (SP)* e *Biblioteca do Centro Universitário Positivo – UNICENP de Curitiba (PR)*;

c) Revitalizações destinadas às Bibliotecas

Universitárias: para atender às crescentes necessidades de novos espaços de bibliotecas universitárias, muitas instituições de ensino superior no Brasil têm procurado executar projetos de revitalizações e adaptações em suas próprias sedes, reaproveitando e incorporando estruturas locais existentes. Nessas intervenções, os fatores associados à compatibilização dos novos programas de necessidades das bibliotecas universitárias aos espaços já construídos têm sido o grande desafio de arquitetos e planejadores que atuam nessa área. Vale frisar que, em função do grau de dificuldade destes projetos arquitetônicos, principalmente no que se refere a sua readaptação a um novo uso e a sua reintegração, muitos exemplos não têm respondido satisfatoriamente aos processos de revitalizações. No entanto, os projetos aqui descritos, a *Biblioteca Centro Universitário – Metodista de Porto Alegre (RS)*, a *Biblioteca, Capela e Café da Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (RS)* e a *Biblioteca de Pós-Graduação da FAUUSP – Maranhão, de São*

Paulo (SP), trazem boas respostas na área de arquitetura de bibliotecas universitárias e parâmetros relevantes a serem analisados e considerados.

Os casos estudados fazem parte da pesquisa de doutorado denominada “Edifícios para bibliotecas universitárias: perspectivas e diretrizes a partir da Avaliação Pós-Ocupação”, desenvolvida junto ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). O trabalho teve como foco a forma com que a arquitetura tem se relacionado com a questão da biblioteca universitária no contexto brasileiro, identificando suas intervenções, potencialidades e espacialidades. Na pesquisa, buscou-se uma melhor compreensão dos problemas relacionados à formulação de diretrizes para futuros projetos e possíveis caminhos desses ambientes no âmbito nacional. A pesquisa utilizou o método de Avaliação Pós-Ocupação¹, na qual aplicou

¹ A Avaliação Pós-Ocupação (APO) é um conjunto de métodos e técnicas que busca avaliar o desempenho de ambientes construídos e, a partir da verificação de erros e acertos do ambiente em uso, permite conhecer, diagnosticar e formular diretrizes para produção (projeto e construção) e consumo (uso, operação e manutenção), considerando essencial o ponto de vista dos usuários. Sua

instrumentos de análises comparativas de exemplos nacionais, apresentando quais aspectos deveriam direcionar um plano de realinhamento e reposicionamento nas operações projetuais de bibliotecas universitárias. Portanto, os casos apresentados neste texto permitem compor um quadro sintético bastante relevante das principais bibliotecas universitárias nacionais, identificando os principais elementos de ocupação de espaços bibliotecários, sob o ponto de vista funcional e satisfação do usuário.

3 RESULTADOS

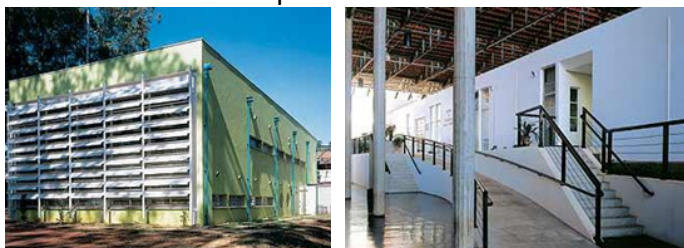
(6) Bibliotecas Universitárias Públicas – Setorizadas de Pequeno Porte: Biblioteca do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (SP)

A Biblioteca do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (SP) caracteriza-se por ser uma construção simples (no formato de um retângulo), e apresentar um espaço muito funcional, além de se constituir como uma espécie de anexo do

aplicação e importância encontram-se essencialmente baseados nos relatos daqueles que usam os espaços edificados.

Centro de Documentação – CEDOC, também pertencente a essa Universidade. Podem ser destacados outros atributos que marcam a construção dessa biblioteca, tais como sutilezas no desenho interno e externo da construção; adaptação à topografia, permitindo o aproveitamento da iluminação e ventilação naturais; apresenta a mesma linha de continuidade com os demais prédios e, além disso, apresenta uma rampa de acesso ao CEDOC.

Figuras 1 e 2 – Biblioteca do Instituto de Economia da Unicamp – Entrada Lateral

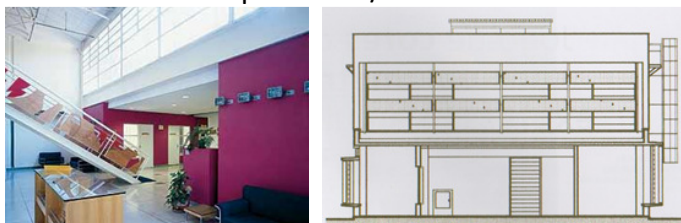


Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

A edificação dessa biblioteca permitiu uma nova reorganização do espaço das áreas administrativas, de serviços e apoio, que ficaram no setor reformado, já o acervo, com a parte de leitura e pesquisa, no novo bloco construído. A medida do prédio é de 12x7 metros, com uma das extremidades ligadas ao setor administrativo e a outra, onde se localiza a área de leitura, vedada por um grande

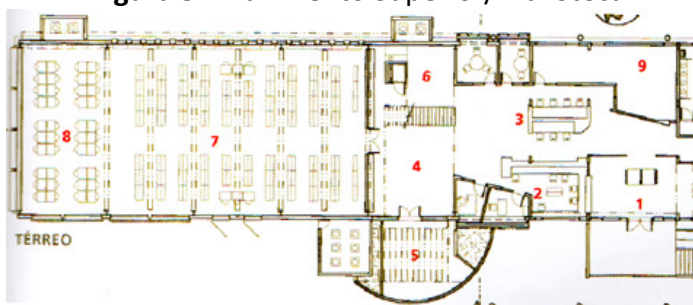
caixilho, por onde haverá a expansão da biblioteca caso seja necessário. A nova construção apoia-se em estrutura metálica e seu fechamento é feito em alvenaria de blocos, revestida com massa grossa. Telhas metálicas foram empregadas na cobertura, que exhibe ainda aberturas em *shed* por onde entra a iluminação natural. (MELENDEZ, 2003b, p. 40):

Figuras 3 e 4 – A escada metálica/Corte Esquemático/Biblioteca



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

Figura 5 – Pavimento Superior/Biblioteca



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

Apesar de se caracterizar pela linguagem da simplicidade, a Biblioteca do Instituto de Economia da

Universidade Estadual de Campinas apresenta um espaço muito funcional e articulado com as novas tendências das bibliotecas universitárias brasileiras.

Como primeiro elemento analítico desse edifício, identifica-se um comparativo à posição humanista do arquiteto Alvar Aalto², com sua maneira de construir os novos espaços arquitetônicos, levando em conta os elementos geradores do entorno, mas sempre dentro de um processo de contínuo questionamento em busca de uma linguagem própria e de novos sentidos. À primeira vista, o espaço da biblioteca é demarcado com este forte legado, respondendo ao contexto de seu partido, o despojamento e a simplicidade das soluções encontradas. Assim, dentro das limitações orçamentárias impostas, o projeto abre mão dos recursos sofisticados e dos grandes gestos construtivos, fazendo de sua simplicidade e do seu minimalismo sua principal marca.

O projeto exprime, como na maioria dos

² O arquiteto Alvar Aalto, ao longo de sua carreira, procurou enfatizar a necessidade de uma arquitetura humanista, buscando aplicar os temas perceptivos mentais e corpóreos do Homem no contexto arquitetônico. A arquitetura enxergava a arquitetura como um importante organismo vivo e que está em constante interação com a paisagem natural, o lugar e com o Homem que a habita.

exemplos apresentados de bibliotecas universitárias brasileiras, a grande preocupação para a solução dos problemas relacionados ao conforto ambiental, com a utilização de *brises* de proteção na fachada e revestimentos específicos e forros termo-acústico. Esse raciocínio é explicado, provavelmente, pelo aprofundamento projetual positivo que os edifícios de bibliotecas têm percorrido ao longo dos últimos anos no Brasil.

Em relação à definição dos espaços internos, o partido procura enfatizar a organização participativa na biblioteca, de modo que os usuários possam controlar visualmente o que acontece em todo o prédio, por parâmetros próprios de cores, formas e texturas. Esses elementos compositivos no espaço reforçam a qualidade inerente do tema arquitetônico do edifício, a correta integração entre a informação disponibilizada e do usuário da universidade.

Quanto aos materiais, tanto internamente como externamente, na biblioteca prevalece a utilização da ideia do mais prático, talvez, por ser tratar de um edifício inserido no contexto da área pública e por se saber que não existe a tradição de manutenção preventiva neste tipo de edificação. Portanto, a escolha dos materiais estabelece o critério de economia e durabilidade, facilitando as atividades de limpeza e conservação. Esse mesmo conceito é

aplicado na cobertura de telha metálica, que recebeu tinta especial para diminuir a carga térmica e acústica e, nas paredes internas, tinta acrílica com verniz facilmente lavável. Dessa maneira, sem a proposta de sofisticação dos espaços e das soluções, o projeto acima de tudo, responde às aspirações do usuário, com soluções possíveis e concretas.

(b) Bibliotecas Universitárias Privadas de Grande Porte: Biblioteca Central da PUC – Campinas (SP) e Biblioteca do Centro Universitário Positivo – UNICENP de Curitiba (PR)

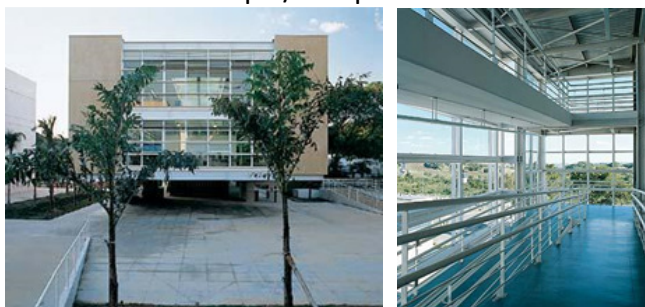
A **Biblioteca Central do Campus 2 da PUC** de Campinas (SP), cujo acervo compreende áreas como medicina, odontologia, fisioterapia e psicologia, foi construída perpendicularmente ao prédio do ambulatório de fisioterapia desta universidade e apresenta uma esplanada unificada comum entre as duas construções.

Figuras 6 e 7- Biblioteca Central da PUC – Vista Interna/Bloco principal



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

Figuras 8 e 9 – Biblioteca Central da PUC – Fachada Principal/Rampa Central



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

O edifício da Biblioteca Central da PUC – Campinas tem como objetivo principal revelar a condição primeira e universal da função básica de um espaço vinculado ao oferecimento de informação à sociedade, incorporar também outros elementos que o tornaram uma obra única, que atende a condições específicas de sítio, clima, contexto e usuário. Por isso é que o espaço é um arranjo simplificado de retângulo

disposto ortogonalmente, embora o sofisticado tratamento nas superfícies externas busque a valorização do edifício em relação ao seu entorno. Em primeira instância, a forma do edifício remete a pensar a solução como uma grande “caixa” que busca cumprir o seu fato arquitetônico e remete a condição básica da “guarda dos produtos informacionais”, sem deixar de incrementar a solução pela crença na essencialidade e na potencialidade dos materiais que manifestam a arquitetura do edifício.

Apesar de agrupar o programa arquitetônico complexo de uma biblioteca universitária, os elementos compositivos do projeto buscam a redução essencial em formas simples, herméticas e mínimas, principalmente na distribuição ortogonal das salas e no partido estrutural adotado. Essa metodologia projetual permite uma leitura rápida e clara aos usuários, acrescentando, em certa medida, vitalidade ao esquema tipológico construtivo. Seus espaços materializam a simplicidade e o vigor das formas puras, como se configurasse a constante busca do originário e do essencial. Nessa mesma abordagem, os autores reconhecem esse paralelismo formal, referida a duas importantes obras de referência arquitetônica no Brasil, o Museu Brasileiro de Escultura – MUBE, do

arquiteto Paulo Mendes da Rocha³e o MASP, da arquiteta Lina Bo Bardi⁴.

Outro aspecto que destaca esta obra é maneira com que os arquitetos trabalham o conceito dos materiais, aceitando suas características sem ideias preconcebidas de uso. Assim, a capacidade de manipular habilmente os materiais, de maneira que ajudem a definir a estrutura da construção em termos visuais, constrói um importante elemento de ligação entre o contexto local e a materialidade da ideia arquitetônica do espaço. Externamente, as paredes

³ O arquiteto Paulo Mendes da Rocha está vinculado à Escola Paulista Brutalista, baseada essencialmente com a concepção de uma arquitetura limpa, crua e clara, além de responder às necessidades sociais mais urgentes. Suas obras são marcadas pelo domínio do sítio e da topografia, entendendo essa conformação com o objetivo de captar o grau de influência que ela poderá exercer na expressão do domínio e da integração do homem sobre e com a Natureza.

⁴ Lina Bo Bardi foi uma das principais representantes da arquitetura moderna brasileira, indo além dos limites da vanguarda. Sua principal característica foi incluir as pessoas como protagonistas principais do espaço, cuja utilização se daria pelas pessoas e pelo uso cotidiano desses locais. Seus projetos são marcados pelo constante diálogo entre a estética moderna e a tradição popular, compreendendo a cultura local como peça-chave para a elaboração de projetos arquitetônicos.

são revestidas com aplicação de granilha de tom amarelado e outros locais com acabamento de concreto branco. Todas essas referências de materiais são encontradas, tanto nos edifícios vizinhos do campus da PUC como em todo o contexto urbano onde se insere a edificação. A biblioteca também incorpora a utilização de elementos pré-fabricados metálicos em alguns locais estratégicos da planta, como no vazio central que interliga os dois pisos internos e distribui a luz zenital e, nas rampas de acesso lateral que conduzem os usuários para o interior da biblioteca.

Vale destacar a atenção especial que se dá à luz neste projeto, item tão importante na temática de espaços de bibliotecas. Os arquitetos conceberam um edifício onde a luz tem papel fundamental na definição das atividades desenvolvidas de atendimento, pesquisa e leitura da biblioteca. Assim, à medida que se diferenciam os ambientes, segundo sua utilização, a luz e a volumetria acompanham essa caracterização. Uma grande caixa retangular, onde ficam abrigadas as rampas de acesso, recebe panos de vidros que possibilitam iluminar o interior do edifício de forma cênica e controlada.

A Biblioteca do Centro Universitário Positivo – UNICENP de Curitiba (PR) foi edificada para ser uma construção com destacado visual estético que,

embora explora com habilidade os diferentes recursos de composição arquitetônica, complementa-se pela funcionalidade. O arquiteto responsável pelo projeto optou por harmonizar a racionalidade tectônica e a sensibilidade na abordagem estética, proporcionando um convite ao devaneio que, para ele, não se opõe à concentração e a realização de pesquisa em uma biblioteca.

Figura 10 – Visão da fachada/ Biblioteca do Centro Universitário Positivo – UNICENP



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

Figuras 11 e 12 – Fachada/ Entrada/Biblioteca



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

Figura 13 – Visão da fachada lateral, rasgos evidenciam sobreposição de planos



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

O edifício da Biblioteca apresenta um formato trapezoidal e o partido existente nas laterais e fachada de todo o prédio foi criado com o intuito de estimular a contemplação e o devaneio. Isso é possível pelo fato de a biblioteca estar cercada de intensa vegetação local, recomposta para proporcionar um ambiente mais agradável. A biblioteca tem um auditório com capacidade para 864 pessoas sentadas e se destaca pelo desenho refinado que apresenta. Já os interiores apresentam fluxos claros, espaços integrados,

sinalização precisa e um mobiliário que compõe um ar de sobriedade e praticidade.

Figuras 14, 15 e 16 – Vistas Internas



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

As primeiras aproximações em relação a este edifício dão conta de temas bastante presentes na arquitetura contemporânea brasileira, principalmente em espaços de grande visibilidade como esse: “a obra como evento”, “continuidade espacial” e “singularidade espacial”. Entretanto, não resultam desses desdobramentos a incoerência e o desmerecimento da obra arquitetônica em si. Encarar a arquitetura como “evento” significa aproximar-se do conceito de arquitetura como resposta específica, circunstancial e expressão particularizada. A biblioteca procura exatamente percorrer esse caminho, recorrendo às formas inusitadas de composição e estabelecendo uma relação única nos próprios parâmetros de implantação em relação ao campus universitário. Essa mesma preocupação é verificada no conceito do “espaço negativo”, conseguido por meio

de elementos contrastantes de composição em fachadas, como cheios e vazios e claros e escuros. Nesse caso, a ideia dos contrastes é levada até as últimas consequências, principalmente no prolongamento da cobertura que parece flutuar e incorporar um certo ar de desafio em relação às forças estruturais da edificação.

A tendência do partido arquitetônico da biblioteca é desmembrar e recompor formas, além de atender às exigências programáticas de vãos, janelas e aberturas. Por meio da decomposição de formas obtém-se justamente a “continuidade espacial” referida anteriormente, pela interpenetração dos espaços e a supressão de qualquer hierarquia de planos. Explicam-se, assim, os grandes vãos de janelas, o pé-direito valorizado e o tratamento monumental dos espaços interiores. Vale lembrar ainda que, a biblioteca exteriormente mantém um forte aspecto de horizontalidade, privilegiando a ordenamento racional e equilibrado.

A preocupação em evidenciar cada parte do edifício da biblioteca em relação à sua destinação de uso permeia as soluções arquitetônicas dos espaços. O edifício está demarcado na horizontal por quatro andares de planta livre e na vertical, por um grande átrio central, definido como uma área de ponto de encontro dos usuários. A partir da definição desse

sistema ordenador, o edifício estabelece uma relação equilibrada dos cheios e vazios, além de fixar que as formas livres desempenham a função do programa, diferenciando-as e estabelecendo a contrapartida desse sistema.

Mais uma vez a temática de trabalhar a informação como polo gerador das atividades desenvolvidas no espaço da biblioteca, é conseguida a partir da adequação de um ambiente cultural fértil. Assim, sem procurar criar uma arquitetura desprendida de seu contexto e vizinhança próxima, a biblioteca produz um espaço que assume francamente um compromisso social na consolidação do tecido urbano do campus sem retirar o seu caráter particular de biblioteca universitária.

(c) Revitalizações destinadas às Bibliotecas Universitárias: a Biblioteca Centro Universitário – Metodista de Porto Alegre (RS), a Biblioteca, Capela e Café da Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (RS) e a Biblioteca de Pós-Graduação da FAUUSP – Maranhão, de São Paulo (SP)

A **Biblioteca do Centro Universitário IPA – Metodista de Porto Alegre** foi criada a partir das ruínas de uma antiga construção dos anos de 1920. A partir das paredes de pedra que restaram da

construção, foi possível recuperar a imagem do edifício e criar um novo projeto sobre ele. Para a realização do projeto foi recomendado que se mantivesse o patrimônio vegetal local e as edificações significativas, ainda que pouco reatasse da construção original, demolida em sua maior parte.

Segundo Dorfman (*apud* MELENDEZ, 2006), o arquiteto responsável, a proposta do projeto era recuperar a antiga construção e transformá-la em biblioteca central da Universidade.

Para atender ao programa, foi adicionado um mezanino destinado à área de leitura, acomodado entre o segundo andar e o telhado, que também foi refeito e está ligeiramente elevado em relação à cota anterior. Essa abordagem, segundo Dorfman, alinha-se à intenção de, mesmo usando a referência do telhado demolido, destacar o novo em relação ao existente. (MELENDEZ, 2006, p. 55).

A proposta era trabalhar com algo novo, tendo como referência uma construção da década de 20. Isso pode ser visualizado no rasgo na parte superior das paredes de pedra que destaca a presença do elemento novo.

Figura 17 – Biblioteca do Centro Universitário IPA –
Rasgo na parte superior



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

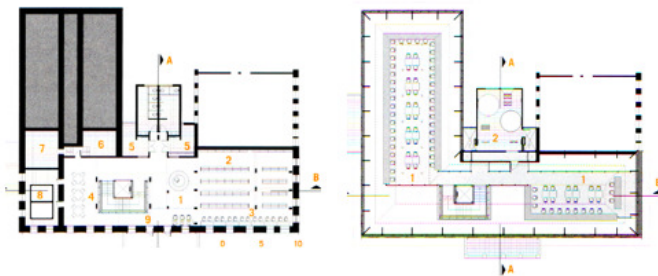
Melendez (2006, p. 57) aponta que:

Esse tratamento é frisado pela faixa envidraçada, delimitada por duas barras horizontais, que faz a transição entre as paredes de pedra e a cobertura. O projeto manteve os vãos de iluminação existentes, mas vedou-os com esquadrias de alumínio vermelhas, que também sublinham a intervenção contemporânea no imóvel antigo. O mesmo recurso foi utilizado na nova cobertura, executada com telhas de alumínio do tipo sanduíche. Ainda na

parte externa da edificação, foi implantada uma escadaria, que complementa o pórtico existente – este, objeto de restauro -, enfatizando o caráter simbólico do acesso principal.

Na vista da fachada do edifício é possível perceber que os vãos nas paredes de pedra da antiga construção foram mantidos, preservando a construção já existente, mas foram inseridas esquadrias de alumínio, compondo um visual novo com elementos modernos.

Figuras 18 e 19 – Térreo e Mezanino Biblioteca do Centro Universitário IPA



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

O telhado foi elevado para a construção de um mezanino onde foi alojada a sala de leitura. O sistema de ventilação utiliza alternadamente a ventilação natural, que entra pelas esquadrias e sai pelo telhado por meio de comportas móveis, e equipamentos de ar condicionado (DORFMAN apud MELENDEZ, 2006).

**Figuras 20 e 21 – Biblioteca do Centro Universitário
IPA – Vista interna**



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

O edifício é uma importante referência na região, tanto em termos arquitetônicos como na área da biblioteconomia. Um dos principais elementos que se destacam no início de sua análise espacial é a relação que o edifício estabelece com a paisagem geográfica. A biblioteca vem provar que é possível construir um dos aspectos fundamentais na arquitetura, que é a função integralizadora da paisagem cultural no âmbito da paisagem natural. No caso, o espaço se apresenta não como um produto autônomo, independente de sua realidade física, mas constituído como elo de ligação entre a paisagem natural e o ente edificado. Ou seja, essa arquitetura opta pela integração e, às vezes, pela contradição respeitosa que valoriza o meio com um dado essencial do desenho. Essa mesma alusão é verificada nas escolhas dos materiais construtivos presentes na biblioteca, em que a presença do tijolo cerâmico nos

revestimentos externos remete à tradição local das construções existentes.

Ao abordar as possíveis respostas a respeito dos condicionantes de clima e conforto ambiental direcionados a esse edifício de biblioteca, o projeto consegue aliar uma correta tradição local de controle climático, com os modernos recursos da tecnologia industrial. Além disso, a adequada implantação, a acertada orientação, o uso de sistemas naturais de ventilação cruzada ou de filtragem da luz, a criação de condições microclimáticas mediante vegetação e água são apenas alguns dos meios cuja aplicação gera valores agregados à arquitetura e fortalece sua identidade. Em suma, a estreita relação com o ecossistema circundante, o aproveitamento racional dos recursos naturais e conservação de energia podem ser encontrados nesse exemplo de biblioteca universitária.

Outro importante aspecto do projeto dessa biblioteca é a busca por contrastes entre o novo e o existente, ou o moderno e o antigo. Dessa maneira, é possível respeitar a tradição, sem por isso deixar de lado a ideia de moderno, principalmente na discussão tão presente dos edifícios históricos, como é este caso. A análise dessa biblioteca leva-nos a entender que tecnologia e materiais locais não significam necessariamente folclorismo, muito menos

imobilismo técnico.

Tal ideia implica a utilização e a reelaboração das tradições construtivas regionais e locais, como o uso do tijolo cerâmico, madeira ou pedra, sugestões tecnológicas adequadas aos recursos de novos projetos. E por outro lado, a identificação de novas tecnologias que, sem pertencer a uma tradição local, é resposta apropriada às novas exigências de projetos arquitetônicos. Esse mesmo raciocínio é aplicado aos elementos gerados do espaço interior da biblioteca, onde equipamentos computacionais de última geração oferecem informação “online” aos usuários e convivem pacificamente com as formas tradicionais de móveis de madeira e paredes revestidas de pedra natural.

A **Biblioteca, Capela e Café** pertence à **Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre**, apresenta essa característica pela necessidade de expansão da biblioteca que levou a utilizar parte da antiga e pequena igreja na ampliação. A intervenção manteve o uso original do espaço, entretanto acrescentou-lhe novas funções.

A proposta dos arquitetos *André Jost Mafra*, *Cristiano Lindenmeyer Kunze* e *Rodrigo Allgayer* foi trabalhar com estruturas metálicas. A intervenção possibilitou manter o espaço original. O ponto de partida para a realização do projeto foram as duas

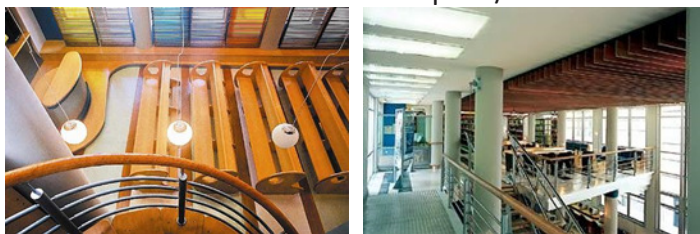
linhas de colunas no interior do edifício, em que foram construídos dois mezaninos: “O primeiro, na área da biblioteca, é ancorado nas colunas e em novos pilares posicionados no exterior do edifício.” (MELENDEZ, 2003a, p. 72).

Figura 22 – Biblioteca da Faculdade Federal de Ciências Médicas – Vista Interna



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

Figuras 23 e 24 – Biblioteca da Faculdade Federal de Ciências Médicas – Vista Capela /Mezanino

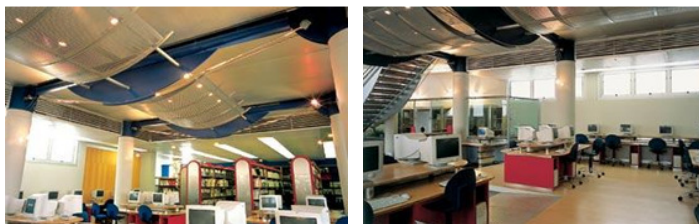


Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

O acervo da biblioteca foi acomodado na área do antigo altar, possibilitando manter as características originais do edifício e aproveitando a

principal vantagem do espaço existente. Além disso, a capela possibilita o acesso à biblioteca, que por sua vez dá acesso ao café. Segundo seus idealizadores, a intenção do projeto era setorizar, hierarquizar e definir áreas e espaços, sem criar barreiras visuais. Isso foi possível com a adoção de diferentes materiais empregados na construção: pisos, estruturas e forros diferentes, demarcando os níveis e áreas diferentes.

Figuras 25 e 26 – Biblioteca da Faculdade Federal de Ciências Médicas – Terminais de computadores



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

O primeiro ponto a analisar é o tema da relação do edifício frente ao espaço urbano em que se insere, ou seja, reflete a questão do fortalecimento da construção com sua identidade urbana. Nesta visão, a biblioteca procura reconstruir a partir da sua própria circunstância, um novo parâmetro espacial de responsabilidade concreta. Isso é traduzido pelo compromisso de recompor o tecido urbano deteriorado, onde unicamente a rígida divisão quadrática permite sustentar e ordenar

adequadamente novos valores por meio da escala, volumetria e uso de materiais. Soma-se a isso, a utilização de um recurso bastante frequente hoje em dia: a “massividade” de edifícios de escala apropriada, dotados de uma imagem homogeneizadora, obtida com o uso de materiais de acabamento de grande impacto visual e qualidade de seus detalhes.

Vale destacar que, o edifício da biblioteca analisada, por meio da apropriação de um espaço de uma igreja já existente, realiza um importante trabalho de resgate e transmissão do elemento da tradição, reafirmando a continuidade cultural sem tirar o mérito da nova intervenção para um espaço de biblioteca. Seu maior atributo reside na valorização do patrimônio de forma dinâmica, com base na proposta para uso pleno, atual, e não para a nostalgia historicista. Nessa abordagem, é importante dizer que a organização espacial e construção da forma são sempre deduzidas da experiência da própria história e, conseqüentemente, não são estáticas, mas mudam com o desenvolvimento da cultura local. Trata-se de um espaço originalmente religioso cede sua função às atividades informacionais e culturais de biblioteca, conseguindo refletir esse caráter dinâmico que a arquitetura, em algumas situações, pode incorporar.

As instalações da **Biblioteca de Pós-Graduação da FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo**, na Rua Maranhão, bairro de Higienópolis em São Paulo, são parte do importante casarão centenário da família Penteado. Nesse projeto foram restaurados e recuperados seus ambientes internos, pinturas e murais. Além disso, o projeto da biblioteca é um referencial para a recuperação do restante do prédio.

Figuras 27 e 28 – Fixação das prateleiras nas paredes
– Sala de Pesquisa



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

Figuras 29 e 30 – Sala do acervo de teses



Fonte: REVISTA PROJETO (2019).

Em relação a este projeto, é importante, antes de tudo, discutir de forma sucinta a questão da preservação dos monumentos tombados, pois, envolvem soluções não exclusivamente técnicas, de projeto ou restauro, mas também elementos vinculados à cultura e estética. Na verdade, essas intervenções se moldam por um rigoroso equilíbrio entre o atendimento às novas necessidades funcionais e o respeito aos valores do monumento, ressaltando inclusive sua relação com o contexto cultural, social e urbano. Nos casos específicos de restauros e recuperações, como é neste caso, algumas características são intrínsecas ao projeto e quem comanda todo o processo é próprio monumento a ser restaurado, ou seja, a partir de elementos concretos, impregnados de valores e significados, instala-se o

processo de reapropriação, visto que, o monumento e sua arquitetura são itens preexistentes nesse caminho e devem ser preservados. Nesse ponto, insere-se o caso da biblioteca, podendo-se avaliar melhor como surgem essas dificuldades, como são equacionadas e como são tratadas as soluções arquitetônicas.

O primeiro problema encontrado neste projeto foi resolver a importante relação que se estabelece entre o edifício histórico e seu novo uso – uma biblioteca de pós-graduação nas áreas da arquitetura e urbanismo. Para essa intervenção é preciso entender primeiramente que o edifício da biblioteca nasce dentro de uma nova lógica de valores, significados e usos. Tratando-se da operação mais delicada de todo o processo de restauração e requalificação do monumento, porque deveriam conviver, no mesmo território, a marca do desenho contemporâneo e os valores impregnados do prédio histórico em questão. Ou seja, novo e velho estabeleceriam uma nova relação de fruição no espaço, sem detrimento das qualidades específicas do edifício restaurado e dos equipamentos modernos a serem introduzidos.

No caso da Vila Penteado, o meticuloso trabalho de resgate dos principais elementos históricos presentes no teto e nos imponentes pisos de madeira das salas, foi uma das principais premissas que nortearam o projeto de restauro do espaço. Além

disso, era imprescindível a instalação harmoniosa das prateleiras dos livros, sem que houvesse prejuízo tanto nas cargas direcionadas diretamente nas fundações quanto no aspecto de interferência visual dos elementos restaurados. Dessa forma, foram projetadas estantes especiais de aço delgado, fixadas diretamente nas paredes de alvenaria e liberadas dos assoalhos de madeira.

A presença da luz teve papel fundamental no caráter na valorização dos elementos restaurados e revitalizados do edifício, bem como no destaque dos novos espaços projetados da biblioteca. Na parte superior das estantes foram instaladas luminárias especiais que, direcionadas sobre o forro, destacam a pintura restaurada e iluminam o ambiente de forma indireta. Além disso, todas as mesas de estudo e pesquisa contemplam luminárias direcionadas que auxiliam no trabalho diário de usuários e estudantes. A luz natural do ambiente, proveniente de imensos janelões, posiciona-se estrategicamente no alinhamento central das paredes das salas e cria uma interessante atmosfera de nuances, cores e matizes ao longo dos ambientes. Na verdade, todas essas janelas foram preservadas e incorporadas ao novo layout dos espaços da biblioteca, propondo-se, inclusive, o fechamento de um alpendre lateral existente, para a instalação de uma pequena saleta de jornais e

periódicos.

Tais intervenções foram possíveis pela perfeita consonância com o vocabulário arquitetônico do prédio histórico e a proposta da nova biblioteca. Realmente, o grande desafio foi dotar o edifício de um novo semblante, adaptando-o a outro propósito que se sobrepunha às funções precedentes. Acima de tudo, o projeto dessa biblioteca tem o mérito de moldar um novo organismo, constituído de novos espaços e elementos arquitetônicos remanescentes ou recapturados. A sua forma está definida pela aglutinação de valores persistentes e significados especiais relacionados com sua história e, além disso, atende às necessidades funcionais de um novo uso e um novo espaço arquitetural.

4 NOVOS CAMINHOS

No caso do Brasil, pode-se concluir que, apesar do salto qualitativo nos últimos anos nos espaços de bibliotecas universitárias, quando analisadas sob o olhar crítico de suas intervenções e suas espacialidades, ainda apresenta problemas relacionados à formulação de um método projetivo coerente para a produção desses espaços, ou seja, uma metodologia projetual que realmente atenda as variantes tipológicas, morfológicas e tecnológicas.

Este problema suscita outro mais amplo e geral: a falta de um acompanhamento analítico e constante, por parte da arquitetura, de instrumentos que permitam controlar as diversas fases de seleção, utilização e análise das experiências de projetos de bibliotecas universitárias. A complexidade deste objetivo, a amplitude e as possibilidades de intervenção representam o grande desafio de uma pesquisa realmente científica em arquitetura que responda claramente nos anseios das diversas disciplinas envolvidas nesse campo de trabalho.

Diante disso, surgem algumas questões: quais os desafios e caminhos a seguir, a fim de garantir coerência nos espaços definidos como bibliotecas universitárias? Ou, mais que isso, como a arquitetura pode oferecer melhores possibilidades de ocupação para esses espaços, por meio do estabelecimento de padrões, diretrizes e métodos de aferimento de confiabilidade?

De fato, ainda que os resultados positivos venham sendo contabilizados no planejamento dos espaços de bibliotecas universitárias no Brasil, principalmente entendendo os aspectos de armazenamento de coleções, acesso, uso, fluxos e serviços, há necessidade de uma série de cuidados e procedimentos a serem tomados nas definições de partidos e projetos arquitetônicos relacionados à

temática apresentada. São eles:

- a) *Planejamento e adequação das instalações físicas*: Em geral, as bibliotecas universitárias brasileiras convivem com problemas derivados da necessidade de instalações e espaços físicos insuficientes para armazenar seus acervos quanto para prover serviços aos seus usuários. Em todos os âmbitos da discussão dessa problemática, a questão ficou centrada na preocupação de acomodar o crescente aumento de coleções na biblioteca. Dessa maneira, administradores e diretores voltaram a resgatar o papel imprescindível do planejamento arquitetônico desses locais, como forma de garantir e adaptar às novas e constantes demandas dos programas informacionais. Por outro lado, com os impactos sentidos através dos suportes digitais e os novos meios tecnológicos comunicacionais, a biblioteca universitária tradicional se viu diante de um ambiente de rápida mudança, tendo que repensar como ela deveria coexistir em um espaço conectado a uma ampla variedade de recursos informacionais. Para isso, novas

abordagens e necessidades se colocam frente à aquisição de equipamentos computacionais, instalação de cabeamento em fibra ótica, redes locais e outras tecnologias da informação que começam a fazer parte da moderna biblioteca universitária brasileira. Ainda, o planejamento dos espaços passa necessariamente a adequar os locais liberados com o abandono parcial ou total dos catálogos tradicionais de fichas para abrigar os terminais necessários ao catálogo informatizado; deve, portanto, prover pontos de acesso no qual o próprio usuário ligará o seu equipamento portátil, a fim de utilizar o sistema da biblioteca para acessar a informação.

- b) *Adaptações ao espaço arquitetônico:* Apesar de existirem, no Brasil, bons prédios de bibliotecas universitárias projetados especificamente para seu funcionamento, muitas ainda estão instaladas em edifícios que não foram construídos para este fim. Dessa forma, tanto em prédios próprios, quanto em espaços adaptados, o estudo do interior das bibliotecas exigirá atenção bastante especial. Quando instalada em

prédios adaptados, a questão do planejamento arquitetônico deve se voltar aos limites vinculados à estrutura existente, prioritariamente aos quesitos relacionados às áreas de acesso (escadas, elevadores, portas), áreas com infraestrutura hidráulica (sanitários, cozinhas), iluminação natural (janelas, vitrôs) e carga de peso que a estrutura suporta. Essa análise é vital, porque, em função dela, direcionam-se ações e planos de adaptações em espaços já existentes.

- c) *Análise dos aspectos perceptivos*: O estudo do espaço perceptivo tem-se mostrado bastante útil nas aplicações do planejamento arquitetônico dos edifícios de bibliotecas, na medida em que fornece subsídios concretos de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência. A leitura de espacializações presente nos ambientes das bibliotecas deve ser basicamente um procedimento no qual são considerados todos os registros a respeito do espaço arquitetural em estudo (fotos, mapas, plantas, desenhos, entrevistas), observando-se a presença de conflitos entre as formas sociais e os elementos espaciais

ausentes ou inadequados, que afetam a apropriação do espaço. Esses conflitos devem ser descritos exhaustivamente e isso é uma característica importante do método aplicado, nos termos de uma abordagem fenomenológica, o marco teórico para a técnica de leituras de especializações.

d) *Análise do crescimento do número de usuários*: Pelos dados estatísticos, os serviços fornecidos pelas universidades brasileiras continuam a crescer numa velocidade assustadora; por conseguinte, o número de alunos que irá passar nos espaços das bibliotecas dessas unidades continuará a aumentar na mesma proporção. Portanto, é bastante prudente que os edifícios destinados às bibliotecas universitárias estejam previamente qualificados no tocante à provisão de informação dentro dos programas do ensino superior no Brasil.

e) *Conhecimento da organização do acervo informacional*: O conhecimento apurado de todo o processo técnico informacional, que acontece no ambiente da biblioteca universitária e se faz desde a chegada do material bibliográfico, catalogação,

indexação e disseminação da informação, deve ser parte integrante e conhecida de toda a equipe responsável do projeto arquitetônico deste edifício. Principalmente agora, quando se discute a inclusão da informação digital, com a utilização de textos completos de periódicos, imagens digitais, dados numéricos e multimídia, esse setor é desafiado a prover novas estruturas informacionais e arranjos espaciais bem diferentes daqueles tradicionalmente arrolados pelo controle bibliográfico.

- f) *Novas infraestruturas*: Hoje em dia, as bibliotecas universitárias possuem importante papel na formação de alianças, atuando como parceiras de empresas e pesquisadores. A elas cabem o apoio e o suporte informacional, de localização, seleção, tratamento e disponibilidade da informação que será vital em uma dada pesquisa e a fazem uso de cooperação e troca de informações, as bibliotecas, também parceiras, poderão agilizar o trabalho dos pesquisadores, influenciando nas decisões referentes à estratégia e à alocação de capital e investimentos no universo da pesquisa. Dessa maneira, o

espaço físico das bibliotecas universitárias deve ser propício a atender às novas infraestruturas de apoio a esses serviços de cooperação em todos os setores da sociedade da informação.

As análises demonstraram que dar respostas às novas perspectivas de projetos de bibliotecas universitárias no Brasil englobam diretrizes não só no campo da arquitetura como, estudos comportamentais do ambiente construído, fatores do espaço arquitetônico e análises dos planos urbanísticos destas edificações, mas também se estende aos aspectos ligados à área da ciência da informação e biblioteconomia, como por exemplo, o uso correto de políticas de desenvolvimento de coleções, identificação da clientela e análise fiel do contexto da unidade de ensino superior.

Assim, pensar a produção arquitetônica dos edifícios de bibliotecas no âmbito universitário brasileiro, hoje, exige outros olhares sobre as questões que envolvem o espaço contemporâneo. Fora isso, entende-se que o aprofundamento das questões relacionadas aos programas, necessidades e realidades no contexto de edifícios de bibliotecas exigem a utilização de avaliações sistêmicas (estudos de caso), colaborando significativamente na

instrumentação necessária para realimentação no processo de produção e uso de futuros ambientes de bibliotecas universitárias. Tais iniciativas poderiam formular possíveis caminhos de ambientes de bibliotecas universitárias no âmbito nacional, direcionando uma maior adequação destes locais aos usuários, motivando-os, suprimindo suas necessidades pessoais e coletivas e, acima de tudo, possibilitando que cada indivíduo consiga modificar seu ambiente para torná-lo mais confortável e ajustado com o desempenho de suas tarefas.

REFERÊNCIAS

GOMES, Samir Hernandes Tenório. **Edifícios para bibliotecas universitárias: perspectivas e diretrizes a partir da avaliação-pós ocupação**. 2007. 544 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-29042010-105703/pt-br.php>. Acesso em: 22 set. 2019.

MELENDEZ, Adilson. Biblioteca Universitária. **Projeto Design**, [S. l.], v. 311, jan. 2006.

MELENDEZ, Adilson. Com três faces distintas, anexo funcional adapta-se a centro de documentação.

Projeto Design, [S. l.], v. 281, jul. 2003a.

MELENDEZ, Adilson. Convertida, capela também mantém o uso e recebe com serenidade novas funções. **Projeto Design**, [S. l.], v. 284, out. 2003b.

REVISTA PROJETO. [São Paulo]: Arco Editorial, [2005-2019]. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

Capítulo 6

AMBIÊNCIA PARA NARRATIVAS ORAIS

Meire Barra Rosa Reis

Sueli Bortolin

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao iniciar esse trabalho, gostaríamos de esclarecer que a opção em utilizar no título e no decorrer do texto a palavra ambiência deve-se ao fato dessa palavra ser menos restritiva que a palavra ambiente. E para tornar essa decisão coerente com a temática desse livro, nos respaldando em um autor da área de Arquitetura, quando afirma: “Para os arquitetos uma ambiência é um meio físico, mas, ao mesmo tempo, estético e psicológico planejado para interações humanas.” (BELINTANE, 2002, p. 185).

Concordamos com essa ideia por avaliar que os aspectos mencionados (físicos, estéticos e psicológicos) interferem nas mediações orais literárias e, portanto, devem estar entre as preocupações dos mediadores.

As reflexões aqui propostas são resultado da observação diária de narrativas literárias em dois espaços: a sala de aula e a biblioteca escolar; isso na perspectiva de uma psicóloga, que também foi

diretora e coordenadora pedagógica escolar e de uma bibliotecária que também é docente de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina.

Poderíamos, aqui, abordar o leitor de uma forma ampla, mas nosso objetivo se restringe ao leitor-ouvinte e de textos literários. Esse leitor também é chamado de leitor que *lê com os ouvidos* e tem como mediador um leitor-narrador, isto é, aquele que narra ou faz a leitura de textos em voz alta.

Incluímos nesse texto sugestões aos mediadores de leitura oral por perceber que lhes faltam subsídios para o planejamento de um espaço que acolha os leitores em formação na sala de aula e na biblioteca.

Destacamos que inúmeras são as pesquisas envolvendo o processo, a promoção e a mediação da leitura. Há também estudos das estratégias de leitura, da obra literária, da relação autor-leitor-texto, da produção e criatividade do autor, dos gêneros literários; porém há escassez de pesquisa e publicação a respeito da ambiência para a leitura. Menor ainda é o número de interessados em discutir o local para a realização da leitura oral, avaliando se ele é aprazível, confortável e acolhedor para que ocorra a permanência do leitor naquele espaço.

Essa é nossa pretensão e para tanto construímos o nosso eixo teórico respaldando-nos nas premissas de Vigotski (2008), Bettelheim (1988), Freire (1989, 2001), Corso e Corso (2006) entre outros.

2 PENSANDO NUMA AMBIÊNCIA PARA O ATO DE LER

Se etimologicamente a palavra ler tem origem na palavra latina *legere*, que significa *recolher com os olhos*, ao reunir a esse verbo à palavra ato, que também vem do latim – *actus* – com o significado de *movimento* e *ação*; é possível concluir que o uso corriqueiro da expressão *ato de ler* traz em si o dinamismo tão almejado pelos mediadores de leitura.

Quando um mediador de leitura se depara com a expressão ato de ler, facilmente se lembra do clássico texto de Paulo Freire *A Importância do Ato de Ler* apresentado no 3º. Congresso Brasileiro de Leitura (COLE) realizado em Campinas em 1981. Lembra-se também da concepção ampla de leitura estabelecida por Paulo Freire, da expressão *palavramundo* (que gostamos de chamar *texto-mundo*) e de sua defesa da necessidade do adentramento nos textos.

Esse encadeamento de ideias somado ao nosso envolvimento com a palavra oralizada nos impele a dizer que: ler é também *recolher com os ouvidos*.

Igualmente, argumenta Luiz Percival Leme Britto (1997, p. 113),

Se [...] entendemos que a leitura é mais que decodificação, podemos assumir sem medo que a criança é capaz de ler mais do que estes textos de frase, de palavras soltas, de letras grandes. A criança lê, sobretudo com os ouvidos. É no momento em que o professor, intermediando com sua leitura de adulto a leitura da criança, faz com que ela se insira num universo discursivo denso, que ele certamente estará contribuindo para sua formação intelectual e sua visão de mundo.

Pensando dessa maneira estamos trazendo à tona a discussão da *oralidade ancestral*¹, isto é, a oralidade que ocorre corpo a corpo, sem a interferência de uma mídia, que é também denominada de *voz viva*. Oralidade que defendemos como fundamental em diferentes espaços e prioritariamente na família, na escola e na biblioteca.

Essa iniciativa vai ao encontro de um movimento que ocorre em diferentes países no

¹ “Oralidade ancestral é o ato humano de expressar ideias e sentimentos com voz viva, e a nova oralidade é a transmissão oral mediada por uma tecnologia.” (BORTOLIN, 2010, p. 43).

sentido de resgatar a comunicação em voz alta de textos literários, em especial, dos contos populares e dos contos de fadas. Contos que têm sido espalhados mundo afora pelos persistentes contadores de histórias.

Dizemos persistentes porque, cada vez mais tecnologias de voz são criadas e acabam por subtrair de nossas vidas os momentos de encantamento e magia promovidos pelos *profissionais da voz* de forma presencial, isto é, *corpo a corpo e boca a ouvido*.

Apesar de uma temática importante não iremos focar as tecnologias de *voz mediatizada*, pois nos interessa nesse estudo a ambiência para a oralidade presencial.

Percebemos que a ambiência criada pelos familiares em casa de maneira aconchegante se diferencia da ambiência a ser construída na sala de aula e na biblioteca, porque no lar a narrativa de histórias ocorre de uma maneira mais espontânea e para um público reduzido. Na escola e na biblioteca, quando ocorre, é com hora marcada e muitas vezes para grupos numerosos de alunos.

Dessa forma, é necessário discutir e planejar o espaço para o ato de narrar, para isso apoiamos-nos na Psicologia Ambiental e na Arquitetura.

3 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

Uma disciplina numa determinada área do conhecimento não surge ao acaso, ela é o resultado de pressões sociais. Isso aconteceu com a Psicologia Ambiental, que segundo Pinheiro (1997, p. 387) acabou “[...] assumindo mais integralmente a interdependência pessoa-ambiente [...]”. Provavelmente essa mudança tenha recebido maior impulso dos pesquisadores ligados às questões ecológicas, que vem tomando uma proporção maior diante dos acontecimentos ambientais resultantes da interferência direta ou indireta do humano na natureza.

Nessa perspectiva, Vietch e Arkklein (1995 *apud* PINHEIRO, 1997, p. 387-388) defendem: “[...] a pessoa não mais só reage aos ambientes, mas também conforma-os, atua neles em função de planos, objetivos, intenções, preferências, expectativas etc.”

Assim, compreender comportamento do indivíduo não é uma tarefa fácil, pois ele não é um ser robotizado, portanto, leva para os diferentes ambientes que frequenta sua bagagem emocional.

Concordando com Vietch e Arkklein (1995), Vigotski (2008, p. 50) afirma que: “[...] a característica básica do comportamento humano em geral é que os próprios homens influenciam sua relação com

ambiente e, através desse ambiente, pessoalmente modificam seu comportamento, colocando-o sob seu controle.”

Nesse capítulo, as reflexões se voltam apenas ao espaço interno construído pelos mediadores de leitura para o ato de ler, isto é, a ambiência que poderá levar o leitor a sentir prazer em permanecer no local, sendo ele: a sala de aula ou a biblioteca.

Vale informar que nos identificamos com as abordagens piagetiana e vigotskiana, mas que nessa seção apoiamo-nos apenas nos trabalhos de Vigotski que considera que a formação do indivíduo se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade, ou seja, tanto o homem quanto o meio são afetados mutuamente, num processo de interação. O indivíduo utiliza a linguagem e as mediações simbólicas a fim articular seu aprendizado e intervir na realidade. Todo aprendizado é necessariamente mediado – e isso torna o papel do educador e do mediador de leitura mais ativo e determinante.

Se quisermos compreender as reais relações existentes entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado, segundo Vigotski (2008), é necessário definir dois níveis de desenvolvimento mental na criança: o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial. O primeiro nível, como define o autor, é o de desenvolvimento das funções

mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados. Em outras palavras diz respeito àquela atividade que a criança consegue desenvolver por si, de maneira autônoma, independentemente da intervenção de terceiros. Pressupõe-se, então, que as funções mentais necessárias para a resolução de tal tarefa já amadureceram.

Por outro lado, o desenvolvimento potencial refere-se àquelas funções mentais que ainda estão em processo de maturação, em que ao executar uma tarefa a criança necessita da mediação e da interferência de outros, sejam eles adultos ou companheiros mais capazes. Este nível de desenvolvimento demonstra a capacidade da criança em aprender sob a orientação de outros.

Além disso, é necessário refletir a respeito de um dos principais conceitos da teoria de Vigotski, isto é, a distância existente entre os dois níveis do desenvolvimento mental (real e potencial) denominada pelo autor de *zona de desenvolvimento proximal*.

Ao considerar a existência da *zona de desenvolvimento proximal* poderemos compreender os processos que já amadureceram e ainda esboçar aqueles que estão em estado de formação. Não será desejável voltar-se somente para as funções

psicológicas desenvolvidas, mas também e, especialmente, para as funções psicológicas emergentes. Dessa forma, o mediador escolar, sendo ele professor ou bibliotecário, ao atuar no limite da *zona de desenvolvimento proximal*, estimula a efetivação dos processos internos maturacionais que passam, então, a constituir a base para futuras aprendizagens; além de favorecer ao amadurecimento psicológico da criança pode levá-la a construção ativa de suas leituras e conhecimentos.

Olhando por esse prisma, esfacela-se a ideia de leitura voltada somente para as potencialidades já alcançadas pelas crianças, emergindo uma nova postura: a criança é capaz de ir além do seu comportamento costumeiro, possibilitando a leitura de textos que a despertem para o novo, para o não-conhecido, tanto no que diz respeito à temática quanto à linguagem. De preferência, que ela faça isso, em ambientes especificamente construídos para atender as suas necessidades de forma a favorecer sua imaginação e saúde. Aprofundando seus estudos a respeito de Vigotski, Oliveira (2001, p. 38) defende que a criança se desenvolve com: “[...] a interação social, seja diretamente com outros membros da cultura, seja através dos diversos elementos do ambiente culturalmente estruturado [...]”.

Avaliamos que esse pensamento somado à Psicologia Ambiental, à Arquitetura e aos estudos dos espaços de mediação da leitura permite aos diferentes profissionais ter “sob seu controle” a ambiência dos locais de leitura, abrindo possibilidades enriquecedoras aos leitores e narradores de textos literários.

4 CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA

Como dissemos, a outra área que tem subsidiado os estudos da ambiência é a Arquitetura. A respeito dela Gomes (2002, p. 29) esclarece:

O estudo da Arquitetura, como linguagem, propõe o estudo do espaço construído e habitado nas suas representações e no diálogo histórico que estabelece entre maneiras de pensar e transformar o espaço. Entender a Arquitetura como linguagem é assumi-la como instrumento de intervenção cultural, interagindo arquiteto e usuário.

Analisando dessa forma, a Arquitetura traz para nossa análise, conhecimentos específicos que contribuem com o entendimento da dicotomia homem-ambiente e da relação do homem com seu entorno. Isso nos estimula a pensar em transformar a ambiência que, até então, tem sido proposta *pela e na*

escola.

Acreditamos que a Arquitetura em parceria com a Psicologia Ambiental e a Sociologia, além de propiciar uma avaliação dos aspectos psicossocioambientais, podem propor ainda soluções para a melhoria da ambiência escolar, propiciando aos indivíduos o conforto e prazer no momento de ouvir histórias, por exemplo.

Sabemos que atrelar ambiência e prazer à escola é lidar em um terreno quase-utópico, pois estando os educadores com tantas necessidades prioritárias, não lhes sobra tempo para pensar o *espaço de prazer*.

Assim, na expectativa das escolas públicas que são construídas de forma padronizadas, sem respeitar condições culturais específicas, espera-se que a Arquitetura traga subsídios que possam promover a intervenção num espaço já existente. Evidentemente que, nesse gênero de escola, realizar adequações arquitetônicas, pode ser uma tarefa desafiadora, mas nem sempre fácil.

Nas escolas particulares a situação também não é *perfeita*. As cobranças dos pais, pagadores de mensalidades, são inúmeras, entre elas: esportes, línguas e acesso às tecnologias cada vez mais modernas.

Não estamos valorizando um projeto educacional em detrimento do outro, mas a experiência tem demonstrado que é raro ao visitar uma escola, para matricular seu filho, os pais perguntarem: - *Há espaço destinado à leitura na escola? Ou a escola tem biblioteca?*

Sendo a Arquitetura uma ciência que intervém no cotidiano da humanidade deve-se também atribuir a ela o papel de atuar em espaços de leitura. A observação *in loco*, as leituras dos noticiários na mídia demonstram que essa não é uma preocupação que está em evidência no âmbito escolar.

Para não cometer injustiça com aqueles que têm iniciativas de uma melhor ambiência do espaço escolar, destacamos o trabalho desenvolvido pelo educador Rovilson José da Silva, idealizador do Projeto de Leitura *Palavras Andantes* da Secretaria de Educação do Município de Londrina que dentro da Rede Municipal de Bibliotecas Escolares, adaptou e reformou grande número de bibliotecas.

No âmbito comercial, podemos citar a *Palavraria* “[...] é um espaço idealizado para que os leitores convivam confortavelmente com as idéias, os sentimentos e as emoções do livro. Ambientes aconchegantes permitem uma interação calorosa entre leitor e livro [...]” (QUEM..., 2010). Essa Livraria foi idealizada pelo bibliotecário e arquiteto João

Antonio Friedrich.

Acreditamos que mesmo de uma maneira breve é possível perceber a influência e a importância da Arquitetura na construção de espaços de leitura e informação.

5 O ESPAÇO FÍSICO, ESTÉTICO E PSICOLÓGICO NA FORMAÇÃO DO LEITOR-OUVINTE

Sendo a escola o espaço social onde a maioria dos indivíduos transita durante muito tempo de suas vidas, ela não pode estar alienada do contexto social em que está inserida. Então precisa conhecer com profundidade o conjunto de sujeitos que atende para então lançar mão dos variados recursos que podem criar uma ambiência ideal a formação de leitores-ouvintes, isto é, aqueles leitores que *leem com os ouvidos*.

A literatura especializada tem demonstrado que os principais aspectos a serem considerados na construção de significado, seja ele positivo ou negativo, dos espaços de leitura são: os aspectos físicos, estéticos e psicológicos.

Ao encontrar um espaço de leitura onde há um amontoado de caixas, objetos, livros num canto, sem a intenção de um compartilhamento de leituras, qual conceito (de livro e de leitura) será formado no

imaginário do aluno? Se os livros, os textos e a cultura não ocupam lugar de destaque na vida dos profissionais da educação, qual a importância que os alunos darão a eles? Por outro lado: que espaço é reservado na escola para reunir os livros literários para os alunos terem acesso? Esse acesso é restrito ou é permitido livremente? Onde está localizado esse espaço? Ele é estética e pedagogicamente pensado ou é uma improvisação?

Fazemos esses questionamentos porque sabemos que não é apenas a escala de valores presentes nos discursos escolares que influenciam os alunos, mas também a materialidade, por meio da dimensão espacial, da forma de distribuição e localização dos espaços de leitura, que refletirão nas demarcações simbólicas, ideológicas e culturais no modo como a leitura será percebida.

Essas preocupações nos remetem novamente a Paulo Freire (2001, p. 34) quando diz: “Não podemos falar aos alunos da boniteza do processo de conhecer se sua sala de aula está invadida de água, se o vento frio entra decidido e malvado sala adentro e corta seus corpos pouco abrigados.”

O mesmo acontece com o ato de ler. Como falar das delícias do ler, se nós não propiciamos a aproximação do leitor com textos diversificados? Se não estamos preocupados em estruturar espaços

fisicamente *saudáveis* de leitura?

Evidentemente que Freire está se referindo a uma escola com poucos recursos financeiros, as públicas por exemplo. Avaliamos que, no quesito biblioteca, as escolas particulares não se encontram na situação descrita pelo autor, isto é, salas com infiltrações, porém, esse gênero de escola, em sua maioria, possui acervo empobrecido em virtude do critério de aquisição de livros ser definido obedecendo a quantidade e não a qualidade dos mesmos.

Voltando ao espaço físico a ser estruturado pelo mediador de leitura oral, destacamos que para ele deve ser convidativo, despertando no leitor a frequência assídua e um maior tempo de permanência, alguns aspectos devem ser observados, entre eles: arranjo espacial, mobiliário, cor, iluminação, ventilação e controle acústico.

Analisando essa lista de preocupações pode parecer um exagero de nossa parte, visto que o mais importante na narrativa oral é a voz vibrante que emite um texto com clareza e boa dicção. Porém, devemos lembrar dois aspectos: a) nossa proposta baseia-se num panorama ideal que será adaptado a cada realidade; b) na escola, estamos lidando com indivíduos em formação e, nesse caso, quanto maior for o envolvimento deles com uma ambiência positiva de leitura, melhor.

Assim, começaremos os nossos apontamentos pelo arranjo espacial que, entre outros fatores, envolve: a distribuição coerente dos mobiliários, objetos etc., de forma a propiciar o conforto necessário ao leitor-ouvinte e facilidade na *performance* do leitor-narrador.

O mobiliário sempre é um item a ser avaliado com cautela, o primeiro aspecto a considerar é a faixa etária de leitores que irá utilizá-lo e depois, se os mesmos não apresentam perigo à integridade física dos alunos. Como nossa abordagem é a leitura oral literária, sugerimos que na sala de aula ou na biblioteca, seja reservado um espaço com tapetes emborrachados, pois são de mais fácil higienização, almofadas fixas em formatos variados como de animais, formas geométricas, livros gigantes, em material maleável e agradável para que o leitor possa deitar e ouvir histórias descontraidamente. Dependendo dos recursos e do espaço disponível, pode-se acrescentar ali uma cadeira de balanço, para acomodar a narradora ou o narrador de histórias, criando um clima de expectativa e *desejo* pela sua chegada. As cores utilizadas para essa ambientação não devem ser sombrias, nem excessivamente vibrantes para não sobrecarregar o recinto. Lembramos que o livro infantil, por si é colorido. Ter bom senso é sempre recomendado!

Os demais aspectos, iluminação, ventilação, controle de temperatura e controle acústico, além de trazer apazibilidade, garantem o conforto físico e visual para melhor realização da leitura por parte do leitor-narrador.

A iluminação se divide em dois grupos, natural (por meio de janelas) e artificial (com o uso de lâmpadas). Ela deve estar entre as preocupações do mediador oral, pois uma má iluminação causa cansaço e *imperfeição* na leitura do leitor-narrador.

Quanto às janelas de um ambiente de trabalho (aqui podemos incluir sala de aula e biblioteca), Neufert (2004, p. 175) defende que “a largura de todas as janelas deverá constituir, no mínimo, 1/10 da superfície total de paredes do recinto [...]”.

Em contrapartida, dependendo do objetivo do leitor-narrador ela pode ser reduzida, criando-se o recurso da penumbra e pode ser produzida com o uso de um abajur. Assim acontecia, na década de 80, na Biblioteca Infantil de Clamart em Paris (biblioteca modelo), onde a sala destinada aos pequenos leitores era iluminada, apenas, por um pato-abajur. Esse objeto, apesar da simplicidade causava uma sensação indescritível.

A ventilação também é classificada em dois tipos, natural (por meio de janelas) e artificial (com o uso de ventilador, exaustores e ar condicionado). O

ideal é que um espaço de concentração de alunos tenha janelas amplas e em número suficiente (pelo menos 10% da área do piso) para que ocorra um arejamento ambiental e evitando a proliferação de bactérias ou vírus. Destacamos que não estamos nos referimos apenas ao mau cheiro. Há pessoa que são alérgicas ao contato com perfumes, incluindo fragrâncias renomadas e, então para o olfato delas o que está sendo exalado no ambiente é desagradável. Outro fator que deve ser considerado na instalação de janelas amplas são as epidemias e as endemias, questões que voltaram à tona na atualidade.

A ventilação está estreitamente ligada ao controle de temperatura, pois a falta de circulação de ar provoca nas pessoas, incluindo as crianças, uma sensação de abafamento, alteração de pressão arterial, transpiração excessiva e, conseqüentemente o desejo de sair daquele local.

O aspecto controle acústico também interfere na narrativa de textos e isso precisa ser supervisionado, isto é, deve se reduzir a entrada de excessivos ruídos que invadem o interior da sala de aula e da biblioteca. Entre os agentes que afetam o ato de narrar ou ler histórias, estão: conversas altas e contínuas nos corredores, barulho do *trânsito pesado* no entorno da escola, gritos e vibração espontânea dos alunos na quadra de esportes, ruídos de

equipamentos usados na limpeza e na preparação de refeições etc.; que atrapalham a concentração do leitor-ouvinte e a *performance* do leitor-narrador. Portanto, o corpo administrativo e pedagógico da escola deve avaliar o melhor local de instalação da biblioteca e no caso, da sala de aula, o melhor horário para a realização das narrativas orais.

A interrupção da narrativa por pessoas desavisadas também pode ser evitada. Uma ideia a ser copiada é a iniciativa do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) de Blumenau (SC) que confeccionou uma sacola para ser dependurada na maçaneta da porta da sala ou da biblioteca, contendo o seguinte aviso: *Aguarde! Estamos ouvindo histórias!* Os fatores mencionados quando controlados permitem uma atmosfera agradável e prazerosa.

Quanto ao aspecto estético, ele está substancialmente ligado ao aspecto físico, portanto o mediador de leitura deve também leva-lo em conta, porém, não devemos pensar a estética ambiental apenas pautada no senso comum de que estética é a *ciência do belo*, deve haver outros fatores envolvidos nisso, pois avaliar o que é belo é relativo. Em se tratando de crianças muito mais, pois a maioria dos adultos acha os personagens como: bruxos, dinossauros, dragões etc. feios, mas eles exercem sobre as crianças um grande fascínio.

Temos então que atrelar ao conceito de belo o conceito de prazer estético, que resulta da experiência estética, experiência que grosso modo é entendida como aquela sensação que uma obra de arte, aqui especificamente a obra literária, provoca no expectador-leitor.

Abordando a recepção do texto literário, Hans Robert Jauss, fundador da Teoria da Estética da Recepção², destaca que o sentido da palavra prazer “[...] refere-se ao belo, ao harmonioso, ao perfumado, ao gostoso, ao agradável de tocar, em suma, às sensações positivas dos cinco sentidos.” (JAUSS, 1979, p. 66).

Dissemos que o aspecto estético está substancialmente ligado ao aspecto físico. E o aspecto psicológico? Acreditamos que esse aspecto caminha numa via de mão dupla, pois reflete e é refletido nos aspectos anteriores. Em outras palavras as reações psicológicas representam o aceite ou a rejeição dos elementos físicos e estéticos e por outro lado, a vontade psíquica do leitor é que propõe ou não alterações de cunho estético e físico.

² Estética da Recepção – funda-se no campo de Estudos da Literatura, tendo como principal pilar a recepção de um texto pelo leitor.

Essa afirmativa nos leva a elaborar algumas questões: o que pode produzir deleite ao leitor-ouvinte? Que sensações/emoções o aspecto estético da ambiência provoca no leitor? O que é aprazível na percepção dele? O que lhe causa divertimento, descontração? E finalmente, qual a influência do espaço físico e estético na construção do espaço ficcional do leitor-ouvinte?

6 O ESPAÇO FICCIONAL E A FORMAÇÃO DO LEITOR-OUVINTE

Devemos tornar a leitura cada vez mais presente em nossas vidas! Esse é um discurso que está nos projetos pedagógicos das escolas, nos programas governamentais, nas plataformas dos políticos, nas campanhas publicitárias de empresas que realizam marketing social, na mídia impressa, falada, televisiva etc. Na prática, talvez pela dimensão territorial brasileira e pela cultura de ausência do livro em nossas casas, ainda temos uma longa trajetória a ser trilhada.

Avaliamos que essa trilha deva ser realizada com urgência, para que possamos incluir na vida do cidadão a literatura, pois ela, como afirma Antonio Candido (1972) tem três funções a cumprir: humanizar, formar e propiciar o conhecimento do mundo e do ser. Na função humanizadora ele defende

a importância do contato com a literatura, pois a identificação ou rejeição com diferentes personagens tende a levar o indivíduo a perceber e modificar a sua realidade social, cultural e psicológica. Quanto à função formadora a literatura, em geral, leva o leitor a se posicionar frente às questões a serem enfrentadas no decorrer de sua vida. Na terceira função, segundo o autor, a literatura deve propiciar o conhecimento do mundo e do ser, visto que com a literatura o leitor pode compreender a realidade social que o cerca.

Ler literatura é lidar com o imaginário, imaginário aqui entendido como “[...] a faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção.” (LAPLATINE; TRINDADE, 2003, p. 24).

Isso nos levar a crer que o imaginário é uma permissão que o próprio indivíduo dá para si. Permissão de se sobrepor ao real numa espécie de voo onde é possível sonhar, fingir, improvisar, mudar situações, encenar, estar no outro ou viver o outro.

Em suma, o imaginário não é a negação total do real, mas apoia-se no real para transfigurá-lo e deslocá-lo, criando novas relações no aparente real. A negação do real, na qual está contida a concepção de loucura e ilusão, não tem

nada a ver com o conceito de imaginário, pois encontram-se no imaginário, mesmo através da transfiguração do real, componentes que possibilitam aos homens a identificação e a percepção do universo real. (LAPLATINE; TRINDADE, 2003, p. 28).

Diferentes áreas, entre elas a Filosofia, a Psicologia, a Psiquiatria, a Psicanálise, a Comunicação e a Letras, tem o imaginário como tema de suas reflexões. As abordagens dessas áreas são variadas, mas no âmago desses estudos, há uma busca infinita da nossa ancestralidade.

Falamos em ancestralidade tendo como base a definição do diretor da série *Hoje é dia de Maria*³, Luiz Fernando Carvalho. Para ele ancestralidade “[...] é o que há de mais moderno e ao mesmo tempo mais arcaico. Está presente nas pesquisas mais avançadas da ciência, no Genoma humano, nas células-tronco. Tudo se reflete na ancestralidade, seja ela biológica ou espiritual.” (CARVALHO, 2006).

Inspiradas nessa ideia e na riqueza desse seriado, reforçamos a importância das narrativas orais e as possibilidades do imaginário no enriquecimento

³ Série baseada na obra de Carlos Alberto Soffredini, exibido na Rede Globo de Televisão.

do leitor-ouvinte.

Apesar da necessidade do imaginário e da fantasia não se limitarem a uma determinada classe social, grupo cultural ou gênero sexual e, nem estarem restritos a uma fase da vida, aqui nosso enfoque é o imaginário infantil ficcional literário e a força que o maravilhoso exerce sobre as crianças. Isso por acreditar assim como Machado (2004, p. 31) que “[...] o trabalho com a imaginação pode manter viva a chama da flexibilidade.” Atitude tão fundamental na sociedade atual que é consumista, descartável e intolerante.

Apesar de ser um exemplo bem extremado e com personagens adultos, acrescentamos aqui a música infantil *Mil e Uma Noites* da Turma do Cocoricó que narra a reação de um rei vingativo que ao ser traído por sua mulher, resolve se vingar de todas as mulheres de seu reino. Ele, porém, não contava com a inteligência e a criatividade de Sheherazade que o seduz com suas narrativas e desconstrói a sua ira.

eu li num livro uma história impressionante
a história é assim:
era uma vez um rei meio biruta, quando resolvia se casar
escolhia a jovem mais bonita do seu reino
e casava e matava a coitadinha na mesma noite.
as jovens bonitas viviam com medo de morrer
até que um dia, uma jovem muito bonita e muito esperta
disse assim:

- eu vou vencer o rei
e as amigas se assustaram:
- mas você vai morrer
- não vou morrer, eu vou vencer! eu tenho um plano,
você não vai ver.
sabe o que ela fez?
casou com o rei biruta e na primeira noite,
antes de dormir, ela contou uma história comprida
quando chegou no fim o rei pediu:
- conta mais, vai! conta mais, vai!
mas o galo cantou, já estava amanhecendo e ela falou:
- meu rei, amanhã eu conto mais!
e cada noite, era uma história nova
contou, contou, contou
contou a história de Aladim
(aquela que o menino acha uma lâmpada maravilhosa,
esfrega e o
gênio lhe concede 3 desejos)
contou a história do Ali-babá
(e os 40 ladrões que guardavam seus tesouros numa
caverna que
para abrir tinha que dizer: abre-te sésamo!)
contou a história de Simbád, o marujo
(que quase foi comido por um gigante de um olho só,
quase morreu
3 vezes, mas 3 vezes voltou pra casa muito rico)
sabe quantas histórias ela contou?
mil e uma
mil e uma noites
mil e uma
mil e uma noites
uma história por noite, faz as contas
2 anos e meio, levando o rei biruta no gogó.

Enfim, o imaginário estimulado por meio de narrativas literárias é imprescindível para a *sobrevivência* psicoemocional do indivíduo, em especial, das crianças. Apesar do tom aparentemente exagerado, é nisso que cremos.

Para ilustrar essa afirmativa recorreremos novamente ao seriado *Hoje é Dia de Maria*, quando a avó da menina tentando eliminar sua febre alta diz para o pai: “[...] remédio cura o corpo! O que cura a alma são as histórias. Acorda, Maria. Escuta! Lá longe vem vindo o terceiro cavaleiro!”⁴ (ABREU; CARVALHO, 2005, p. 577).

Numa linguagem acaipirada a avó, na sua simplicidade e sabedoria, comunica a sua crença na importância das narrativas. Quantas avós como essa ainda precisamos para “fazer o Brasil um país de leitores?”

Há muito trabalho a ser feito, pois os níveis de leitura no Brasil ainda não são satisfatórios. Comparando os dados da pesquisa *Retrato da Leitura no Brasil* de 2000 e 2007, Cunha ([2008], p. 12) afirma que houve avanço nesse período, mas “[...] há muito chão pela frente, até considerarmos atingidos os níveis mais decentes de leitura para cada cidadão brasileiro.”

⁴ No original encontra-se escrito intencionalmente dessa forma.

Para isso deveríamos nos valer, com maior intensidade, dos textos orais, pois eles estão mais presentes e mais pulsantes no cotidiano do brasileiro. Em especial, deveríamos colocar em evidência os textos ficcionais, onde o elemento maravilhoso é sempre convidativo a um mundo de decifrações e envolvimento pessoal e grupal. Garantir espaços de narrativas orais é responsabilidade de todos os membros da rede escolar, seja ela pública ou privada.

7 NARRATIVAS LITERÁRIAS ORAIS: O PROFESSOR E O BIBLIOTECÁRIO EM AÇÃO

Acreditamos que foi possível perceber a nossa defesa nesse trabalho de que a literatura seja pronunciada *em alto e bom som* para o maior número possível de leitores-ouvintes. Isso porque temos convicção de que com as narrativas orais podemos contribuir com maior intensidade na propagação do vasto repertório literário mundial. Repertório que pode ser transmitido por meio da leitura na íntegra ou da narrativa livre após apropriação e memorização do texto.

Para melhor compreensão do nosso modo de pensar, destacamos que há uma diferença na execução dessas duas formas de transmissão oral – ler integralmente ou narrar livremente. Dizemos isso, pois

acreditamos que existem textos que são escritos para serem lidos palavra por palavra. Um exemplo disso é o livro *O Menino Maluquinho* do Ziraldo, cada palavra deve ser lida e *saboreada* do jeito que foi construída pelo autor. Assim, um resumo ou a narrativa espontânea retirariam da obra o encadeamento que é próprio dela.

Por outro lado, há textos que ao serem narrados propiciam maior liberdade ao leitor-narrador, entre eles incluímos os contos populares e tradicionais, contos que, dependendo de suas características, recebem nomes diferenciados como: contos maravilhosos ou de encantamento, contos de animais, contos acumulativos ou cumulativos, contos de adivinhações, contos de assombração, contos de exemplo (esses na maioria de cunho religioso) etc.

O simples ato de listar os tipos de contos demonstra haver um vasto acervo a ser explorado, então perguntamos: qual o melhor espaço para a disseminação desses textos? Nossa resposta é que todos os espaços, desde os mais comuns até os mais inusitados devam ser ocupados com narrativas orais literárias, porém o espaço que tem privilegiado essa função é a escola.

A escola está presente nas vidas das crianças mesmo quando elas não se encontram no ambiente escolar. Isso porque se definiu como uma das ações

pedagógicas para o desenvolvimento educacional das atividades extraclasse. Dentre elas, a leitura em voz alta de textos que objetivam capacitar a criança a ler fluentemente, isto é, exprimir-se oralmente. Não é essa prática o foco da nossa investigação.

Defendemos que a narração de textos literários realizada por um leitor-narrador na escola deva ser uma prioridade e concordamos com Patrini (2009, p. 3) quando ela afirma: “[...] o conto valoriza a palavra humana e proporciona o calor da presença, ele possibilita trocas [...] ele estabelece uma verdadeira relação, necessária à criança e impossível de se encontrar, da mesma forma, em outros meios de comunicação.”

Dentre as trocas que o narrar e ouvir histórias possibilita, encontra-se a afetiva, tão desprezada na atualidade e que está levando o indivíduo a relacionamentos superficiais. Essa maneira, na nossa percepção, distorcida de ver o mundo tende a ampliar a disputa entre a objetividade e a subjetividade, como se a última fosse uma *praga* a ser erradicada das relações escolares. Temos consciência da dicotomia razão-emoção, por outro lado, cremos que é possível resistir a essa oposição desnecessária utilizando com intensidade a oralidade literária na sala de aula e na biblioteca. Estimulando o contato com o imaginário e o poder mágico do mundo da fantasia.

Para reforçar esse pensamento nos apropriamos do que Daly (2007, p. 31, tradução nossa) afirma a respeito da leitura em voz alta:

A experiência de ler para o outro implica assim numa interação entre leitor e ouvinte, a criação de um elo que ao surgir, com a participação de ambos, dá lugar “a uma espécie de fio invisível” que os pega e os envolve nos sons da palavra, em sua cadência, ritmo e entonação, em seu poder mágico⁵.

Apesar de na atualidade assistirmos a tantas inovações com a utilização de objetos, instrumentos, equipamentos, vestuários, destacamos que nada substitui a *voz viva* bem empostada, vibrante e afetiva que ecoa nos nossos ouvidos vinda de leitores-narradores interessados em resgatar as narrativas literárias orais.

Outro aspecto que interessa ao mediador oral da literatura é a escolha do texto a ser narrado. Sabemos que os textos que prioritariamente compõem o repertório do leitor-narrador são os

⁵ “La experiencia de leerle a otro implica así una interacción entre lector y oyente, la creación de un nexo que al surgir, con el concurso de ambos, da lugar ‘a una especie de hilo invisible’ que los atrapa y los envuelve en los sonidos de la palabra, en su cadencia, ritmo y entonación, en su poder mágico.” (DALY, 2007, p. 31).

contos de fadas e que a permanência dos mesmos no decorrer dos séculos deve-se ao fato de que abordam temáticas referentes a dilemas humanos entre elas: a vida, a morte, a solidão, o abandono, a felicidade, a infelicidade, enfim os medos existenciais. Portanto, devemos usá-los com abundância no cotidiano escolar.

8 A PRESENÇA DOS CONTOS DE FADAS NA SALA DE AULA E NA BIBLIOTECA

Projetos dos governos federal, estadual e municipal, mesmo sendo alguns deles questionáveis, têm contribuído com a inserção da rica literatura infantojuvenil brasileira na sala de aula. No meio dessa massa de publicação literária encontram-se publicações com registros e recontos dos contos de fadas. Talvez não da maneira ideal, pois há muitas adaptações empobrecidas.

Porém, a observação constante e a leitura de textos de diversas regiões de nosso país demonstram que o acesso do leitor a uma farta publicação nacional e internacional, por meio de traduções, é feita solitariamente e em *voz baixa*. Isso porque há um número reduzido de escolas e bibliotecas que podem contar com um narrador de histórias que *presenteiam* os alunos, de forma coletiva e em voz alta, com textos

de tradição oral.

Nas últimas décadas muitos psicólogos infantis têm recorrido com frequência aos contos de fadas como meio terapêutico para ajudar crianças e adultos a resolverem seus problemas.

A importância dos contos de fadas na construção e desenvolvimento da subjetividade humana tem sido objeto de estudo e de defesa de muitos pesquisadores, em especial, do educador e terapeuta Bruno Bettelheim autor do livro *Psicanálise dos Contos de Fadas*. Destacamos que o método utilizado por ele no tratamento das crianças gravemente perturbadas teve como base os contos de fadas, que segundo ele ao serem narrados possibilitam às crianças lidarem com conteúdos inconscientes de maneira indireta, isto é, elas se aproveitam das histórias e dos personagens para trabalhar os seus conflitos, sem se sentirem ameaçadas.

Esse autor recebe muitas críticas pela maneira como interpreta os contos de fadas. Suas análises, em geral, não são bem compreendidas sendo rotuladas como excessivamente fálicas. Independentemente disso, sua atividade deve ser valorizada pelos benefícios alcançados junto às crianças. A respeito do seu trabalho ele comenta:

Fui confrontado com o problema de

deduzir quais as experiências na vida infantil mais adequadas para promover sua capacidade de encontrar sentido na vida; dotar a vida, em geral, de mais significados. Com respeito a esta tarefa, nada é mais importante que o impacto dos pais e outros que cuidam da criança; em segundo lugar vem nossa herança cultural, quando transmitida à criança da maneira correta. Quando as crianças são novas, é a literatura que canaliza melhor esse tipo de informação. (BETTELHEIM, 1988, p. 12).

Outros profissionais que pesquisam os contos de fadas são Diana e Mario Corso (2006). Eles acreditam que: o poder que os contos têm de simbolizar e “resolver” os conflitos psíquicos inconsciente justifica a sua capacidade de suplantarem o tempo e o espaço. Mesmo que aparentemente não correspondam às questões do mundo atual, ainda assim, continuam a encantar as crianças, pois permanecem fazendo parte das necessidades subjetivas delas.

Embora muita coisa tenha mudado no reino dos homens, parecem que certos assuntos permaneceram reverberando através dos tempos. Por exemplo, os temas amor, das relações familiares e da construção das identidades masculina e feminina ainda podem se inspirar em

narrativas muito antigas. Essas velhas tramas devem ter achado razões para existir em tempos tão distintos, senão teriam perecido. São problemas e soluções de outrora, mas que surpreendentemente encontram lugar no interesse de gente novinha em folha. Por quê? (CORSO; CORSO, 2006, p. 23).

Esses autores se referem às crianças, mas não podemos deixar de mencionar que os adultos, pais dos alunos que frequentam as escolas, também podem se beneficiar dos contos de fadas para, que por meio do “pensamento onírico”, possam tratar de suas doenças psicossomáticas e do estado emocional de “banalização” e a “indiferença” que segundo o psicanalista, dramaturgo e ator Júlio Conte tem levado o indivíduo e se trancar “[...] em pequenos ambientes, com janelas cobertas por edifícios, ambientes úmidos, [quando] convive com um mundo encolhido e, ao mesmo tempo, um mundo virtual que dá a impressão de infinito.” (CONTE, 2010).

Do mesmo modo Cashdan (2000, p. 284) explica: “Os contos de fadas atendem a essa função na vida adulta da mesma forma que atendem a infância. Ao tratar das fragilidades humanas, eles usam a fantasia para trazer luz a problemas que os adultos repetidamente enfrentam, em sua ânsia de viver vidas mais ricas e compensadoras.”

Nesse sentido, as escolas deveriam incluir dentre as atividades pedagógicas saraus noturnos de narrativas de histórias para a família. Sabemos quanto é difícil convencer a maioria dos adultos a se integrar e “entregar” a esse tipo de atividade, mas é necessário persistir por acreditarmos que:

[...] histórias não garantem a felicidade nem o sucesso da vida, mas ajudam. Elas são como exemplos, metáforas que ilustram diferentes modos, de pensar e ver a realidade e, quanto mais variadas e extraordinárias forem as situações que contam, mais ampliará a gama de abordagens possíveis para os problemas que nos afligem. (CORSO; CORSO, 2006, p. 303).

Diferentemente do que pensam os “amadurecidos” adultos, eles também tanto quanto as crianças gostam das narrativas orais. Um exemplo disso é o alto índice de audiência das telenovelas que mesmo utilizando a voz *mediatizada*, exercem um fascínio na maioria das pessoas. Isso também ocorre com os filmes, principalmente com a popularização dos dispositivos móveis e a inclusão de vídeos no *YouTube* com diversos objetivos e que são abundantemente acessados no país.

Retornando aos contos de fadas, mais uma vez nos apoiamos em Bettelheim (1988, p. 185) quando

afirma:

Para atingir integralmente suas propensões consoladoras, seus significados simbólicos e, acima de tudo, seus significados interpessoais, o conto de fadas deveria ser contado em vez de lido. Se ele é lido, deve ser lido com envolvimento emocional na estória e na criança, com empatia pelo que a estória pode significar para ela. Contar é preferível a ler porque permite uma maior flexibilidade.

Concordamos com Bettelheim em todos os aspectos apontados e acrescentamos a responsabilidade do leitor-narrador na escolha do conto a ser apresentado ao leitor-ouvinte, evitando versões e traduções superficiais e reducionistas. Para tanto, o mediador de leitura deve ser criterioso, realizar pesquisas, consultar especialistas e diversificar seu conhecimento quanto a produção literária universal.

Sugerimos ainda ao mediador que, se algum dia lhe for perguntado *qual o ambiente ideal para as narrativas orais*, que ele responda: um ambiente planejado pelo narrador nem sempre alcança as expectativas de todos os leitores; nem do mesmo leitor no dia seguinte. No entanto, os elementos espaciais aqui apontados, isto é, físico, psicológico e

ficcionais devem estar entre as preocupações cotidianas de todos àqueles que se dedicam a mediação oral da literatura.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o nosso discurso ter valorizado a palavra oralizada, não significa que entendemos a palavra escrita como fonte menor de comunicação humana. Nossa opção em estudar a oralidade da palavra se explica pela experiência profissional e pessoal, que temos com sujeitos que se encontram na fase de aprendizagem e domínio da linguagem. Sujeitos que estão inseridos no espaço escolar e que, portanto, devem receber da escola e de sua biblioteca referenciais que os tornem leitores dos mais variados textos; nesse caso de textos orais.

Neste trabalho não abordamos apenas a imprescindibilidade das narrativas orais para os educandos, damos ênfase, em especial, à importância da criação de uma ambiência para o ato da leitura. Defendemos que no âmbito escolar sejam abertos espaços para que o leitor-ouvinte sinta-se envolvido e “aninhado” por um texto oral, encontrando significados naquilo que está ouvindo.

Precisamos justificar que apesar de termos feito referência prioritariamente ao texto do gênero

contos de fadas, acreditamos que os textos a serem apresentados para os leitores-ouvintes devam ter origens culturais, estilos, linguagens, outros idiomas. Ter extensões diversas, sendo impressos no papel ou na memória de um narrador.

Do mesmo modo como elegemos os conhecimentos da Psicologia para reconhecer as contribuições das narrativas orais para a formação e desenvolvimento da criança, optamos em trazer para este texto subsídios da Psicologia Ambiental e da Arquitetura o que possibilitou a confirmação do quanto essas áreas enriquecem e colaboram com o planejamento e a implantação de espaços de leitura.

Numa ambiência “sedutora”, ambiência que como dito anteriormente, será construída considerando fatores físicos como: arranjo espacial, iluminação, ventilação, controle de temperatura e controle acústico. E como fatores não físicos os aspectos estético e ficcional.

Além disso, acreditamos que o entrelaçamento entre leitor-ouvinte e leitor-narrador depende de ambos, mas quem puxa o fio da narrativa é o leitor-narrador, portanto, depende dele, em primeiro lugar, a iniciativa de “entrega” ao texto e aos seus ouvintes. Apesar do foco desse trabalho ser a escola, as ideias aqui explicitadas também servem de subsídios a outros espaços (já pensados ou não pensados) de

mediação oral da literatura.

Nossa percepção é de que os mediadores de leitura brasileiros têm sido criativos na escolha de lugares de leitura. Uma rápida navegação pela internet nos apresenta diferentes projetos que extrapolam os muros da escola. Encontramos relatos de realizações em igrejas, barcos, praças, *shoppings centers*, livrarias, açougues, pontos de ônibus, metrô, restaurantes, feiras de livros, centros culturais, clubes de lazer, balneários, praias etc.

Porém, temos que avançar, temos que ser mais ousados. Temos que ocupar outros espaços e de grande movimentação humana, mesmo correndo o risco de não sermos totalmente ouvidos. Como sugestão, arrolamos alguns espaços: praça de alimentação, filas de bancos, rodoviárias, aeroportos, saguão de hotéis, recepção de hospitais, sala de espera, todos os gêneros de clínicas, feiras de alimentação, boates, casas de shows, supermercados etc.

Esse rol é aparentemente inviável, mas lembramos que não estamos propondo a leitura ou narrativa de textos longos. Nesses espaços de circulação rápida é possível “brindar” o leitor-ouvinte com *hai-kais*, minicontos, microcontos, poesias sonoras, crônicas curtas, pensamentos célebres dos mais diversos autores nacionais e internacionais.

Colocando em evidência: repentistas, cordelistas, declamadores e os portadores de textos da atualidade como os *rappers* (cantores de rap), os polipoetas (intérpretes de poesia sonora) e outros.

Para finalizar, retornamos as nossas considerações iniciais para reforçar que além de construir um espaço aprazível, confortável e acolhedor fisicamente, cabe ao mediador oral, por meio da voz, encantar novos leitores para que eles desejem ler muito, de diversas formas e para sempre!

REFERÊNCIAS

ABREU, Luis Alberto; CARVALHO, Luiz Fernando. **Hoje é dia de Maria**: da obra de Carlos Alberto Soffredini. São Paulo: Globo, 2005.

ARANTES, Valeria Amorim. **Afetividade e cognição**: rompendo a dicotomia na educação. Disponível em: www.hottopos.com/videtur23/valeria.htm. Acesso em: 28 abr. 2011.

BELINTANE, Claudemir. Por uma ambiência de formação contínua de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 177-193, nov. 2002.

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos contos de fadas**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BRITTO, Luiz Percival Leme de. A Criança não é tola.

In: PAULINO, Graça (org.). **O Jogo do livro infantil**. Belo Horizonte: Dimensão, 1997. (Coleção lendo & ensinando).

CANDIDO, Antonio. A Literatura e a formação do homem. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

CARVALHO, Luiz Fernando. Sobre a primeira jornada: entrevista com o diretor Luiz Fernando Carvalho. *In:* BYINGTON, Carlos; GUERRA, Maria Helena M. **Hoje é dia de Maria**. 2006. Encarte do DVD não paginado.

CASHDAN, Sheldon. **Os sete pecados capitais nos contos de fadas**: como os contos de fadas influenciam nossas vidas. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CONTE, Júlio. **A Arquitetura e os espaços mentais**. Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=193616282005. Acesso em: 27 fev. 2010.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **Fadas no divã**: psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CUNHA, Maria Antonieta da. Acesso à leitura no Brasil: considerações a partir da pesquisa. *In:* **RETRATO da Leitura no Brasil**. Disponível em: <http://www.abrale.com.br/wp-content/uploads/retratos-leitura-no-brasil.pdf>.

Acesso em: 18 abr. 2008.

DALY, Patrícia Calonje. El sentido de leerles en voz alta. **Educación y Biblioteca**, Madrid, v. 19, n. 157, p. 30-36, ene./fev. 2007.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23.ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 4).

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Samir Hernandes Tenório. Arquitetura e informação. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 25-38, 2002.

JAUSS, Hans Robert. O prazer estético e as experiências fundamentais da *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis*. In: LIMA, Luiz Costa (coord.). **A Literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liane. **O Que é imaginário**. São Paulo: 2003. (Coleção primeiros passos, 309).

MACHADO, Regina. **Acordais**: fundamentos teóricos-poéticos da arte de contar histórias. São Paulo: DCL, 2004.

MIL e uma noites: letras do cocoricó. Disponível em:

<https://www.lettras.mus.br/cocorico/1022688/>.

Acesso em: 16 fev.2010.

NEUFERT, Peter. **Arte de projetar em arquitetura**. Tradução Benelisa Franco. 17.ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. 4.ed. São Paulo: Scipione, 2001. (Pensamento e ação no magistério).

PATRINI, Maria de Lourdes. **Oralidade no cotidiano escolar**: uma prática do contador de histórias na França. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9109>.
Acesso em: 14 mar. 2009.

PINHEIRO, José Q. Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, v.2, n.2, p. 377-398, 1997. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a11v02n2.pdf>.
Acesso em: 24 jan. 2010.

QUEM somos... **Palavraria**: um novo conceito de livraria-café. Disponível em:
<https://palavraria.wordpress.com/quem-somos-2/>.
Acesso em: 13.dez. 2010.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7.ed. São Paulo: Martins

Fontes, 2008.

Capítulo 7

BEBETECA: UM ESPAÇO DE MEDIAÇÃO ORAL DA LITERATURA

Mariana Senhorini

Sueli Bortolin

1 INTRODUÇÃO

Para que existam adultos leitores é recomendável aproximar o indivíduo da leitura desde a idade inicial, mesmo que ainda não tenha sido alfabetizado. A criança absorve informações de acordo com os acontecimentos e atividades em que sua mãe está envolvida, os quais influenciarão sua personalidade. Após seu nascimento o bebê, assimila o que acontece ao seu redor por meio de exemplos e se sociabiliza sob a influência de objetos e situações em seu ambiente familiar. É no lar, ou numa instituição similar, que a criança recebe os primeiros estímulos para leitura. Portanto, é essencial a criação de espaços adequados e preparados para receber bebês de maneira a possibilitar a leitura de textos nas mais diversas linguagens.

Preocupadas com essa multiplicidade, alertamos que, ao exercer qualquer tipo de atividade, é necessário o prazer em executá-la e no caso da

leitura isso é fundamental. Defendemos que o bibliotecário, além de perceber a leitura como uma ação prioritária, propicie um maior e mais intensivo relacionamento leitor-leitura por meio de atividades que despertem o desejo de ler nos pequenos leitores.

Para atender às necessidades dos bebês, a literatura biblioteconômica, especialmente de países de língua espanhola (Europa e Américas) relata projetos para despertar nas crianças o interesse pela leitura. Este espaço é denominado *bebeteca* e ele será o foco deste capítulo.

Após pesquisas realizadas na literatura de diferentes áreas, percebemos a necessidade de aprofundamentos a respeito deste espaço, porque ele ainda inexistente no Brasil. Nossa expectativa é que a leitura desse trabalho provoque nos bibliotecários e demais profissionais o interesse em realizar novos estudos e outras investigações.

2 O LEITOR DA *BEBETECA*

O leitor da *bebeteca* não é apenas o bebê, pois ele depende dos adultos que atuam como seus mediadores em várias situações. Assim, os adultos que o acompanha precisam também ser atendidos em suas necessidades de leitura. Apesar de sabermos disso, aqui iremos abordar apenas o leitor-criança do

nascimento aos cinco anos.

Por muitos anos, a nossa sociedade classificou a criança como um adulto em miniatura, diferindo-a apenas em características como estatura pequena e menor inteligência. Essas características foram acentuadas em obras artísticas nos séculos XVI e XVII e estudadas com profundidade por Philippe Ariès na obra *História Social da Criança e da Família*. Nesse livro o autor analisa pinturas onde as crianças eram apresentadas com traços de adultos, com roupas de adultos, enfim igualadas aos adultos.

Dessa forma, propagou-se a ideia de que “encolher o adulto, torná-lo mais fraco, diminuir suas habilidades e fazê-lo menos inteligente [teríamos] uma criança.” (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p. 152). Esse conceito de criança foi difundido em diversas partes do mundo e ainda hoje nos deparamos com situações em que elas são percebidas como um pequeno adulto. Porém, precisamos lembrar que a criança possui características próprias passando por transformações que a leva pouco a pouco para o mundo adulto, isso tanto no aspecto físico quanto psicológico.

De acordo com estas transformações, a criança passa a ter percepção diferenciada de si e do mundo, absorvendo informações e as transformando em conhecimento, de acordo com sua capacidade e necessidade.

De fato, não só a criança pensa de modo diferente, percebendo o mundo de maneira diversa da do adulto, não só a lógica da criança se baseia em princípios qualitativamente diferentes, que se caracterizam por grande especificidade, como ainda, sob muitos aspectos, a estrutura e as funções de seu corpo diferem grandemente das do organismo do adulto. (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p. 153).

Na medida em que cresce a percepção da criança se torna mais aguçada porque ela vai ampliando sua socialização de acordo com a vivência de situações, que a conduz desde o seu nascimento, a perceber e interagir com tudo que a rodeia, desenvolvendo-se nos aspectos físico, cognitivo e psicológico.

O desenvolvimento da criança foi, e continua sendo, temática constante em pesquisas há anos, aqui gostaríamos de destacar: Jean Piaget e Lev Semiovitch Vygotsky¹ que são estudiosos que defenderam estágios evolutivos do raciocínio da criança. Piaget desenvolveu uma teoria chamada

¹ Sabemos que nos textos publicados no Brasil, não há consenso na escrita do sobrenome desse autor, então, nas citações, respeitamos a forma utilizada nos livros e no nosso texto optamos pela grafia Vygotsky por ter sido a forma mais encontrada em nossas leituras.

epistemologia genética ou teoria psicogenética.

Nesse texto comentamos algumas propostas de Vygotsky que é um estudioso russo formado em Direito e Literatura na Universidade de Moscou e que, algum tempo depois, estudou Medicina. Suas pesquisas foram relacionadas à literatura, deficiência física e mental e educação, mas ele deteve maior dedicação à Psicologia e à Pedagogia.

O modelo de estudo da psicologia desenvolvido por Vygotsky é denominado “cultural”, “histórico” e “instrumental”. É um estudo de psicologia cultural porque envolve os meios socialmente estruturados pelos quais a sociedade organiza os tipos de instrumentos físicos e mentais de que ela [criança] dispõe para dominar as tarefas. (ALVES, 2001, p. 24).

Este estudioso avalia que as dimensões do aprendizado das crianças ocorrem em diferentes níveis: *zona de desenvolvimento real*, *zona de desenvolvimento potencial* e *zona de desenvolvimento proximal*. A *zona de desenvolvimento real* tem como base “[...] o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já *completados*.” (VIGOTSKI, 2008, p. 95-96). O nível de *desenvolvimento potencial* “[...] é determinado

através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (VIGOTSKI, 2008, p. 97) e a *zona de desenvolvimento proximal* é considerada por este pesquisador como “[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de *desenvolvimento potencial* [...]” (VIGOTSKI, 2008, p. 97).

Assim podemos afirmar que entre o desenvolvimento real e potencial, há um espaço temporal de amadurecimento de algumas funções, isto é, um espaço que separa a criança de um conhecimento que está muito próximo, mas que ainda não foi alcançado.

Sabemos que o ser humano, em especial na fase infantil, é um ser em formação, portanto, influenciável pelas situações cotidianas que o auxilia em seu desenvolvimento. A capacidade de leitura acontece paralelamente a estes acontecimentos e de forma semelhante em crianças de várias nacionalidades e etnias. Em se tratando de crianças com idade até cinco anos, alvo da nossa investigação, Nelly Novaes Coelho estabelece a seguinte classificação:

A primeira etapa é denominada categoria pré-leitor que abrange a primeira infância (dos 15/17 meses aos três anos) e a segunda etapa, segunda infância (a partir dos 2/3 anos)². Nessa fase é aconselhável apresentar à criança gravuras ou objetos familiares, tornando-os seus brinquedos. A atuação do adulto como mediador de informação e leitura é essencial, manipulando e nomeando os brinquedos ou desenhos, simulando situações simples e familiares que os relacionem afetivamente com a criança. “É nessa fase que o mundo natural e o mundo cultural (o da linguagem nomeadora) começaram a se relacionar na percepção que a criança começa a ter do espaço em que vive.” (COELHO, 2000, p. 33).

A presença do adulto nestas atividades introdutórias à leitura é bastante importante, pois ele trabalha como um orientador, apresentando um novo modo de diversão.

Em casa ou na “escolinha” [ou na biblioteca], a presença do adulto é fundamental quanto à sua orientação para a *brincadeira* com o livro. Aprofunda-se a descoberta do mundo concreto e do mundo da linguagem

² Para essa autora a terceira fase abarca crianças a partir de 6/7 anos, então deduzimos que a *bebeteca* atende até a segunda infância.

através das atividades lúdicas. (COELHO, 2000, p. 33).

O acompanhamento sugerido até o presente momento, não denomina nenhum adulto em específico, mas defendemos que será realizado primeiramente pelos familiares e posteriormente pelo professor e bibliotecário. A relação com esses adultos é de grande importância, porque eles farão o papel do mediador entre o texto e o bebê, sendo eles então essenciais no desenvolvimento do gosto pela leitura. “Nesse sentido, um dos melhores incentivos a Ihe ser dado é o aplauso ou o estímulo carinhoso a cada uma de suas pequenas ‘vitórias’.” (COELHO, 2000, p. 35).

Tendo como base a classificação estabelecida por Nelly Novaes Coelho percebemos que é aconselhável o contato com a leitura desde os primeiros meses de idade. Aproveitando, por exemplo, para apresentar aos bebês, livros em cores vibrantes e com ilustrações, pois desde os seis meses ele começa a discriminar cores e isso Ihe propicia prazer.

Também observamos que, aos oito meses, o bebê começa a se apegar a objetos, a fim de aliviar a angústia que a ausência da mãe pode-Ihe causar. Entendemos que esta seja uma excelente oportunidade de ampliar o relacionamento livro-criança, estimulando a imaginação e a brincadeira com

o livro em suas diferentes cores e o formato.

Outra maneira de os pais contribuírem com o desenvolvimento do bebê, é colocá-lo em situações que necessite usar o raciocínio para solucionar determinado problema. Vale lembrar que é necessário observar as atividades a serem propostas para as crianças para que elas consigam trabalhar saudavelmente, sem nenhum tipo de frustração caso não consigam alcançar o que esperavam.

Indubitavelmente os pais são os primeiros a iniciar seus filhos no mundo da leitura. As crianças tomam como exemplo as ações de outras pessoas que convivem com ela, como protótipo para seu comportamento. Porém, cada vez mais e mais cedo os bebês frequentam berçários, creches e têm outros adultos cumprindo o papel de mediadores educacionais.

Assim, independentemente do grau de parentesco ou profissionalização é fundamental que se tenha a percepção de que a leitura proporciona à criança a compreensão do mundo e aumenta o conhecimento prévio que ela possui dele, portanto, as iniciativas no sentido de favorecer o seu desenvolvimento são sempre bem-vindas.

Creemos que os livros, as histórias, as bibliotecas, incluindo as *bebetecas*, necessitam fazer parte do cotidiano das crianças desde o momento em

que elas começam a compreender tudo que as rodeiam “lendo o ambiente”, os objetos, as pessoas etc. Para que o ato da leitura possa fluir com a maior naturalidade e prazer, é necessário que o espaço físico da *bebeteca* seja planejado com atenção e dedicação.

3 ESPAÇO FÍSICO DA BEBETECA

Uma *bebeteca* pode estar localizada nos mais variados estabelecimentos, dentre eles os: culturais, educacionais, comerciais, assim como na própria casa de um bebê. Aqui interessa-nos abordar a *bebeteca* como um espaço público de instituições culturais e educacionais. Para que ela possa levar as crianças ao desenvolvimento do seu “[...] potencial funcional (biológico e psíquico) para ler o mundo bem como diferentes tipos de símbolo que expressam o mundo.” (SILVA, 1983, p. 57), vários aspectos precisam ser considerados.

A integração desses aspectos é que caracteriza um espaço e determina o que ali será desenvolvido, satisfazendo ou não as expectativas e necessidades de quem o frequenta. Pensando especificamente numa *bebeteca* vale lembrar que o conjunto do espaço físico quando pensado criteriosamente envolve o bebê e seus acompanhantes nessa ambiência³ de forma a

³ Usamos ambiência tendo como base Claudemir Belintane

alcançar os objetivos dessa instituição. Objetivos estabelecidos por Mariana Senhorini no seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido em 2004 na Universidade Estadual de Londrina. Sendo eles:

- Espaço adequado para o incentivo à leitura;
- Estímulo à imaginação e à criatividade;
- Ambientação da criança ao espaço da biblioteca;
- Aumentar a interação dos bebês com os pais;
- Auxiliar o desenvolvimento sócio-psicológico da criança;
- Demonstrar aos pais ou responsáveis a importância da leitura na vida dos bebês desde muito cedo. (SENHORINI, 2008, p. 131-133).

Para tanto, ao implantar um ambiente, seja ele sala de aula ou biblioteca para bebês é necessário planejar aspectos externos e internos.

[...] oferecer espaços com propostas diferenciadas, situações diversificadas que ampliem as possibilidades de exploração e “pesquisa” infantis. As crianças realmente ampliam suas

quando afirma: “[...] para os arquitetos uma ambiência é um meio físico, mas, ao mesmo tempo, estético e psicológico planejado para interações humanas.” (BELINTANE, 2002, p. 185).

possibilidades de exercitar a autonomia, a liberdade, a iniciativa, a livre escolha, quando o espaço está adequadamente organizado. (THIAGO, 2002, p. 59).

Abordaremos nessa subseção os principais pontos que devem constar na agenda dos administradores e colaboradores de uma *bebeteca*. A facilidade de acesso à *bebeteca* é um item fundamental para que esse gênero de biblioteca seja frequentado. Outro ponto bastante importante é a segurança, principalmente nos momentos de chegada e de saída dos pais com seus bebês, pois muitos pais, devido ao horário de trabalho, só poderão ir à *bebeteca* nos finais de tardes e no período noturno. Portanto, é recomendável evitar implantá-la em ruas de grande movimento por oferecem perigo aos pequenos leitores.

Sabemos que a maioria das instituições culturais no Brasil é instalada em locais adaptados, sendo pouquíssimas construídas para cumprir função específica. No caso da *bebeteca*, por possuir algumas especificidades, esperamos que receba maior atenção, devido às necessidades físicas dos bebês.

A arquitetura do edifício, numa instituição desse gênero, é responsável por cativar os usuários, sendo convidativo ou não para a entrada no ambiente. O prédio de uma *bebeteca*, assim como de uma

biblioteca infantojuvenil, precisa ser

[...] atrativo e belo. A percepção do agradável, do belo, deve proporcionar à criança um sentimento de bem estar. As crianças desfrutam do mundo colorido da biblioteca, da harmonia dada pelas acertadas combinações de desenhos e pinturas e da literatura selecionada e atraente. [...]. É importante pois atrair a criança à biblioteca [ou a bebeteca] e por ao seu alcance todos os recursos disponíveis e despertar nela o gosto pela leitura é criar uma imagem da biblioteca como lugar agradável. (LEME, 1978, p. 344).

A eliminação de barreiras no momento de acesso a *bebeteca* também é um tópico bastante imprescindível, sendo necessário acatar as normas e procedimentos de arquitetura e urbanismo garantindo a acessibilidade e a autonomia das pessoas com necessidades especiais e também aquelas que acompanham os usuários à *bebeteca* que, em geral, utilizam carrinhos para o transporte dos bebês. A construção de rampas em muitos casos é a solução.

No espaço interno, as escadas podem ser empecilhos para a movimentação espontânea dos bebês, portanto no caso da impossibilidade de eliminá-las, cabe aos gestores da *bebeteca* iniciativas que evitem acidentes e não atrapalhem a exploração

do espaço por parte dos pequenos usuários.

Para maior liberdade de circulação sugerimos a instalação de guarda-volumes próximo da entrada da *bebeteca*. Sugerimos também que, para maior confiabilidade, cada usuário traga seu cadeado e fique responsável pela chave do mesmo.

O local ideal para o Serviço de Informação e Referência (SIR) também é na entrada da *bebeteca*, pois ali o usuário receberá orientações das mais simples até as mais complexas, será apoiado em suas pesquisas, fará sua inscrição, empréstimo de documentos e demais assessoramentos.

Para o arranjo do acervo será analisado o tipo de documento: livros (papel, cartonado, pano, madeira, espuma, plástico, EVA), CDs, DVDs, fantoches, jogos educativos etc., facilitando a utilização por parte dos usuários. Estes materiais poderão ser emprestados, de acordo com o regulamento elaborado por cada *bebeteca*.

Quanto à forma ideal de classificar livros e demais documentos numa *bebeteca* não há consenso. Avaliamos que isso seja positivo, pois o bibliotecário e sua equipe optam pelo arranjo do acervo da maneira que mais convém ao grupo de usuários atendido por eles. Portanto, a classificação será escolhida tendo como base o conhecimento que o bibliotecário possui de seus leitores. Abordando essa polêmica Marineta

(1997, p. 129-130) se posiciona da seguinte forma:

Dejando a un lado los recientes debates sobre la oportunidad de sustituir la tradicional clasificación Dewey, una clasificación por centros de interés [...], se ha producido una reflexión más global sobre las estrategias de valoración de las colecciones, en su espacialidad, para facilitar la autonomía de los niños e invitarlos al descubrimiento personal.

Concordamos com a argumentação da autora e lembramos que ser bibliotecário não é somente aplicar em seu espaço de atuação as técnicas aprendidas durante a graduação, mas adequá-las de tal forma, que a informação seja recuperada de uma maneira mais rápida e fácil, dando autonomia e independência aos leitores. Outra contribuição valiosa está nas palavras de Barbosa, May e Silveira (2005, p. 1) quando defendem:

Quanto mais simples a identificação das obras ficcionais, quanto mais independentes a busca e a seleção pelos usuários, maior o uso das bibliotecas e do acervo. Convenhamos nas estantes, os números cabalísticos das lombadas acham-se longe de possuir um caráter comunicativo desejável, por mais transparente e clara que seja a sua

lógica... para nós, profissionais da área!

Assim é possível concluir que o mais importante é termos um acervo organizado e sinalizado com parcimônia e sem complicações. Pesquisando em publicações que relatam experiência nessa área, percebemos algumas sugestões, entre elas: classificação por tipo de material, por assunto e por idade.

A classificação por tipo de material, talvez seja a menos recomendável por não reunir nem assunto, nem idade e nem gêneros literários (poesia, prosa e teatro), porém facilita na conservação, visto que os documentos poderão ser armazenados em mobiliários diversificados e adequados. Além disso, os CDs estariam lado a lado com os outros CDs, os DVDs estariam lado a lado com os outros DVDs e assim por diante.

A classificação por assunto, desde que não seja nos rigores das tabelas de classificações tradicionais, tende a facilitar para os adultos, em especial, educadores e pesquisadores que buscam temas específicos. Em muitos casos para atender, por exemplo, os parâmetros curriculares estabelecidos pelos governos, mas esse objetivo pode ser atendido com a elaboração de minuciosos catálogos, utilizando

vocabulário controlado de indexação⁴. Para Barbosa, May e Silveira (2005, p. 2) isso é fundamental, pois

[...] os catálogos [ditos] de assuntos para as obras de ficção, quando existem, limitam-se à recuperação pela nacionalidade do autor ou pelo grupo lingüístico das literaturas (literatura inglesa, literatura francesa, literatura brasileira etc.), mostrando-se, na prática, de pouca valia. Em sua consciência, respondamos quantos leitores, até hoje, chegaram a nossa biblioteca e pediram “um livro de literatura alemã”? Mesmo assim, Brecht e Goethe despertam interesse considerável. Se cabe derrubar os muros, acabar com as barreiras, comecemos pelos catálogos e pelas lombadas dos livros.

Quanto à classificação por idade, Senhorini (2008, p. 63) sugeriu a confecção das seguintes etiquetas que podem ser coladas nas lombadas dos livros ou em outro local de fácil visualização com a opção de serem coloridas ou terem desenhos, letras, números, personagens infantis (Figura 1).

⁴ Como o proposto por Barbosa, Mey e Silveira (2005).

Figura 1 - Etiqueta para lombadas dos livros



Fonte: Senhorini (2004, p. 63).

O gestor da *bebeteca* necessita se preocupar também, no momento da escolha do mobiliário, com o conforto e apazibilidade; e não apenas com a adequação à estatura dos leitores (bebês e seus acompanhantes). Sugerimos que as estantes, além de coloridas, sejam baixas possibilitando o livre acesso aos livros pelos bebês. Alguns livros podem ser colocados em caixas coloridas expostas no chão, facilitando o contato dos bebês que ainda não andam.

El espacio físico de la biblioteca debe ser agradable, amplio y luminoso. Se lo acondicionará con un sector de almohadones que ofrezca la posibilidad de “un cobijo íntimo” con el libro. Mesas y sillas apropiadas e la edad de los niños, para aquellos que lo prefieran. Estantes bajos donde los libros “tienen” lo ojos y las manos de los pequeños, que estén bien a su alcance, en cualquier momento. (CARRASCAL, 1999, p. 221).

Concordamos com a autora, mas a essa assertiva acrescentamos a seguinte observação: caso as mesas e as cadeiras na sejam ovais ou redondas

deverão receber em suas quinas, protetores de plástico para evitar acidentes.

Quanto às almofadas sugeridas por Carrascal, lembramos que elas podem propiciar conforto, mas também serem arremessadas, machucando os bebês. Portanto, a solução é a inclusão de almofadas macias, mas fixadas no chão ou nas paredes, preferencialmente em formato de animais, bonecas ou brinquedos.

Sugerimos também “[...] a eliminação dos tradicionais tapetes de fibras têxteis, que facilitam a proliferação de ácaros e podem provocar crises alérgicas, substituindo-os pelos tapetes emborrachados que, além de serem coloridos, são práticos e fáceis de serem higienizados.” (BORTOLIN, 2001, p. 40).

Para o atendimento da faixa etária até cinco anos, convém aparelhar uma cozinha com livre acesso aos adultos que poderão preparar os alimentos dos bebês. Como, em virtude da atração de insetos, não é aconselhável a circulação de alimentos no acervo de uma biblioteca, na cozinha serão acrescentadas mesas, cadeiras para os adultos e cadeiras para a refeição dos bebês. Os banheiros precisam ser programados respeitando a estatura dos bebês, tanto as pias quanto os vasos sanitários. O *fraldário* estando no ambiente do banheiro é mais higiênico e prático

para os adultos.

É imprescindível, ainda, um estudo de utilização das cores nos diferentes ambientes, pois o bebê percebe as cores desde muito pequeno, elas o estimulam e atraem sua atenção. “O impacto produzido pela cor não sofre as barreiras impostas pela língua, sua mensagem pode ser compreendida até por analfabetos, se for manejada adequadamente e tendo um fim definido.” (LEME,1978, p. 347).

A iluminação e a ventilação também são aspectos preocupantes, pois ambas quando não são suficientes ou se apresentam em excesso, podem interferir na permanência dos leitores nesse espaço de leitura.

Vimos até aqui diferentes fatores físicos que interferem na capacidade da *bebeteca* em atrair e manter a frequência assídua de seus usuários. Porém, não é apenas o espaço físico que está entre as preocupações do mediador de leitura, o espaço ficcional também é fator fundamental para que ocorra a mediação da leitura. Acreditamos no espaço ficcional na *bebeteca* porque seus usuários, em sua maioria, ainda não foram alfabetizados, será construído por meio da mediação oral da literatura.

4 MEDIAÇÃO ORAL DA LITERATURA

Mediação oral da literatura é conceituada por Bortolin (2010, p. 206) como “[...] toda intervenção espontânea ou planejada de um mediador de leitura visando a aproximar o leitor-ouvinte de textos literários seja por meio da *voz viva* ou da *voz mediatizada*.” Entre as atividades mais realizadas em prol da leitura, por parte dos bibliotecários, é a denominada *hora do conto*. Sem dúvida essa é uma ação significativa, pois como afirma Traça (1992, p. 116) “[...] os contos representam um importante papel na iniciação literária das crianças, que começa por ser feita através da mediação oral muito antes de a criança aprender a ler.”

No entanto, defendemos não ser essa a única possibilidade de mediação de leitura. Apenas no âmbito da narrativa literária podemos citar como modo de transmissão de textos: colagem poética, recitação, audição de música, exibição de filme, apresentação de peça teatral, leitura em voz alta de textos, roda de leitura, leitura de trava-línguas, parlendas etc. A importância dessas atividades deve-se ao fato de que todas elas, por meio da voz, podem levar o indivíduo desde cedo a se interessar pelos mais diversos textos literários e pelas diferentes culturas.

Para tanto, propomos que seja reservado um

espaço, com decoração discreta para que a atenção dos bebês esteja voltada exclusivamente para os textos ali comunicados, estando eles numa linguagem impressa, imagética, fílmica, cênica, midiática etc. Nossa expectativa é que a *bebeteca* seja reconhecida como um espaço em que o bebê possa retomar a voz que desde antes de nascer ele já havia percebido, pois no

[...] útero a criança já se banhava na Palavra viva, percebia as vozes e, como se diz, melhor os graves do que os agudos: vantagem acústica a favor do pai, mas a voz materna se ouvia no íntimo contato dos corpos, calor comum, sensações musculares apaziguadoras. Assim se esboçavam os ritmos da palavra futura, numa comunicação feita de afetividade modulada, de uma música uterina que, reproduzida artificialmente ao lado de um recém-nascido, provoca imediatamente o sono [...] (ZUMTHOR, 1997, p. 17).

Também acreditando nisso, alertamos que o fato de o leitor-narrador ter passado por ricas experiências orais é um fator preponderante para o êxito da narrativa. Narrando podemos “[...] retornar ao labirinto da [nossa] memória tentando encontrar o nosso conto, a voz que no-lo contou na nossa infância,

o lugar onde foi ouvido, lembrar as sensações que o rodeavam, o clima emocional, as associações despertadas pelas imagens que mais nos impressionaram.” (TRAÇA, 1992, p. 125-126).

Esperamos também que nesse espaço a relação leitor-narrador e leitor-ouvinte⁵ seja mais do que valorizada, estreitada. Isso não apenas com os bebês, mas também com seus acompanhantes e familiares, pois apesar do espaço *bebeteca* ser destinado prioritariamente aos bebês, o bibliotecário precisa realizar sessões para ler e narrar histórias também aos adultos; para que eles, antes de serem mediadores, sejam leitores; percebendo definitivamente quanto é importante, em nossas vidas, a transmissão oral:

[...] experiências nos foram transmitidas de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos [...]. Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora

⁵ a) “[...] leitor-narrador é todo indivíduo que medeia o encontro do leitor com diferentes textos (de origem escrita ou oral), utilizando o seu suporte vocal para ler ou narrar”; b) “[...] leitor-ouvinte é todo indivíduo que tem a sua leitura mediada, isto é, que recebe a interferência oral de um mediador para se encontrar com diferentes textos, podendo também ser chamado de *leitor que lê com os ouvidos*.” (BORTOLIN, 2010, p. 21).

comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes de países longínquos, diante da lareira, contadas aos netos. (BENJAMIN, 1993, p. 114).

O pensamento de Benjamin apesar de parecer uma realidade distante tem sido defendido no território nacional e fora dele como uma resistência as relações superficiais e passageiras que a contemporaneidade tem nos impingido. Então é muito positivo desejar que a *bebeteca* seja um espaço constante de *performance*, no sentido propagado por Zumthor (2005, p. 55) “[...] a materialização (a ‘concretização’, dizem os alemães) de uma mensagem poética por meio da voz humana e daquilo que a acompanha, o gesto, ou mesmo a totalidade dos movimentos corporais.”

Esse pensamento de Zumthor não está exigindo do mediador oral uma atuação teatral, visto que nem sempre ele tem formação para isso. A defesa dele é no sentido amplo da *performance*: **voz, corpo, espaço e presença.**

Voz – que dependendo de sua utilização pode provocar encantamento no momento da mediação oral da literatura. Desejamos que na *bebeteca* os mediadores “usem e abusem” da voz, pois como disse

Zumthor (2005, p. 83): se “[...] a voz é presença. A *performance* não pode ser outra coisa senão presente.”

Corpo – na convicção de que “[...] a oralidade não se reduz à ação da voz. [É] expansão do corpo, embora não o esgote. A oralidade implica tudo o que, em nós, se endereça ao outro: seja um gesto mudo, um olhar.” (ZUMTHOR, 1997, p. 203).

Espaço – para criar uma ambiência funcional, acolhedora, aprazível, com conforto visual e térmico; pois dependendo da maneira como foi construído, levará o indivíduo a posturas e comportamentos diferenciados como: apropriação, identificação, adaptação, apego, estranheza, rejeição, abandono etc.

Presença – como uma manifestação coletiva tanto do leitor-narrador, quanto do leitor-ouvinte. Presença que ocorre com a somatória dos elementos já apresentados: voz, corpo e espaço, mas também de fatores de cunho pessoal, especificamente do leitor-narrador entre eles: a) predisposição do leitor-narrador para interagir com o leitor-ouvinte; b) as experiências anteriores do leitor-narrador; c) a segurança e a desinibição do leitor-narrador; d) a escolha do texto, bem como o grau de interesse do leitor-narrador pelo texto escolhido.

Finalizando sugerimos que para os adultos seja aberto espaço para *o lido ser discutido*, oportunidade

em que o leitor poderá trocar ideias, discutir personagens, refletir a produção literária, estilos, gêneros, criando uma rede em torno da literatura; podendo realizar suas mediações com maior segurança e êxito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao redigir as considerações finais voltarmos às seguintes reflexões discutidas no texto:

1) a família é o primeiro círculo social da criança, portanto, ela recebe influências constantes de seus integrantes. Os pais são os principais membros deste círculo por estarem mais tempo em contato com a criança, e são eles, que devem iniciar seus filhos no mundo da leitura. Deles esperamos ter conhecimento prévio da importância do gosto pela leitura e do espaço *bebeteca*.

2) a *bebeteca* deve ser constituída especificamente para atender os bebês não sendo um *canto ajeitado* em uma biblioteca pública. Quando criada na escola esperamos de seus gestores o respeito à liberdade para que os bebês possam vivenciar a fantasia e a diversão, sem que os adultos tenham a preocupação de alcançar objetivos didáticos, pelo contrário seus objetivos devem ser lúdicos e recreativos.

3) vários são os aspectos que os gestores de uma *bebeteca* devem se preocupar, entre eles: acesso, localização, arquitetura, distribuição de setores/serviços, arranjo e classificação do acervo, mobiliários, iluminação e ventilação.

4) a hora do conto não é a única forma de mediação oral da literatura, visto que há diferentes possibilidades de ação nesse sentido. Além disso, é necessário expandir essas ações também para os adultos, um exemplo disso são as reuniões de estudo a respeito de literatura infantil.

5) para o cadastramento dos usuários, sugerimos a inclusão detalhada de informações pessoais como: telefones, endereço, sem esquecer de anotar se o bebê é alérgico ou se possui alguma doença que precise de atendimento especial.

Além disso, devemos pensar na divulgação intensa da *bebeteca* para que tenha visibilidade. A respeito desse assunto. Avilés (1998, p. 289) propõe que elas

[...] deben establecer contacto con los padres dondequiera que estén, desde la cola del mercado a las consultas de los médicos. Muchas bibliotecas hacen ya publicidad de este servicio en las salas de espera de las consultas de pediatría; otras, en colaboración con los registros civiles de los ayuntamientos, envían a

los nuevos padres el carné de lector para su bebé desde el mismo momento del nacimiento; en otros casos, se incluye un libro de plástico o de tela en el lote que se regala a la madre cuando abandona el hospital con el recién nacido.

Finalizando acreditamos que, se novas *bebetecas* forem criadas no Brasil ou em muitos outros países, muitas crianças nessa faixa etária serão beneficiadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ângela Christina Souza *et al.* (org.). **A Educação na perspectiva construtivista**: reflexões de uma equipe interdisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AVILÉS, Paloma Fernández de. **Servicios públicos de lectura para niños y jóvenes**. Gijón: Ediciones Trea, 1998.

BARBOSA, Sidney; MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Vocabulário controlado para indexação de obras ficcionais**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

BELINTANE, Claudemir. Por uma ambiência de

formação contínua de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 177-193, nov. 2002.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BORTOLIN, Sueli. **A Leitura literária nas bibliotecas Monteiro Lobato de São Paulo e Salvador**. 2001. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação Oral da Literatura: a voz do bibliotecário lendo ou narrando**. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

CARRASCAL, Marina Fernández. La biblioteca de los mas pequeños: la biblioteca escolar en el nivel inicial. *In: INTEGRANDO EL CENTRO DE RECURSOS PARA EL APRENDIZAJE AL CURRÍCULO*: Seminario Internacional de Bibliotecarios Escolares. Santiago de Chile. **Anais [...]**. Santiago de Chile: Ministerio de Educación, 1999. p. 221-228.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise e didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

LEME, Roseli Teresa Silva. As cores e a comunicação visual de bibliotecas infanto-juvenil. *In: ASSEMBLÉIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA FEBAB*, 4., 1978. [**Anais ...**]. São Paulo: [s.n.]. 1978. p. 343-365.

MARINET, Anne. Las bibliotecas infantiles en la actualidad. *In*: PARMEGIANI, Claude-Anne (dir.). **Lecturas, libros y bibliotecas para niños**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

SENHORINI, Mariana; BORTOLIN, Sueli. Bebeteca: uma maternidade de leitores. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 123-139, jan./jul.2008.

SENHORINI, Mariana. **Bebeteca**: prazer em conhecê-la. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura & realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Alberto, 1983.

THIAGO, Lilian Pacheco S. Espaço que dê espaço. *In*: OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2002. p. 51-62.

TRAÇA, Maria Helena. **O fio da memória**: do conto popular ao conto para as crianças. 2. ed. Porto [Portugal]: Porto, 1992. (Coleção Mundo dos Saberes, n. 3).

VASCONCELOS, Rosa Maria Araújo de Godoy. Perfil de marketing da biblioteca. **Cadernos de Biblioteconomia**, Recife, n. 9, p. 5-22, dez. 1985.

VIGOTSKI, Lev Seminovitch. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, Lev Seminovitch; LURIA, Alexander Romanovich. **Estudos sobre a história do comportamento**: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artmed, 1996.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZUMTHOR, Paul. **Escritura e nomadismo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

Capítulo 8

PROJETAR A BIBLIOTECA DA ESCOLA: RECOMENDAÇÕES

Rovilson José da Silva

1 INTRODUÇÃO

Para se construir um sistema educacional sustentado por diretrizes que contribuam para o desenvolvimento amplo dos alunos, que não se restrinja apenas à sala de aula, torna-se fundamental incorporar o uso pedagógico da biblioteca e de seu acervo como possibilidade para a formação da criança e do adolescente.

Em nosso sistema educacional a biblioteca escolar ainda precisa ser compreendida como potencializadora do processo ensino-aprendizagem, ou seja, como um dos principais veículos de formação de leitores, pesquisadores e cidadãos mais conscientes de seu papel humano e social, conforme aponta o *Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar* ([200?]):

A biblioteca escolar (BE) propicia informação e idéias fundamentais para seu funcionamento bem sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os

estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

O tratamento dado à biblioteca na escola tem sido mais no âmbito do discurso que, efetivamente, no desenvolvimento de práticas pedagógicas de interação com o projeto escolar, com a mediação da leitura, com espaço físico adequado que, quase sempre, é um arremedo de biblioteca, algo que oscila entre “amontoado de coisas” e “almoxarifado” (SILVA, 2010).

Assim, pensar numa biblioteca para a escola requer ampla análise dos vários aspectos que a envolvem em seu papel no contexto escolar, pois essa compreensão pode contribuir para se prospectar desde os aspectos físicos e arquitetônicos onde se instalará a biblioteca, passando pelo mobiliário, acervo e, especialmente, nas relações que se estabelecerão entre professor, bibliotecário escolar e alunos.

Neste capítulo, nosso foco será a elaboração do projeto arquitetônico da biblioteca: que etapas devem ser cumpridas para se elaborar o projeto? Quais são as pessoas que devem participar dessa primeira etapa de discussão? Para se chegar a essa resposta, o texto trará considerações acerca da rotina da escola de anos

iniciais, vulgarmente conhecida como primária. Também trará a caracterização da criança nessa fase, bem como o funcionamento de uma biblioteca escolar e, para finalizar, apresenta recomendações de especialistas europeus a respeito das premissas para se pensar o projeto de biblioteca escolar.

2 ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL: ROTINA E FUNCIONAMENTO

A escola de ensino fundamental anos iniciais, em geral, atende crianças de 6 a 10 anos, do 1ª ao 5ª ano. É um período importante na vida escolar da criança, pois caracteriza a fase que a criança chega bastante dependente no ambiente escolar e, ano a ano, se tornará mais independente, autônoma. De acordo com Piaget (2001, p. 40), predomina nesse período:

[...] o começo da escolaridade da criança, propriamente dita, marca uma modificação decisiva no desenvolvimento mental. Em cada um dos aspectos complexos da vida psíquica, quer se trate da inteligência ou da vida afetiva, das relações sociais ou da atividade propriamente individual, observa-se o aparecimento de formas de organizações novas, que completam as construções esboçadas no decorrer

do período precedente, assegurando-lhe um equilíbrio mais estável e que também inauguram uma série de novas construções.

Nesse âmbito, a criança desenvolve-se, torna-se menos egocêntrica e, portanto, é capaz de dividir e socializar. Consegue usar cada vez mais os símbolos e signos para representar a interação social, especialmente pelo uso da linguagem. Porém, ainda não é capaz de pensamento abstrato, suas operações mentais estão ao nível do concreto. Essa é uma boa hora para que ela vivencie a biblioteca e sua rotina, compreenda as subdivisões do espaço e a organização do acervo e quais são suas possibilidades de interação naquele ambiente. Solidifica-se, conceitualmente para a criança, a função básica da biblioteca no contexto escolar.

Quando chega à escola aos seis anos, o aluno que passou pela educação infantil terá um pouco mais de facilidade para adaptar-se à rotina dos anos iniciais, pois encontrará um ambiente mais formalizado de escola tanto fora, quanto dentro da sala de aula. Além disso, compartilhará o espaço escolar com colegas bem mais velhos, maiores fisicamente e mais maduros psicologicamente.

Nos primeiros meses que frequenta os anos iniciais, o aluno de seis anos apresenta-se muito

dependente de seus pais, de seus cuidadores, tanto para o seu deslocamento até a escola quanto ao seu desenvolvimento em sala de aula. Nessa fase a criança já consegue organizar suas próprias coisas, mas precisa de uma supervisão constante de suas ações e afazeres.

Dos seis aos dez anos a criança tornar-se-á cada vez mais independente no âmbito escolar, o que refletirá em sua autonomia para cuidar de seus objetos, para transitar pelos espaços, dentre eles, a biblioteca.

Assim, o espaço escolar deve oferecer segurança à integridade física da criança, estar bem sinalizado e, acima de tudo, orientá-la a reconhecê-lo. Por isso, a escola não pode ter mistérios para criança, pois ela deve saber quais ambientes poderá utilizar sozinha e quais deverá usar acompanhada, orientada pela equipe de ensino.

Em geral, na primeira semana de aula, os alunos são convidados a reconhecer o espaço da escola: banheiros, pátio, setor administrativo, sala dos professores, quadra de esportes, salas de aula e biblioteca, entre outros. Também é o momento para reforçar a rotina de utilização desses espaços, suas peculiaridades, a fim de deixar o aluno seguro para transitar e se sentir integrado e, cada vez mais, pertencente àquela nova instituição.

Na rotina escolar, comumente, quando chegam à escola, os alunos permanecem num pátio até que seja dado o sinal para a entrada para a sala de aula. Nesse momento, os alunos de cada turma formam filas duplas, uma para meninas e outra para meninos. Depois, os professores vêm e os encaminham para a sala de aula. A partir daí, transcorre a aula e, na metade do período letivo, os alunos têm o intervalo/recreio que, em média, varia de 15 a 30 minutos.

Nos anos iniciais, geralmente, as disciplinas são todas ministradas por um único professor, a exceção de educação física. Então a relação professor-aluno é bastante intensa, pois ambos permanecem muito tempo juntos.

Assim, ao término desse período dos anos iniciais a criança terá se desenvolvido melhor, possuirá maior amadurecimento psicológico e conseguirá ir um pouco além das atividades apenas concretas. Em seu comportamento social escolar estará mais autônoma para realizar as atividades que lhe são propostas e também para utilizar o espaço da escola.

3 BIBLIOTECA ESCOLAR: ROTINA E FUNCIONAMENTO

3. 1 O espaço

Usualmente, a biblioteca da escola funciona durante as aulas, assim, está aberta ao aluno apenas no seu período de aula. Isso é uma distorção que precisa ser corrigida, pois durante o período letivo há pouco tempo para que o aluno se aventure no espaço, busque aquilo que já viu e aquilo que nem sabe que existe. Por isso, o tempo livre para estar na biblioteca permite ao aluno encontrar autores, confrontar-se com ideias que podem ser significativas para a sua formação, que serão imprescindíveis na construção de seu caminho como leitor.

Poucas são as instituições que mantêm a biblioteca aberta ao aluno em horário inverso ao que ele estuda. Tudo isso se explica por várias razões, dentre elas destacamos: de um lado, devido a pouca importância pedagógica que ainda se dá à biblioteca na vida escolar. De outro, tem a ver com o espaço físico, quase sempre inadequado, por isso cabe menos que uma turma completa de 30 alunos de modo confortável.

Os espaços que as bibliotecas ocupam, quase sempre são improvisados, reaproveitados, são salas de aulas comuns transformadas, improvisadamente, em bibliotecas.

Outra dissonância, nesse cenário, refere-se ao fechamento da biblioteca durante o período de intervalo ou recreio dos alunos. Essa postura pedagógica deseduca para o uso da biblioteca, sedimenta a ideia para criança que a biblioteca e a leitura não fazem parte de seu horário de lazer na escola, do seu espaço de expressão individual, de sua vida pessoal, como se leitura e biblioteca devessem ser utilizadas apenas como extensão da atividade pedagógica, de sala de aula ou sob a tutela do professor.

A possibilidade de a criança escolher, durante seu recreio, ir para a biblioteca num dia; ir à quadra jogar bola no outro, conversar com os amigos livremente, contribui para a formação de cidadão crítico, autônomo, capaz de fazer escolhas que constituirão o adulto que toma decisão para a própria vida frente a quaisquer que sejam as vicissitudes que possam aparecer na vida.

É preciso assegurar que o espaço para biblioteca escolar fuja do imprevisto e, portanto, seja planejado e tenha condições de receber aos alunos, tanto de seu período letivo quanto de período inverso. Dessa forma, o espaço deve comportar tanto o aluno que participa de aula orientada pelo professor quanto o aluno que, estando em horário inverso ao de sua aula, vai à biblioteca em busca de acervo que não

esteja necessariamente ligado à sala de aula. Para isso, é necessário projetar a biblioteca escolar pensando na perspectiva: hoje e amanhã, de modo a ampliar continuamente, o uso da biblioteca pelos alunos. Nesse contexto, Kuhlthau (2002, p. 14-15) propõe:

Procura-se levar em conta o desenvolvimento físico, emocional e social da criança e do jovem, bem como suas necessidades cognitivas. Em alguns estágios, por exemplo, os alunos aprendem bem em grupos e em duplas; em outros precisam trabalhar individualmente. Em todas as idades, aprendem melhor participando de atividades do que escutando a explicação do professor. Necessitam, também, de oportunidades para compreender seus enganos e corrigir imediatamente seus erros.

Ir à biblioteca sem ter intenção pedagógica explícita, estimula o ser humano pesquisador, instiga sua imaginação e a busca de para seus predicamentos que, nem sempre, são atendidos em aulas orientadas. Enfim, permitir à biblioteca ter espaço para ser usada durante e após as aulas e, assim, ampliar a teia de relações entre o aluno, a leitura e o conhecimento.

Embora almeje que não fosse distante a relação pedagógica entre biblioteca e escola, no entanto, essa realidade ainda é muito forte no Brasil,

pois ainda são poucos os estudos, publicações que remetam a proposições para se trabalhar com as disciplinas, das mais diversas áreas do conhecimento na biblioteca da escola.

As aulas nas bibliotecas, em geral, estão restritas ao uso de livros, revistas e jornais. E há alguns aspectos a serem observados aí: falta de equipamentos de informática, além da pouca intimidade que professores têm com a pesquisa por meio de equipamentos tecnológicos.

Essa carência acontece devido à dificuldade que as escolas públicas têm em manter seus equipamentos tecnológicos atualizados, pois os investimentos advindos da administração pública são descontínuos, o que torna os equipamentos obsoletos, por exemplo, ainda é comum encontrar máquina para datilografar ao invés de computadores para realizar o trabalho. A instituição escolar está sempre aquém dos investimentos em equipamentos tecnológicos e, principalmente, em acesso à internet. Caso os alunos tivessem acesso à rede online na escola, parte da questão do equipamento seria resolvida, uma vez que grande parte dos alunos tem aparelho celular.

Quanto à pesquisa, a maioria dos professores que está em sala de aula hoje, formou-se por um modelo de pesquisa que consistiu, basicamente, em ir à biblioteca com o professor e copiar trechos dos

assuntos que era tratado na aula. A cópia, geralmente, era feita de uma única fonte bibliográfica, de um livro, enciclopédia ou revista, de modo que não se discutia pontos de vistas diferentes de cada assunto, ou que cada material apresentava.

Também importa esclarecer que o acervo das bibliotecas escolares, com raras exceções, é desatualizado, fruto de doações ou de envio por programas governamentais. Nesse caso, a escola deixa de pensar o que seria importante para compor o seu acervo, o que melhor se coadunaria com a sua proposta pedagógica.

Além disso, o mais grave, é que o grupo docente passa a ser apenas um repetidor de referências, ou melhor, permanece refém do material que existe na biblioteca. Assim, o professor perde sua voz pedagógica para organizar, para propor a formação de seus alunos dentro de sua área de conhecimento; para analisar bibliografia para a compra e composição de acervo da biblioteca, pois essa é uma das maneiras de se trabalhar novamente, de se reforçar, a concepção da escola a respeito da leitura em seu âmbito, em seu programa pedagógico.

Também é característico que as áreas do conhecimento, ou disciplinas, que mais utilizam a biblioteca da escola estejam no âmbito das áreas de humanas. Na escola de ensino fundamental, por

exemplo, quase sempre as disciplinas de língua portuguesa e história. Tudo isso restringe a biblioteca à área de humanas e limita a atuação multidisciplinar que a biblioteca escolar poderia ter.

O espaço cronológico para se estar na biblioteca, se comparado ao espaço dado às atividades em sala de aula, é ínfimo. Poucas vezes na semana e com tempo mínimo. Essa irregularidade impede que a criança crie vínculo afetivo, principalmente de conhecimento, que poderá comprometer sua vida futura como aluno, cidadão e, principalmente, como leitor e usuário de bibliotecas públicas.

4 PROJETAR A BIBLIOTECA ESCOLAR

Nas seções anteriores, procuramos trazer à tona aspectos da complexa rotina de uma escola de ensino fundamental, anos iniciais. Essa caracterização foi uma das formas de oferecer suporte às ideias que se seguirão acerca do estudo para o projeto da biblioteca escolar.

Para se projetar a biblioteca de uma escola é preciso ponderar a respeito de, no mínimo, dois aspectos: o primeiro, se o projeto já faz parte de uma área construída anteriormente, mas que, devido a isso, não possui os pré-requisitos necessários para que se funcione uma biblioteca ali e, portanto, será preciso

readequá-la, reformá-la. O segundo refere-se à construção de uma nova instalação em espaço ainda não utilizado na área escolar, é nessa perspectiva que trataremos neste capítulo.

Ainda é preciso tornar realidade a consulta à equipe multidisciplinar ao se pensar no projeto da biblioteca da escola. Infelizmente, isso não acontece apenas em relação à escola, pois é comum a outros projetos desenvolvidos pelo poder público e, mais que isso, talvez nossa sociedade não esteja acostumada a ouvir, a compartilhar com as outras áreas envolvidas no projeto. Cada área faz aquilo que lhe foi designado como dever e, muitas vezes, não se olha ao redor.

Não é comum que os projetos para construção de escolas e ou bibliotecas escolares sejam compartilhados com a equipe responsável pela educação durante sua elaboração. Quase sempre o projeto chega pronto e, devido a isso, há muitos projetos mal executados que não atendem às necessidades da comunidade escolar no dia a dia.

Já é hora de romper com esse padrão de se fazer as coisas relativas à educação. É preciso diálogo entre as áreas do conhecimento que transitarão pela biblioteca, tanto aqueles que têm relação, aparentemente, mais temporária, como arquitetos e engenheiros quanto àqueles que conviverão cotidianamente no espaço, como é o caso de

professores, bibliotecários e alunos.

Assim, a presença de equipe multidisciplinar que represente a complexidade do ambiente escolar, tais como: arquiteto, engenheiros, equipe de ensino, bibliotecários e alunos, será importante durante o período de conversa inicial, de discussão por aqueles que estarão envolvidos com a biblioteca, antes, durante e após a execução da obra.

A configuração multidisciplinar ainda não tem sido frequente no serviço público, pois as prefeituras têm um setor destinado a projeto e construção das unidades escolares, mas nem sempre a comunidade escolar ou a secretaria de educação do município são ouvidas, enfim, torna-se um trabalho unilateral que dependerá, na maioria dos casos, apenas do arquiteto e ou engenheiro.

Existem prioridades, peculiaridades, que só quem está no dia a dia da escola poderá auxiliar o profissional da arquitetura, da engenharia, a melhorar ainda mais os projetos para os espaços em que estarão crianças e adolescentes.

Por outro lado, é preciso ponderar que a formação acadêmica de arquitetos e engenheiros no Brasil, nem sempre, privilegia o ensino para construção de bibliotecas, quer sejam públicas, escolares ou universitárias. Assim, o projeto ficará à mercê do entendimento, da concepção, ou da

intimidade que o profissional tenha com a área educacional, com a biblioteca.

Há falta de estudos para se projetar bibliotecas que tenham primordialmente crianças e adolescentes como usuários, respeitando suas características no desenvolvimento físico, motor, intelectual e social.

Por isso, acreditamos que o trabalho do arquiteto e ou engenheiro possa ficar mais completo quando a equipe da escola ou de ensino da secretaria de educação puder fazer parte da discussão para a elaboração do projeto para construir unidades escolares e, conseqüentemente, da biblioteca da escola.

Para Vidulli (1998, p. 21, tradução nossa), um projeto para construção de bibliotecas deve eleger quatro fases complementares em sua elaboração, são elas:

1 - refere-se ao funcionamento geral da biblioteca, isto é, à programação do serviço que, de acordo com o contexto e os usuários a que se destina, pode ser diferente em cada caso. As escolhas deverão acontecer levando em conta, entre outros aspectos, as possíveis mudanças nas necessidades dos usuários em médio prazo.

2 - refere-se à dimensão e aos requisitos que o espaço e mobiliário devem

cumprir para permitir o correto desenvolvimento das funções previstas [...], assim como à distribuição de espaço que respeite a necessidade de inter-relação entre as funções (programas de edificação e de planejamento de espaço).

3 - refere-se à imagem da biblioteca, a sua qualidade formal, os materiais, as cores e as instalações, etc. Todos esses elementos devem estar em consonância com a legislação vigente para edificações de cada localidade.

4 - refere-se à escolha do mobiliário, os complementos, iluminação, equipamentos, etc.

A autora salienta que essas etapas não acontecem de forma estanque, separadas umas das outras, mas são concomitantes à elaboração do projeto, de modo que as áreas do conhecimento envolvidas contribuam para que o projeto tenha unidade e seja adequado ao que se propõe.

Adiante, Vidulli (1998, p. 23, tradução nossa) recomenda que, para a elaboração do projeto, devem-se considerar os seguintes aspectos:

1 - Localização da biblioteca.

2 - Elaboração do programa de funcionamento e, em particular, a definição de seus objetivos e fins; a valoração dos usuários potenciais e dos

tempos e modos de utilização do serviço, assim como de suas possíveis variações no tempo; a dimensão teórica da coleção, dos postos de leitura e das necessidades de pessoal. E a descrição das atividades e das relações entre as distintas funções, ou seja, estabelecer um organograma funcional.

3 - Elaboração do programa de edificação, para o caso de plantas de edifícios novos, ou de readequação de espaço existente. Estabelecer, portanto, um organograma espacial.

4 - Dimensão e planejamento dos espaços: realizar um esboço da planta.

Nesse sentido, cabe à equipe de ensino ter previamente estabelecido para si, para depois apresentar as demais áreas que compõem o projeto, qual será a finalidade da biblioteca para a escola e para o ensino em toda a sua amplitude. Dessa forma, nortear para a equipe do projeto como deverá ser a utilização da biblioteca, bem como as funções que cada seção terá no espaço a ser construído. Pois, conforme Silva (2009, p. 116):

A biblioteca da escola deve estar organizada de modo que proporcione aos alunos e aos demais membros da comunidade escolar a busca pela leitura. Além disso, ela coopera com as ações da escola, pois fornece aos

estudantes espaço para a pesquisa e estudos nos momentos de aprendizagem. Para tanto, faz-se necessário estabelecer uma ação pedagógica integrada entre a biblioteca e a sala de aula, entre a biblioteca e a comunidade escolar [...].

A melhor compreensão de como se dá o ensino, as relações escola e biblioteca; biblioteca e aprendizagem, biblioteca e lazer, contribuirão para que os profissionais responsáveis pela execução do projeto tenham maior dimensão para projetar uma biblioteca que atenda o mais integralmente possível à comunidade escolar.

Silva (2010, p. 89) apoiado em Avilés (1998, p. 55-56) adaptou a proposta que estabelece alguns aspectos que devem conter o edifício da biblioteca:

O edifício da biblioteca deve ser agradável e confortável: quando se avista uma biblioteca, logo se deve sentir atraído por entrar nela;

As crianças são sensíveis à beleza e ao conforto do prédio;

A disposição das janelas deve permitir vislumbrar desde o exterior, até as atividades que estão sendo realizadas no interior da biblioteca, de forma que as crianças se sintam tentadas a entrar nela;

É necessário personalizar fisicamente o

edifício e sinalizá-lo com um logotipo;
O espaço reservado às crianças deve ser funcional, atrativo e flexível;
A criança deve passear, ler, explorar estantes, procurar em catálogos, consultar, selecionar obras para o empréstimo, ouvir histórias;
O local e o mobiliário devem ser visualmente atrativos e aconchegantes;
Os móveis, lustres, cores e o piso devem proporcionar segurança às crianças;
Quando lemos, estamos nos sentindo bem fisicamente, nos divertimos, ficamos à vontade, cada um tem sua maneira predileta para a leitura: sentado, deitado, etc.

Para se chegar à biblioteca que a escola brasileira ainda almeja é preciso criar estruturas para que ela se concretize e se torne um dos componentes essenciais para a formação da criança e do adolescente.

Perrotti em entrevista a Silva (2010, p. 155-156) afirmou que a biblioteca escolar deve ser uma estação de conhecimento, de lançamento:

A biblioteca da escola é um local especial. Específico, local de acolhimento, e de outro lado, obrigatoriamente um local de lançamento [...] ela faz as duas coisas, ela recebe o leitor o futuro leitor, o

leitor que você quer formar e lança esse leitor no mundo, na cultura, ou seja, há que haver uma biblioteca da escola, mas que funciona conectada à sala de aula, ao pátio, à biblioteca pública, ao centro cultural, ao centro comunitário, à livraria [...], ou seja, você tem que ter na biblioteca escolar um programa de informação das atividades culturais da escola, do bairro, da cidade. A biblioteca escolar tem que ser uma estação de conhecimento, a estação é o local que recebe o viajante, olha está aqui, você toma água, você come você bebe, mas ao mesmo tempo, ali está o trilho para [...] você [...] ir para outras terras e se não gostar pode voltar [...].

Para cumprir sua função como mediadora de informação, conhecimento e lazer, é necessário que a biblioteca tenha as condições físicas adequadas para receber os alunos. O espaço deve integrar, oferecer a possibilidade para o diálogo, para conhecer novas linguagens, divergir de pontos de vista, concordar, enfim, um modo de o ser em construção encontrar-se consigo mesmo.

REFERÊNCIAS

AVILÉS, Paloma Fernández de. **Servicios públicos de lectura para niños y jóvenes**. Gijón (Asturias): TREA,

1998.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS [IFLA]. Manifesto IFLA/Unesco para biblioteca escolar. Tradução de Neusa Dias de Macedo. [200?]. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 10 jun.2020.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia.** 24.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

SILVA, Rovilson José da. **Biblioteca escolar e a formação de leitores:** o papel do mediador de leitura. Londrina: EDUEL, 2010.

SILVA, Rovilson José da. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. *In:* SOUZA, Renata Junqueira (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas:** o mediador em formação. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

VIDULLI, Paola. **Diseno de bibliotecas:** guia para planificar y proyectar bibliotecas públicas. Gijón (Asturias): TREA, 1998.

Capítulo 9

O CASO DO LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO ARQUITETÔNICA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL – LUIZ CÉSAR DA SILVA

Teba Silva Yllana

1 INTRODUÇÃO

O LABDOC – *Luiz César da Silva*, como é nominado o Laboratório de Documentação Arquitetônica e da Construção Civil – *Luiz César da Silva*, criado em 2008, no Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), tem como objetivo: arquivar, registrar, descrever e digitalizar documentos que mostrem a produção arquitetônica e urbanística da região norteparanaense, com ênfase na produção dos profissionais que atuaram em Londrina. Esses parâmetros dão ao laboratório uma identidade especial de adquirir acervos relacionados às transformações urbanas, transformando-os em arquivos digitais. Essas ações favorecem não apenas à preservação da produção gráfica dos profissionais, arquitetos, engenheiros, construtores e desenhistas bem como traça um quadro evolutivo do Desenho Técnico aplicado à arquitetura e urbanismo.

A linguagem básica dos acervos é o Desenho Técnico, que está em constante evolução, em relação aos instrumentos de precisão com que são executados, que passou de réguas, lápis, bicos de pena, esquadros, normógrafos e transferidores, para computadores sofisticados e a base em que são gravados, desde peles, tecidos a papéis especiais, revelando não apenas as informações necessárias para a construção de uma edificação ou espaço urbano, mas o contexto em que foram criadas, numa linha temporal.

Todavia, apesar de todas estas transformações, os tipos de representação do Desenho Técnico permanecem os mesmos desde seu surgimento, no Renascimento. São eles:

- **Planta Baixa:** desenho de um objeto visto de cima, paralelo a linha do solo, fornecendo informações de largura e comprimento. Em geral está secção se dá a uma altura de 1,20m do solo, possibilitando a visualização de aberturas, como portas e janelas;

Figura 1 - Desenho Técnico em planta baixa



Fonte: Yllana (2011).

- **Corte:** representação do objeto cortado na perpendicular da linha do piso, fornecendo as informações sobre as alturas;

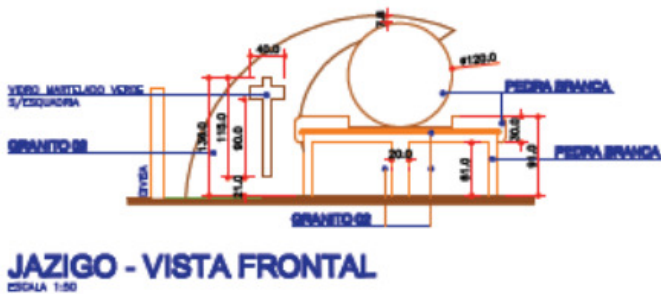
Figura 2 - Desenho Técnico em corte



Fonte: Yllana (2010).

- **Vista ou Elevação:** desenho de um objeto visto de fora, como em uma foto. Este desenho, em geral, não fornece medidas, mas revela a aparência do objeto e discrimina detalhes do material de revestimento;

Figura 3 - Desenho Técnico em vista frontal



Fonte: Yllana (2008).

O conjunto destes desenhos compreende os Projetos, que podem ser: Arquitetônicos,

Paisagísticos, Urbanísticos ou das mais diversas Engenharias - elétrica, hidráulica, estrutural etc. A composição dos Desenhos Técnicos nos papéis para impressão é normatizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e cada papel impresso é denominado Prancha de Desenho e tem valor documental. Atualmente a maioria das Pranchas é impressa em papel sulfite.

O LABDOC – *Luiz César da Silva* tem como função principal o armazenamento e a catalogação destas pranchas e demais documentos referentes às edificações e ao espaço urbano sob o enfoque da *Arte do Desenho*, de suas características individuais e de como isto se relaciona com a edificação em si.

Isto se dá através de uma percepção bastante subjetiva da velocidade com que as coisas são esquecidas e substituídas, de como os espaços estão em constante modificação. Alguns são suprimidos, outros surgem, a verticalidade se materializa, tal qual uma planta que cresce e adquire novas características. Qual o impacto destas transformações na coletividade e como registrá-las?

A construção civil vive um período intenso, de quebra de recordes, de dimensões, de descoberta de novos materiais, técnicas e formas. Porém, se derrubarmos qualquer edificação de mais de trinta anos, não somos capazes de reproduzi-la, ou porque

não sabemos mais como fazer ou porque não soubemos preservar os recursos naturais com que foram construídas, nem a própria edificação. Além disso, nossa memória é muito mais frágil do que podemos acreditar e os métodos de preservação de documentos técnicos como estes ainda são poucos e de qualidade duvidosa em relação à durabilidade.

Estes questionamentos não pretendem ser solucionados pelas ações do LABDOC, mas formaram o bojo de sua criação e é com este foco que concentramos suas ações. A preservação da memória é fundamental para nossa evolução como indivíduo e ser social e o espaço é vital neste processo. As pranchas de desenhos, as imagens e documentos que compõem os acervos físicos são a parte mais expressiva do laboratório, além do material digitalizado, livros e alguns instrumentos de época, que permitem o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas.

2 A CRIAÇÃO DO LABDOC – LUIZ CÉSAR DA SILVA

O laboratório nasceu em função dos levantamentos por mim realizados de 1998 a 2000 para a dissertação de mestrado¹, quando estudamos

¹ Godoy (2001) Durante a pesquisa, foram realizadas várias entrevistas com profissionais que contribuíram para a

os primeiros arquitetos que se estabeleceram em Londrina e tiveram uma produção arquitetônica relevante. O foco da pesquisa foi o estudo da produção desses profissionais e do impacto que suas obras tiveram na cena arquitetônica da cidade a partir da década de 50. Os arquitetos selecionados foram: *Luiz César da Silva, Ivan Jekoff e Léo de Judá Barbosa*.

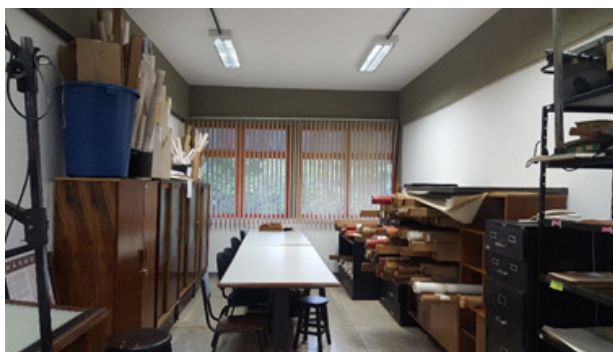
Luiz César da Silva, na época, era o único falecido e seu acervo estava em péssimo estado de conservação, num pequeno depósito, onde plantas, desenhos e memoriais de um dos primeiros arquitetos de Londrina estavam desaparecendo em meio à umidade e sujeira e, com ela, parte importante do registro da história de Londrina e de suas edificações. Os desenhos estavam espalhados, muitos em tubos de papelão, desordenados, todos atacados implacavelmente por traças, fungos e água.

Como sua biblioteca havia sido doada para a Biblioteca Central da UEL logo que faleceu, sugerimos que o material gráfico, assim como alguns móveis e instrumentos que lhe pertenceram fossem doados para o CTU, o que evitaria sua condição de perda

formação de Londrina, resultando num pequeno resgate da memória de suas obras. A doação dos desenhos e projetos de Luiz César, por parte da viúva do arquiteto, Ana Marta, é fruto desta pesquisa.

iminente. A doação teve êxito surgindo, assim, o LABDOC, oficializado em 2008. Em 2009, conquistou um local temporário, no térreo do CTU, para em seguida, em fevereiro de 2012, se instalar no segundo pavimento deste Centro, permitindo não apenas a catalogação, acondicionamento e restauro deste acervo, mas a prospecção de outros. Atualmente, contamos com três acervos vultosos: 1 - Luiz César da Silva, 2 - Metrópole Linear Norte do Paraná (METRONOR), 3 – Júlio Ribeiro, além de inúmeros acervos menores de arquitetos e trabalhos de alunos de arquitetura, todos em processo de catalogação e estudo.

Figura 4 - Vista geral do LABDOC



Fonte: Yllana (2019).

Figura 5 - Acervo Júlio Ribeiro



Fonte: Yllana (2013).

2.1 Luiz César da Silva, o 1º arquiteto londrinense

Figura 6 - Luiz César da Silva agradece homenagem do CEAL²



Fonte: Silva (1995).

² Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina.

Luiz César da Silva foi o primeiro arquiteto a se estabelecer na cidade e desenvolver uma obra ligada à formação de uma identidade londrinense. Londrina era uma cidade jovem que, devido à pujança do café, introduziu a arquitetura modernista, através da contratação de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi:

A dupla de arquitetos elaborou 12 projetos para Londrina, dos quais 7 foram construídos: a Estação Rodoviária (1948-1952); o conjunto Cine Ouro Verde (1948-52) edifício Autolon (1948-1951); a Casa da Criança (1950-1955); a residência Milton Ribeiro de Menezes (1952); os vestiários do Londrina Country Club (1951) e o anexo da Santa Casa de Londrina (1952-1955). (...) O conjunto de obras é responsável também pela introdução da arquitetura moderna no norte do Paraná. (SUZUKI, 2003, p. 3).

Este novo cenário atraiu uma leva de novos profissionais que tinham intenção de se fixar na cidade. Luiz César nasceu em 17 de abril de 1933, em Santo Antônio da Platina, cidade a 50 km de Londrina e montou seu escritório em 1962, realizando projetos arquitetônicos que desde o início marcaram a paisagem da cidade, como os edifícios *Caminhoto* e *Tuparandy*, existentes até hoje, embora bastante alterados (GODOY, 2001).

Sua história se mistura com a da própria cidade, pois, antes de completar seu primeiro ano de vida, sua família se transferiu para Londrina, exatamente quando a cidade se tornava município, através do Decreto Estadual de 3 de dezembro de 1934, assinado pelo interventor Manoel Ribas e sua instalação foi a 10 de dezembro do mesmo ano, ou seja, meses depois da chegada da família Silva.

Luiz César da Silva era o quinto filho de uma família cujo pai era topógrafo e o avô arquiteto. Este avô, um italiano que veio para o Brasil ainda moço, trabalhou em várias cidades no interior dos Estados de São Paulo e Paraná, construindo inúmeras igrejas e basílicas, como a de São José do Rio Preto, e exerceu muita influência no garoto que desde muito cedo já falava em ser “construtor de casas como o vovô”. Era uma criança muito curiosa, que gostava de estudar e inventar “engenhocas”, com um pendor natural para as artes, principalmente para a música e o cinema. Coursou o 1º grau no Colégio Mãe de Deus, em Londrina, que na época permitia meninos (GODOY, 2001).

O desenvolvimento da cidade se deu paralelo ao do nosso arquiteto, ambos jovens e influenciados por São Paulo. De 1930 a 1970, período em que predominou a cultura cafeeira, a paisagem da cidade era constituída, principalmente, por edificações de

madeira.

Surge neste contexto, tanto na zona urbana como rural, uma produção de edifícios de madeira perfeitamente adaptados às condições locais, que conseguiram resolver, apesar das limitações, as necessidades de moradia e os mais diversos serviços, que sob o imperativo da necessidade, buscava soluções mais simples e objetivas, às vezes subordinadas a algumas regras construtivas que cada imigrante trazia de seu antigo território. Aproveitando os recursos locais de modo a obter economia, rapidez e facilidade construtiva, conseguiram criar, com a produção destas construções, uma linguagem própria, capaz de expressar uma cultura local, dominando a técnica de trabalhar a madeira e criando um repertório arquitetônico rico e singular. (ZANI, 1997, p. 93).

Na segunda metade da década de 40 começou um crescimento inédito na história do Paraná, que Arias Neto denominou de *Eldorado*, e, em consequência disso, a cidade começou a requerer uma orientação e Leis de Zoneamento. Hugo Cabral, então prefeito, consultou o urbanista Prestes Maia, de São Paulo, sobre várias medidas a serem tomadas, entre as quais a Lei 133, aprovada em dezembro de 1951, e que

veio a se constituir no elemento regulador dos novos loteamentos. Tais reguladores foram gradativamente restringindo o uso da madeira, não apenas em Londrina, mas em vários municípios do Estado, o que impulsionou outros tipos de edificações. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Urbano de Londrina, realizado pela prefeitura em 1979, a cidade passou da 25ª mais habitada do Sul do Brasil, em 1940, para a terceira posição em 1970, atrás apenas de Porto Alegre e Curitiba.

Figura 7 - Av. Paraná, em Londrina, nos anos 30



Fonte: Museu Histórico de Londrina (1940).

Neste período, Luiz César da Silva estava em São Paulo, onde ingressou na Faculdade de Arquitetura da Mackenzie, graduando-se em 1958. Em 1962, concluiu o curso de Urbanismo e Saneamento na

Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, época em que montou um escritório em Londrina. Em 1959, quando iniciou sua vida profissional, o panorama londrinense contava com pouquíssimas obras projetadas por arquitetos e, destes, apenas Carlos Cascaldi, sócio de Villanova Artigas, residiu na cidade, por um curto período de três anos. Os demais *pioneiros* da arquitetura londrinense não residiam aqui e foram contratados principalmente em São Paulo (GODOY, 2001).

A Construtora Brasil, de propriedade dos irmãos Rezende, era uma das grandes responsáveis pelas obras da cidade, cuja maioria dos projetos era do arquiteto alemão, radicado em São Paulo, Philip Lohbauer, responsável pelo primeiro arranha-céu londrinense, o edifício Santo Antônio.

Outro arquiteto pioneiro foi Ernest Robert de Carvalho Mange, que projetou as instalações da Viação Garcia, então Garcia & Garcia, e o edifício Bertoldo Durães. Tudo o mais foi construído por mestres de obras, quando muito avalizado por um engenheiro, que geralmente era ligado à prefeitura. É interessante notar que este fato acabou por gerar certas distorções em relação à autoria de muitos projetos anteriores à década de 1960, sendo frequente encontrarmos compêndios que trazem engenheiros como autores de obras realizadas por

arquitetos de fora do município (GODOY, 2001).

Luiz César da Silva foi um profissional bastante criterioso, de metodologia detalhada. Desenvolvia não só o projeto arquitetônico, mas todos os demais projetos, até porque a região era carente de profissionais. Contudo, demonstrava ser conhecedor não só dos materiais e das estruturas, mas de questões como iluminação, mobiliário, acústica, ergonomia, entre outras disciplinas desconhecidas do cliente-padrão de 1960, permitindo vislumbrarmos o seu arrojo profissional e sua personalidade atenta, que compreendia desde a análise do ambiente, envolvendo ecologia, circulação e movimento, como análises de mercado, técnicas de emprego de capital em fundos públicos e até componentes do sistema de aquecimento solar, programas de energia e lógica do sistema métrico. Todas essas questões eram investigadas, mesmo que o projeto não requeresse tal complexidade, como consequência o desenvolvia de maneira lenta, sem qualquer pressa.

Figura 8 - Estante desenhada pelo arquiteto, que integra o LABDOC

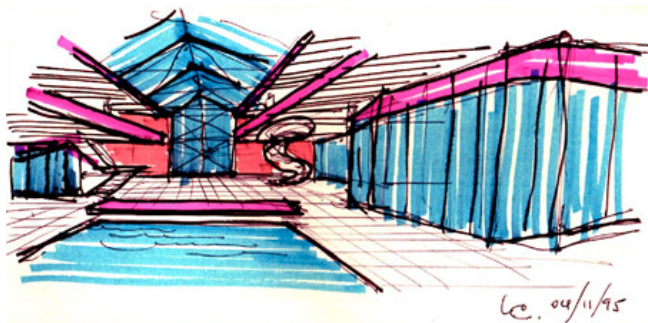


Fonte: Yllana (2009).

Luiz César da Silva faleceu em 22 de abril de 1996, dias depois de completar 63 anos, devido a problemas hepáticos. Em 1995, recebeu suas últimas homenagens: do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) de Curitiba e do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL – Imagem 6), instituições que ajudou a fundar. Muitas de suas obras ainda fazem parte da paisagem londrinense, como o Canadá Country Clube, a Associação Recreativa Esportiva Londrinense (AREL), o Parque de Exposições Ney Braga e o Com-tour

Shopping Center³ que, de acordo com Mário Jorge de Oliveira Tavares, embora tenha sido projetado pelos arquitetos João Baptista Bortolotti e Carlos Sérgio Fontoura Bopp, ele foi o idealizador, gestor e empreendedor, juntamente com Raul Infante Lessa e George Trincas.

Figura 9 - Croqui do Com-tour Shopping Center, 1995



Fonte: Silva (2001).

Este apanhado bastante resumido nos permite visualizar a importância do trabalho de Luiz César para a história da cidade, sem nos esquecermos de suas residências, onde podemos encontrar o seu traço mais verdadeiro, ligados apenas a questões de proporção, da delicadeza e mistura de materiais naturais, como a pedra, a madeira e o tijolo à vista. Nessas obras

³ Informação que obtive através de comunicação por e-mail com Mário Jorge de Oliveira Tavares, na época desenhista do shopping e autor de vários escritos sobre a história de Londrina.

percebemos a influência bandeirante e da escola paulista de arquitetura, principalmente nos desenhos das esquadrias em madeira.

Figura 10 - Residência projetada na década de 60



Fonte: Yllana (2000).

3 O LABDOC e o CTU

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) nasceu em 1970, através da fusão das faculdades de Direito; de Filosofia, Ciências e Letras; de Odontologia; de Medicina; e de Ciências Econômicas e Contábeis. O curso de Engenharia Civil foi formado em 1972 e a partir dele, surgiu o curso de Arquitetura e Urbanismo, no ano de 1979 e com ele, o Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU), com definido perfil na área de exatas. Os alunos são absorvidos, em tempo integral,

por atividades voltadas à formação prática aplicada, na qual o ato de documentar é distante de suas realidades e, por conseguinte, o LABDOC é uma vertente teórica de pesquisa que até então não havia sido explorada. No laboratório, os alunos se deparam com um universo totalmente distinto de construir, executar ou projetar, mas que trabalha diretamente com o impulso vital do arquiteto – o desenho, início de qualquer obra: o projeto, as pranchas de desenho técnico, os croquis. Aos poucos, a experiência resulta num novo entendimento do objeto construído e da importância da preservação desse material de arquivamento e catalogação bastante recente.

As pranchas de desenho técnico, mesmo do ponto de vista da Arquivologia, só passaram a ser consideradas “documentos patrimoniais” no início do século XX, devido à constatação de que são testemunhos de uma época e, na maioria dos casos, revelam o “estado original” da obra. Outrossim, conforme as pesquisas de Ana Carolina Santos Pellegrini (2011; 2013), contribuem para a constituição do patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico das cidades com a mesma relevância da obra material. De acordo com a pesquisadora, mesmo obras que não foram construídas, mas cujo projeto esteja preservado, ele é um “documento patrimonial”, podendo ser edificado, uma vez que guarda em seu

conteúdo técnicas construtivas, volumetrias e materiais, parte da herança cultural de indivíduos e da maneira como eles se relacionavam com o espaço em determinado período. Assim, o desenho, que na origem era destinado apenas à construção física de um objeto, passa a ser um registro virtual e, muitas vezes, único desta edificação, garantindo sua existência mesmo que apenas em caráter documental.

No século XX, consolida-se o caráter do projeto como documento. Além de prefigurar ou simplesmente representar o estado de um futuro edifício, assumindo, portanto, o papel de instrumento para sua materialização, o projeto Moderno, em virtude da quantidade e da qualidade dos elementos que reúne (o que inclui desenhos, maquetes e memoriais descritivos), é também capaz de documentar o estado “original” de uma obra arquitetônica.

Após sua construção, a edificação, ao longo do tempo, está inexoravelmente submetida a um processo de transformação. Seja em função do desgaste acarretado pelas intempéries, ou em virtude de modificações promovidas pelos usuários, é natural que o aspecto do edifício paulatinamente se altere. Daí em diante, portanto, o projeto passa a ser

importante recurso para que se consulte sobre o estado inicial da edificação, tornando-se guia para a intervenção no patrimônio edificado, indicando no futuro um estado de “perfeição” pretérito. (PELLEGRINI, 2011, p. 45).

Do ponto de vista pedagógico, dá ao aluno uma dimensão física dessa história, a partir do contato com documentos referentes ao espaço urbano que habitam, através especificamente do Desenho Técnico.

Vemos então que o LABDOC representa uma vertente bastante contemporânea nas pesquisas sobre a história das edificações e de suas técnicas construtivas, abrindo infinitas possibilidades de pesquisa que vão além do Centro de Tecnologia e Urbanismo, enalçando os cursos de Geografia, Arquivologia, Ciência da Informação, entre outros, expandindo suas ações de maneira interdisciplinar.

Figura 11- Aula integrada no LABDOC – Arquivologia⁴



Fonte: Yllana (2013).

3.1 As atividades do LABDOC

Mesmo não estando com todas as atividades da extensão acontecendo de maneira permanente, devido à falta de equipamentos de digitalização e acondicionamento ideais, o laboratório está sempre no limite máximo de atividades de sua capacidade permite, com foco na integridade física dos acervos que são frágeis e necessitam de constante higienização. Atualmente, as atividades se concentram na higienização, seleção, catalogação e digitalização

⁴ Aula ministrada pelas professoras Izângela Maria Sansoni Tonello de Oliveira, do Departamento de Ciência da Informação (CECA-UEL) e Teba Silva Yllana, juntamente com extensionistas do LABDOC, em 2012.

dos acervos existentes, conforme descrito a seguir:

a) higienização dos acervos

A higienização do material doado é a primeira fase no processo de apropriação do acervo. Em geral, o material doado apresenta-se desorganizado, sujo, mofado e com camadas de poeira sedimentada, que podem requerer várias higienizações. Dessa forma, essa etapa requer paciência e uso de E.P.I.⁵ adequado, pois, como a maioria do acervo é composta de papel, a proliferação de ácaros e fungos é intensa.

O processo se inicia com a remoção da poeira grossa da área externa dos tubos para, em seguida, passarmos ao interior do tubo e seu conteúdo. Nessa etapa também se realiza uma pré-triagem, verificando-se rapidamente o conteúdo dos tubos e pranchas avulsas. É comum constatarmos acervos pertencentes a mais de um profissional ou mesmo materiais não relacionados ao acervo.

⁵ E.P.I. = Equipamento de Proteção Individual. Neste caso, jaleco, luvas de silicone, máscaras descartáveis e em alguns casos óculos de proteção.

Figura 12 - Material doado após a 1ª higienização



Fonte: Yllana (2009).

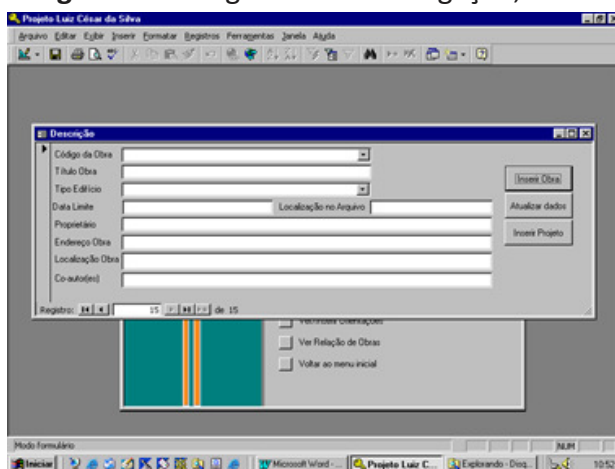
b) catalogação de acervos

Depois de higienizado, os acervos tornam-se aptos a serem catalogados. Para isso, em 2001 em conjunto com professora Neiva Pavesi⁶ desenvolvemos um programa em *Access*, de fácil interação, que permite controlar e documentar o conteúdo específico das peças gráficas e de sua condição física, além disso, é possível gerar relatórios e vários procedimentos de controle e gestão de maneira bastante eficiente. Nesse programa, quando

⁶ Neiva Pavesi, natural do Rio Grande do Sul, foi professora do curso de Arquivologia, do Departamento de Ciências da Informação da UEL, no período de 2001 a 2005.

o usuário procurar por uma edificação, ele encontrará uma listagem de todos os projetos disponíveis, desde croquis⁷ (**Imagem 9**) e estudos a projetos complementares⁸, assim como uma descrição das condições físicas das pranchas e em que estágio de catalogação se encontra.

Figura 13 - Programa de Catalogação, 2001



Fonte: Godoy, Pavesi e Nelli (2007).

⁷ São denominados croquis os esboços feitos à mão livre pelo arquiteto e que contêm as primeiras ideias a respeito da obra que ele se propõe a projetar.

⁸ Por complementares entendem-se os projetos estrutural, elétrico, hidráulico, telefônico e demais projetos que se façam necessários para a boa execução de uma edificação.

Nessa fase executamos a higienização final, retirando fitas adesivas⁹ e demais materiais que aceleram o processo de deterioração das pranchas, triando as pranchas que vão para o **restauro** e quais seguem para **digitalização**.

A partir daquele momento, o ideal seria acondicionarmos o acervo em arquivos deslizantes verticais, visto ser a maneira mais compacta e eficiente, pois mesmo restaurados, esses documentos continuam frágeis e se deterioram com manuseios leves, muitos foram feitos em materiais que caíram em desuso e não são mais encontrados, porém, atualmente estamos improvisando com mapotecas verticais.

c) digitalização dos acervos

Os documentos que não necessitam de restauro estão aptos a serem digitalizados. O maior obstáculo neste caso é a disponibilidade de recursos para aquisição dos equipamentos de alto custo e utilização cuidadosa, o que quase transformou um laboratório de documentação, em um de criação, onde

⁹ Técnica comumente utilizada para se aumentar a durabilidade das pranchas de desenho, mas que ao longo do tempo se mostrou nociva, pois ou a cola endurece amarelando e rasgando as bordas do papel ou se deteriora, tornando-se viscosa e apodrecendo a região atacada.

o professor Adalto Pereira Cardoso foi responsável pela criação de uma engenhoca que tem nos possibilitado digitalizar muitas pranchas com o uso de máquina fotográfica.

Figura 14 - Engenhoca para digitalização



Fonte: Yllana (2020).

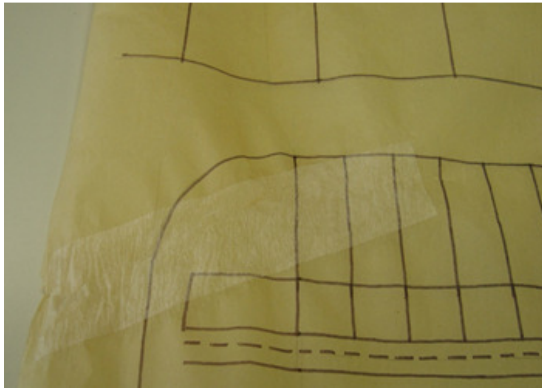
A digitalização consiste na última parte de manipulação do acervo físico, disponibilizando-o para os usuários através de sites e na elaboração de catálogos e na criação de novos acervos, ampliando o repertório de pesquisas e estimulando a produção de

bancos de dados.

d) restauro de acervos

O restauro dos acervos se dá a partir das técnicas tradicionais de restauro com papel arroz e goma arábica e é desenvolvido apenas em pranchas muito deterioradas, visando ao aprendizado (Figura 15).

Figura 15 - Prancha restaurada



Fonte: Yllana (2013).

e) Prospecção de acervos

Como informado o LABDOC iniciou suas atividades com dois acervos técnicos¹⁰: um de arquitetura, 1 - Luiz César da Silva e um urbano, 2 - Metrópole Linear Norte do Paraná (METRONOR), que contém: material gráfico levantamentos planialtimétricos¹¹ e aerofotogramétricos¹² de cidades norte-paranaenses, mais especificamente do *Norte Novo*¹³, abrangendo Ibiporã, Londrina, Cambé,

¹⁰ É considerado acervo técnico: pranchas de desenho técnico, memoriais, documentos orçamentários, memórias de cálculo, croquis, levantamentos topográficos.

¹¹ Segundo Orth (2008), altimetria é a parte da topografia que tem por objetivo a determinação das alturas dos pontos do terreno em relação a uma superfície horizontal de referência. Planialtimetria é a representação de informações de coordenadas geométricas definidas no terreno que permite o levantamento de cotas de altura e relevos do terreno em uma única planta.

¹² Segundo Fontes (2005), fotogrametria é a ciência de se obter informações seguras sobre objetos físicos e do meio ambiente, através de processos de registro, medição e interpretação de imagens topográficas. A Aerofotogrametria se refere às operações realizadas com fotografias da superfície terrestre. Esta técnica é utilizada para mapeamento na Cartografia, Engenharia Civil, Agrônômica e Florestal. Este levantamento é feito por aeroplanos.

¹³ A colonização paranaense se deu em três frentes principais: a Tradicional; a Norte e a Sudoeste. A região

Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá e Paiçandu e a sede do distrito de Pirapó, pertencente ao município de Apucarana, até uma série de censos e relatórios das áreas urbanas e rurais desses municípios, que faziam parte de um convênio firmado com o Governo do Estado (1978).

Figura 16 - Prancha de levantamento topográfico



Fonte: Universidade Estadual de Londrina (2008).

Os estudos foram realizados pelo Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPUC), que montou

Norte se subdivide em: Velho, Novo e Novíssimo. O Norte Novo é composto pelos rios: Paranapanema, Tibagi e Ivaí rumo do noroeste, surgindo as cidades de Londrina, Apucarana, Arapongas, Cambé e Rolândia.

dois escritórios para o desenvolvimento de pesquisas e produção de levantamentos: um na UEL e outro na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Embora a ideia de metrópole linear não tenha se efetivado o material produzido é de grande importância para estudos e pesquisas. A UEL conserva a documentação mais completa deste projeto e a partir dela o LABDOC montou uma pequena biblioteca sobre cidades, técnicas construtivas e materiais de construção e deu mais corpo ao laboratório, incorporando as modificações morfológicas, passando a receber livros, catálogos e revistas doados por professores que lecionam ou lecionaram no CTU.

Em abril de 2011, o Departamento de Arquitetura conseguiu parte da produção gráfica do arquiteto Júlio Ribeiro, outro importante representante da arquitetura londrinense que atuou nas décadas de 80 e 90. Esse conjunto é composto por 210 tubos de papelão, dois suportes metálicos para acondicionamento dos tubos e muitos desenhos esparsos (Figura 5).

Dessa forma, sempre que temos notícia de algum acervo pertinente à memória das edificações e de suas cidades buscamos viabilizar a doação dessas documentações, mesmo que de forma parcial.

f) consultoria de patrimônio

Diferente da Europa, não temos o hábito de informar a autoria ou qualquer dado a respeito das edificações, fato que favorece aos processos de degradação, pois a população desconhece os espaços e edificações que a envolve, mesmo quando inseridos ao seu cotidiano. Desde que o laboratório iniciou suas atividades muitas construções relevantes de Londrina foram demolidas, ou entraram em processo de degradação e raras resistiram ao processo evolutivo das cidades sem alterações.

Assim, a divulgação de um acervo sobre a cidade, seus espaços e edificações torna-se cada dia mais relevante para a população em geral, uma vez que fomenta atenção ao entorno e o nascimento de uma posição mais crítica sobre as decisões do Poder Público em relação aos espaços públicos e às edificações do município, inibindo o desaparecimento ou a mutilação de edificações que fazem parte do Patrimônio Público do Município, como estádios, praças, mercados municipais, escolas públicas e igrejas.

Por outro lado, acervos como o LABDOC tornam-se as únicas referências do Poder Público do estado original dessas edificações e imprescindível fonte de pesquisa e consultoria dos órgãos de

Patrimônio Municipais.

Em 2008, realizamos a primeira ação deste tipo em parceria com a Diretoria de Patrimônio da Prefeitura de Londrina, que objetivava numa parceria para a criação de *Espaços Culturais Permanentes* em edificações cujo autor tivesse relevância na história arquitetônico-urbanística da cidade. Nesse trabalho, a Diretoria de Patrimônio identificaria as edificações de importância histórica e requisitaria ao LABDOC informações e consultorias técnicas a respeito de possíveis alterações. Procederíamos com as avaliações e diagnósticos e a edificação receberia uma placa informativa, com a ficha técnica da obra, ou no caso de estabelecimentos comerciais a implantação de um *Espaço Cultural*.

Infelizmente este projeto se resumiu à primeira ação, que aconteceu no Bar da Silva¹⁴, em Londrina, cujo espaço foi inaugurado em 25 de agosto de 2008. Os proprietários queriam ampliar as instalações do bar, incorporando uma edificação adjacente, da década de 50, cuja última intervenção havia sido realizada pelo arquiteto Luiz César da Silva. Assim desenvolvemos um trabalho conjunto que resultou no *Espaço Luiz César da Silva*, recebendo painéis com

¹⁴ Este bar, que existiu até 2017, se localizava na esquina rua Prof. João Candido com Espírito Santo.

fotos e plantas do arquiteto, ambientados e integrados ao bar.

Figura 17 - Painel que compunha o Espaço Luiz César da Silva, no Bar da Silva



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina (2008).

4 CONCLUSÕES

O desenho é o ponto comum, o fator de permanência, cujo caráter filosófico evoca o *desígnio*, a *vontade de potência*, o caráter criador e transformador do espaço, num diálogo entre duas dimensões, em que o fator tempo não mais é considerado, pois os desenhos possuem uma linguagem que lhes transcendem. A partir destes documentos que, no caso do acervo do LABDOC, concentram um período de aproximadamente 40 anos de desenho técnico, podemos analisar a considerável transformação na instrumentalização do ato de *desenhar* através do grafite, do nanquim e do traço livre. Visualizamos técnicas executadas com objetos que não são mais utilizados ou executados em suportes obsoletos, como *as cópias heliográficas*.

Logo, o acervo possui importância intrínseca inegável, além das reverberações específicas na criação de parâmetros técnico-qualitativos relativos ao desenvolvimento de cidades e à preservação e, mesmo, na constituição do patrimônio histórico. Aquilo com que as pessoas se identificam, na qual se reconhecem como parte, como experiência cotidiana, permitindo a criação de laços.

A preservação e a gestão de documentos técnicos e a transferência destes dados para uma base virtual permitem ao usuário olhar os espaços em intraespaços, em *cyberspaces* e a produzir reconstituições de edificações em seu estado original, possibilitando um congelamento do tempo urbano e uma visão mais crítica sobre as mudanças espaciais e o que agregaram em termos de qualidade de vida à coletividade.

Em síntese, o LABDOC – *Luiz César da Silva* é um laboratório de documentação, cuja finalidade é abrigar documentos arquitetônicos e urbanísticos, preservando em seu bojo a memória através das transformações das edificações e do contexto onde foram realizadas, nos permitindo guardar a história de nossos espaços e paisagens, através da linguagem do Desenho Técnico. Assim, o desenho se torna um documento de referência e um testemunho das vivências que existiram ao longo do desenvolvimento

das cidades, em particular de Londrina.

REFERÊNCIAS

FONTES, Luiz Carlos Almeida de Andrade.

Fundamentos de aerofotogrametria aplicada à topografia. Universidade Federal da Bahia, 2005. (Apostila desenvolvida para a disciplina de Técnicas de Goemensura).

GODOY, Teba Yllana; PAVESI, Neiva; NELLI, Victor.

Manual de Instruções para Descrição das Obras do Fundo Luiz César da Silva. Londrina: UEL, 2007.

GODOY, Teba Yllana. **Três pioneiros da Arquitetura londrinense: Luiz César da Silva, Ivan Jekoff e Léo de Judá Barbosa.** 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. **Acervo fotográfico.** Londrina: [s. n.], 1940.

ORTH, Dora. **Topografia aplicada parte II: topometria.** Florianópolis: UFSC, 2008. (Apostila desenvolvida para curso de Arquitetura e Urbanismo).

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. Pedra, papel: tesouro. *In*: SEMINÁRIO DOCOMOMO SUL: Pedra,

Barro e Metal: Norma e Licença na Arquitetura Moderna do Cone Sul Americano 1930-1970, 4., 2013, Porto Alegre. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2013. p. 1-30.

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. **Quando o projeto é patrimônio**: a modernidade póstuma em questão. 2011. 273 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. Secretaria de Cultura. Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico Cultural. **Arquivo fotográfico**. Londrina: [s. n.], 2008.

SILVA, Ana Marta. **Acervo Pessoal**. Londrina: [s. n.], 1995.

SILVA, Ana Marta. **Acervo Pessoal**. Londrina: [s. n.], 2001.

SOCORRO, José Vicente Alves do (org.). **METRONOR**: Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá. Curitiba, Governo do Estado Paraná. Secretaria de Estado do Planejamento. Coordenadoria de Estudos e Projetos. 1980.¹⁵

¹⁵ Este documento foi elaborado pela Assessoria Técnica do METRONOR, órgão ligado ao Comitê Gestor pró-tempore do projeto que é composto pela Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Paraná (FACIAP), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP),

SUZUKI, Juliana Harumi. Um breve panorama da arquitetura brutalista em Londrina-PR. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL ARQUITETURA MODERNA E INTERNACIONAL: conexões brutalistas (1955-75), 5., 2003, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba -PUCPR, 2003. p. 1-14.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Centro de Tecnologia e Urbanismo. Laboratório de Documentação Arquitetônica e da Construção Civil – Luiz César da Silva. **Acervo histórico**. Londrina: [s. n.], 2008.

YLLANA, Teba Silva. **Acervo Pessoal**. Londrina: [s. n.], 2000.

YLLANA, Teba Silva. **Acervo Pessoal**. Londrina: [s. n.], 2008.

YLLANA, Teba Silva. **Acervo Pessoal**. Londrina: [s. n.], 2009.

Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM), Secretaria de Planejamento do Município de Londrina (SEPLAN), Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM), Grupo Promotor do Desenvolvimento Regional de Londrina (GPDR) e Instituto para o Desenvolvimento Regional de Maringá (IDR), em cujas instalações os trabalhos foram desenvolvidos. (SOCORRO, 1980).

YLLANA, Teba Silva. **Acervo Pessoal**, Londrina: [s. n.], 2010.

YLLANA, Teba Silva. **Acervo Pessoal**, Londrina: [s. n.], 2011.

YLLANA, Teba Silva. **Acervo Pessoal**, Londrina: [s. n.], 2013.

YLLANA, Teba Silva. **Acervo Pessoal**, Londrina: [s. n.], 2019.

YLLANA, Teba Silva. **Acervo Pessoal**, Londrina: [s. n.], 2020.

ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura de madeira:** reconhecimento de uma cultura arquitetônica norte-paranaense. 1987. 364 f. Tese (Doutorado em Estruturas Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

CURRÍCULO DOS AUTORES

Célia Regina Simonetti Barbalho

Professora titular da Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Comunicação de Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: celia.simonetti@gmail.com.

Maria Helena T. C. de Barros (*in memoriam*)

Livre docência em Disseminação da Informação (UNESP), Doutorado em Ciências da Comunicação (USP), Mestrado em Biblioteconomia (PUCCAMP), especialização em Ação Cultural (USP), Graduação em Biblioteconomia e Cultura Geral (Faculdade Filosofia Sedes Sapientiae), autora de artigos científicos publicados no Brasil e no exterior. É autora do livro “Disseminação da Informação: entre a teoria e a prática”. Têm capítulos publicados nos livros – Leitura: mediação e mediador, com Rovilson José da Silva e Sueli Bortolin (Editora FA). Manteve uma coluna no site Infohome.

Mariana Senhorini

Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na Universidade Bandeirantes. Graduação

em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É bibliotecária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Toledo. Tem experiência na área de bibliotecas universitárias. E-mail: senhorini_senhorini@hotmail.com.

Meire Barra Rosa Reis

Especialização em Psicopedagogia na Instituição Escolar pelo Departamento de Pedagogia da UEL, onde defendeu a monografia intitulada *Interação professor-aluno*. Graduação em Psicologia também pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) atuando como psicóloga clínica e escolar. É diretora educacional da Escola Villasboas Educação Infantil e Ensino fundamental, em Londrina. E-mail: meirebarrareis@yahoo.com.br.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina e Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp/Marília. É mantenedor do site Infohome

(www.ofaj.com.br). Presidente (2018-2020) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. E-mail: ofaj@ofaj.com.br.

Rovilson José da Silva

Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Unesp/Marília. Doutor em Educação pela Unesp/Marília com estágio na Universidade Autônoma de Barcelona. Mestrado e graduação em Letras na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor do Departamento de Educação da UEL. Criou e coordenou o Projeto de Leitura da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação de Londrina, denominado *Palavras Andantes* de 2002 a 2009. Organizou os seguintes livros: *Fazeres Cotidianos na Biblioteca escolar* (2006 edição impressa/Polis Editora; 2018 edição digital/Abecin), *Biblioteca escolar e a formação do leitor* (2009 impresso/Eduel) e *Biblioteca escolar e a extensão universitária* (2019 ebook/Abecin). E-mail: rovilson@uel.br.

Samir Hernandes Tenório Gomes

Pós-doutorado em Ciência da Informação na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Ciência da Informação na Unesp/Marília. Graduação em Arquitetura e

Urbanismo na UEL. É professor na Faculdade de Arquitetura, Artes e comunicação (FAAC) da Unesp/Bauru. Atuou como arquiteto da Prefeitura Municipal de Marília. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projeto de Edificações, computação gráfica, planejamento urbano e disseminação da informação. Atualmente desenvolve atividades no *Núcleo de Pesquisa GA* da Unesp e no *Laboratório Americano de Paisajes de la Producción* de Sevilha, implementando trabalhos de cooperação com diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros recebendo apoio da FAPESP e outros órgãos de fomento. Faz parte do Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio (CICOP/Brasil), atendendo diversas entidades públicas e privadas na elaboração, implantação e gestão de projetos voltados ao patrimônio cultural, histórico, artístico e arquitetônico e natural, além da criação de metodologias, estudos e pesquisas vinculadas aos projetos de bibliotecas. E-mail: samirhtg@faac.unesp.br.

Sueli Bortolin

Doutorado e Mestrado em Ciência da Informação pela Unesp/Marília. Especialização em Gestão de Unidades de Informação e graduação em Biblioteconomia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). É professora

Senior na UEL colaborando na Pós-graduação em Ciência da Informação, coordena o Grupo de Pesquisa *Interfaces Informação e Conhecimento* que atualmente acolhe o Projeto Mediação Oral da Informação e da Literatura em ambiente digital. Organizou o livro *Fazeres Cotidianos na Biblioteca Escolar* (2006 edição impressa/Polis Editora; 2018 edição digital/Abecin). E-mail: bortolin@uel.br.

Teba Silva Yllana

Doutorado em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ). Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo (USP). Especialização em Teoria e Ensino de Arquitetura no Centro de Estudos Superiores de Londrina (Cesulon) e Engenharia de Segurança (UEL). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora da UEL e coordenadora do Laboratório de Documentação Arquitetônica e da Construção Civil *Luiz César da Silva* (LABDOC). E-mail: teba@uel.br.

